REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 12 NÚMEROS 1/2
JANEIRO/JUNHO
1979

ISBD's e AUTOMAÇÃO

Biblioteca na Empresa

Redes de Informação e Catalogação na Fonte

MACRO E MICRO-BIBLIOGRAFIA

EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL ENTRE BIBLIOTECAS

ENCONTRO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E

ESCOLARES EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, S.PAULO

Digitalizado gentilmente por:

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários FEBAB

Diretoria 1978-1980:

Antonio Gabriel
Presidente

Ronice Maria Albamonte Arruda
Vice-presidente

Maria Cristina Machado Bignardi
Secretária-Geral

Maria Angélica R. Quemel
Primeira Secretária

Neide de Carvalho
Segunda Secretária

Pedro Luiz Martinelli
Primeiro Tesoureira

Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro
Segunda Tesoureira

Aníbal Rodrigues Coelho
Observador Legislativo

Julce Cornelsen
Bibliotecária

Associações filiadas:

Associação Paulista dc Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
Associação Profissional de Bibliotccários do Estado do Rio de Janeiro
Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Associação Campineira de Bibliotecários
Associação dos Bibliotccários do Ccará
Associação dos Bibliotecários São-Carlenses
Associação Paraense de Bibliotecários
Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Amazonense de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina
Associação dos Bibliotecários do Rio Grande do Norte

Revista Brasileira de BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da
Fedcração Brasileira dc
Associações de Bibliotecários

Editora:
Neusa Dias de Macedo

Secretárias:
Maria Angélica R. Quemel
Neide de Carvalho

Jornalista responsável
José Hamilton Ribeiro

Em convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
Publicação: 4 nºs em 2
Número avulso: Cr$ 200,00
Assinatura até 1979 (2 fascículos): Cr$ 400,00
Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários dirigida ao Banespa – PEPS, Cidade Universitária conta nº 120.13.02093.3 ou ao Banco do Brasil S/A. agência 9 de julho, conta nº 70.599.3.

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

5 Editorial

Artigos

7 Maria Luísa Monteiro da Cunha
ISBD: origem evolução e aceitação

15 Dinah Aguiar Población
As ISBDs e os elementos de intercomunicação nos sistemas automatizados objetivando o controle bibliográfico universal

23 Alfredo Américo Hamar
Qualidade e análise da informação na automação

29 Edson Nery da Fonseca
A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria

39 Jandira Baptista Assunção
Lexicografia: uma introdução ao estudo dos dicionários

51 Eunice R. Ribeiro Costa
Thesaurus de vias urbanas

67 José Rincon Ferreira et alli
Redes nacionais de informação, catalogação na fonte e outras experiências

89 Antonio Miranda
Informação na empresa: o papel da biblioteca

Digitalizado gentilmente por:

Seções

97 Entrevista
Alfredo Américo Hamar

101 Documento
Empréstimo internacional: princípios e diretrizes para sua realização 1978 Tradução Antonio Agenor Briquet de Lemos

109 Legislação

119 Noticiário

123 Congressos

124 Comentário

127 Resenhas

137 Levantamento bibliográfico

137 **1 Automação de bibliotecas**

141 **2 ISBD**

145 Abstracts

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

CONTENTS

Contents

5 Editorial

Articles

7 Maria Luisa Monteiro da Cunha
ISBD: origin evolution and acception

15 Dinah Aguiar Población
ISBDs and the elements of intercommunication in automated systems as a support for universal bibliographic control

23 Alfredo Américo Hamar
Quality and analysis of information in automation

29 Edson Nery da Fonseca
Bibliography as a science: from textual criticism to bibliometrics

39 Jandira Baptista Assunção
Lexicography: an introduction to the study of the dictionary

51 Eunice R. Ribeiro Costa
Thesaurus on Urban Roads

67 José Rincon Ferreira
National library networks, cataloging in source and other Brazilian experiences

Digitalizado gentilmente por:

89 Antonio Miranda
Information in enterprise: the role of the library

Sections

97 *Interview*
Alfredo Américo Hamar

101 *Document*
International library loan: principles and guidelines for its realization 1978 Translation Antonio Agenor Briquet de Lemos

109 *Legislation*

119 *News*

123 *Congresses*

124 *Commentary*

127 *Book reviews*

137 *Bibliographical survey*

137 1 Libraries of the automation

141 2 ISBD

145 *Abstracts*

Digitalizado gentilmente por:

EDITORIAL

A RBBD, vencendo um ano de sua fase de reformulação, aguarda com grande ansiedade o material que as diversas associações deveriam enviar, como fôra combinado, durante o IV Encontro das Comissões Permanentes da FEBAB, em agosto de 1978.

Enquanto isso, estão sendo aceitos para a publicação todos os trabalhos de bom nível apresentados em distintas ocasiões: encontros, grupos de estudo e cursos, bem como os já publicados em periódicos especializados mas fora do alcance dos bibliotecários.

Reiterando agradecimentos por todas essas colaborações e as que têm vindo em caráter espontâneo de alguns Estados, aspiramos também receber material para as várias seções da revista, principalmente comunicações sobre atividades associativas. Para conseguirmos uma auto-gerência, precisamos muito do apoio de todos no sentido de assinarem a Revista e divulgá-la.

Um agradecimento especial é dirigido à bibliotecária Toshiko Kanasawa, que muito dedicadamente nos assistiu na preparação e execução deste número, bem como às coordenadoras das Seções de Noticiário e Reportagens, respectivamente Tereza Marques de Souza Nogueira e Beatriz Silva Ferreira, que ora deixam de prestar colaboração à RBBD, por motivos de força maior.

Primeiro de 1979, este fascículo conjuga dois números, 1/2, e está centrado no tema principal do II Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolas do Estado de São Paulo e V Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo, realizado em São Bernardo do Campo, em 17 de março de 1979, a "Automação de Bibliotecas e Aplicação das ISBD's no Controle Documentário". Inclui outros trabalhos à volta de assuntos como thesaurus, lexicografia, micro e macro-bibliografia, redes nacionais de informação e catalogação na fonte, biblioteca de empresa e empréstimo internacional, bem como uma entrevista sobre a BICENGE com o fim de atender á vários interesses do leitor.

Digitalizado gentilmente por:

O número subseqüente, 3/4, já está no prelo e trata de assuntos ligados à biblioteca e literatura infantil, para comemorar o "Ano Internacional da Criança" e o "Primeiro Ano Brasileiro da Biblioteca Infantil".

O "Ementário Legislativo", preparado por Cecília Andreotti Attienza e equipe da Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, já está pronto, esperando por subsídios financeiros para a sua publicação. Logo mais, toda a matéria legislativa e geral publicada nos Boletins e Revista da FEBAB, desde o seu início, estará à disposição dos bibliotecários brasileiros.

Neusa Dias de Macedo
editora

Nota: Este Editorial, ampliado e constituindo uma análise/mensagem do editor, sob o título *Reflexões em torno da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* será enviado como folha volante a todos os responsáveis pela Biblioteconomia brasileira.

Digitalizado gentilmente por:

ISBD: Origem, Evolução e Aceitação *

Maria Luiza Monteiro da Cunha **

CDU 025.31

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) é o resultado de uma série de atividades levadas a efeito em cumprimento às Resoluções da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (Paris, 1961). O texto-base da ISBD foi o documento preparado por Michael Gorman para a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (Copenhagüc, 1969). Nessa Reunião foi criado um Grupo de Trabalho secretariado por Gorman e que teve a incumbência de elaborar a ISBD para monografias. A sigla ISBD começou a ser usada a partir da edição preliminar (1971). A ISBD foi concebida para servir como um instrumento de comunicação internacional da informação bibliográfica. Seus principais objetivos são: permitir a permuta de dados oriundos de fontes diversas; facilitar sua interpretação malgrado as barreiras lingüísticas; auxiliar a conversão dos dados bibliográficos em forma legível a máquina. Além da ISBD para monografias, ISBDs especializadas foram e continuam a ser publicadas para determinação de categorias de material (publicações seriadas, multimeios, música, livros raros, mapas), bem como uma de caráter geral, a ISBD(G).

A história da Catalogação no século XX pode ser dividida em duas fases distintas: antes e depois da I.C.C.P. (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação) promovida pela IFLA e realizada em Paris em outubro de 1961 sob os auspícios da UNESCO e mediante subvenção do Council on Library Resources dos Estados Unidos.

Sem dúvida, grandes empreendimentos no campo da Catalogação foram levados a efeito desde as primeiras décadas do nosso século, tais como a distribuição de fichas impressas pela Biblioteca do Congresso (1901-) e a Catalogação Cooperativa iniciada nos Estados Unidos em 1932 quando a Comissão de Catalogação Cooperativa da A.L.A.(As-

* Trabalho apresentado no Painel sobre "Automação de Bibliotecas e Aplicação das ISBDs no Controle Documentário" do III Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e V Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP., 17 março de 1979.

** Presidente da Comissão Brasileira de Processos Técnicos, Coordenadora do Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos.

Digitalizado gentilmente por:

sociação Americana de Bibliotecários) foi instalada na Biblioteca do Congresso. Em 1934, como decorrência dessa união, foi criado o Serviço de Catalogação Cooperativa e Classificação que passou a integrar as Divisões da referida biblioteca. A partir desse momento, concretizou-se o sonho de Charles C. Jewett, pioneiro da Catalogação Cooperativa nos Estados Unidos e que, em 1851, justificava o seu projeto apresentado à Smithsonian Institution dizendo, inicialmente, que "tudo que facilita a pesquisa contribui para o progresso da ciência". Dizia, também, Jewett, que um livro deveria ser catalogado uma única vez, a fim de que o despendido por uma biblioteca na catalogação de uma obra não tornasse a onerar não só essa mesma biblioteca, como também a qualquer outra".14

Na Europa, a Alemanha foi um dos primeiros países a iniciar a Catalogação Cooperativa, resultante da ação conjunta da Staatsbibliothek com o Berliner Titeldrucke. Trabalho também de relevo, o desenvolvido no Centro Dinamarquês de Catalogação Cooperativa (Denmark Folkebibliotekernes Bibliographiske Kontor). Um panorama geral da catalogação cooperativa na Europa é encontrado em "Cooperative Cataloguing in Europe", de John Richmond Russel. No Brasil, a catalogação cooperativa surgiu em 1942 com a instituição do SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação), fruto da colaboração entre o D.A.S.P., a Fundação Getúlio Vargas e a Imprensa Nacional. Em 1954, o SIC passou a ser uma das unidades do I.B.B.D. (hoje S.N.I.C.T.), então criado.

Todavia, tanto a catalogação cooperativa, como a centralizada e os catálogos coletivos, visavam a atender, primordialmente, às necessidades de informação bibliográfica de um país ou região. Entretanto, quando os vários veículos de comunicação começaram a apresentar recursos mais amplos e atualizados graças ao aparecimento e rápida evolução de novas tecnologias, o intercâmbio bibliográfico também se intensificou. Foi, então, sentida a necessidade de uniformização dos catálogos e outras listas bibliográficas, a nível internacional.

Face a esse problema, a IFLA decidiu organizar uma conferência internacional que propiciasse aos bibliotecários de todos os países amplo intercâmbio de experiências visando ao estabelecimento de princípios internacionalmente aceitos quanto às entradas de autores individuais e coletivos nos catálogos alfabéticos e listas similares, de livros. Em preparo a esse encontro internacional, foi promovida uma reunião preliminar em Londres, em julho de 1959, com a participação de vinte bibliotecários de alguns países especialmente convidados. Dois anos após teve lugar no edifício da UNESCO, em Paris, a memorável I.C.C.P. (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), o maior evento catalográfico do século XX.

A I.C.C.P. não encerrou suas atividades ao término do certame de 1961, tanto que sua Comissão Organizadora, com o acréscimo de mais quatro membros, teve o seu mandato prorrogado para que pudessem ser cumpridas suas Recomendações. Muitas destas redundaram em contratos estabelecidos entre a IFLA, a UNESCO e bibliotecários de comprovada experiência. Assim, de acordo com a Recomendação IV, item A 1, segundo a qual deveria ser "publicada, dentro de um prazo mínimo, uma súmula da prática adotada em cada país para as entradas relativas aos nomes de pessoas dele procedentes", foi dada a incumbêmcia ao Sr. A.H. Chaplin, secretário geral da I.C.C.P., que coligiu os dados necessários para a publicação, em 1967, de "Names of persons: national usages

Digitalizado gentilmente por:

for entry in catalogues". A 3ª edição, dada a lume em 1977, começou a ser distribuída durante o 1º "Congrès International sur les Bibliographies Nationales" (Paris, UNESCO, 1977). A contribuição do Brasil figura desde a 1ª edição da obra.

Em cumprimento à Resolução IV A 2 da I.C.C.P. foram elaboradas duas listas também de suma importância: (1) a de "nomes de Estados e outras autoridades territoriais sob a forma adotada para as entradas nos catálogos em conformidade com os nomes oficiais usados por essas próprias autoridades", trabalho confiado à Sra. Suzanne Honoré, da Biblioteca Nacional de Paris, e (2) uma "lista dos títulos uniformes para os clássicos anônimos de cada país com os equivalentes adotados nas línguas de outros países", cuja compilação coube ao Sr. Roger Pierrot, também da Biblioteca Nacional francesa.

Em atenção a pedidos oriundos de vários centros e comissões nacionais de catalogação, a IFLA encarregou o Sr. A.H. Chaplin de preparar uma edição anotada dos Princípios estabelecidos na I.C.C.P., tarefa a que ele imediatamente se dedicou com a colaboração da Sra. Dorothy Anderson. O trabalho de Chaplin foi distribuído internacionalmente para exame e sugestões. Os comentários recebidos foram coletados e resumidos pela Sra. Eva Verona, presidente da Comissão de Catalogação da Iugoslávia.

I S B D – Em cumprimento à Resolução II, item "g" da I.C.C.P., coube ao Sr. Michael Gorman, então chefe da catalogação da B.N.B. (British National Bibliography) o encargo de um estudo visando à uniformização da catalogação descritiva. Ao explicar o objetivo do seu trabalho, Gorman escreve: "indicar padrões comuns na catalogação descritiva susceptíveis de servir de base ao estabelecimento eventual de um sistema reconhecido internacionalmente para a apresentação dos dados bibliográficos na redação das fichas de catalogação. ...saber que elementos de uma ficha de catálogo foram considerados necessários sob o aspecto prático, numa amostra do tipo de trabalho dos órgãos nacionais de catalogação". Diz o autor estar "convencido de que essas entidades não se distanciam umas das outras no que concerne às mesmas considerações quanto à descrição dos dados bibliográficos e que deve existir uma área de ação comum assaz considerável. Esta área, uma vez reconhecida e delimitada, forneceria o único ponto de partida válido na elaboração de um sistema internacional de descrição bibliográfica".[13]

O documento redigido por Gorman foi amplamente divulgado para o recebimento de críticas e sugestões. Tivemos oportunidade de encaminhar ao autor nossa sugestão. Os comentários ao trabalho de Gorman foram recolhidos por Ákos Domanovsky que, por sua vez, teceu considerações sobre os mesmos.

Toda essa atividade constituiu a fase preliminar da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (I.M.C.E.) realizada em Copenhague em 1969 sob os auspícios da IFLA e da UNESCO.

Dos treze documentos apresentados a essa Reunião, dois foram praticamente os fundamentais: (1) a edição anotada do "Statement of Principles" adotados na I.C.C.P., elaborada por A.H. Chaplin e D. Anderson[2], e (2) "Bibliographical Data in National Bibliography Entries", por Michael Gorman.[13] Como suplementos indispensáveis a estes dois trabalhos de base, figuraram o "Digest of the Comments Received on the Annotated Edition of the Statement of Principles"[18] e o "Digest of the Comments Received on Bibliographical Data in National Bibliography Entries".[4]

No presente trabalho apresentaremos apenas alguns pontos básicos do

Digitalizado gentilmente por:

documento nº 2 do I.M.C.E., ou seja, o elaborado por Michael Gorman, eis que constitui a origem da I.S.B.D. (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada).

O documento em apreço resultou de um estudo das bibliografias nacionais de oito países a seguir enumeradas: (1) British National Bibliography (BNB); (2) Bibliographie de la France (BibFr); (3) Deutsche Bibliographie (DB); (4) Swensk Bokförteckning (SB); (5) Bibliografija Yugoslavije (BJ); (6) National Union Catalog. USA. (NUC); (7) Magyar Könyveszet (MK); (8) Boletín Bibliografico Nacional. Argentina.

"Foram examinados os métodos de catalogação descritiva adotados nas bibliografias acima indicadas, à luz do seu conteúdo e da sua estrutura. O autor analisou cerca de 500 fichas de cada bibliografia e tentou fazer uma síntese do seu conteúdo e respectiva estrutura a fim de chegar a uma proposta de descrição que abrangesse o conteúdo comum a todas, dentro de uma estrutura que representasse, tanto quanto possível, a concordância de idéias".

O trabalho de Gorman suscitou apreciações que variaram, desde a aceitação plena até ao repúdio total (um caso, apenas). Apresentaram comentários as pessoas e entidades que se seguem: Farozi R. Abu Haidar, de Beirute; Ákos Domanovszky, de Budapeste; Heinz Höhne, de Leipsig; Suzanne Honoré, de Paris; Suzanne Honoré e Roger Pierrot, transmitindo a opinião da Biblioteca Nacional de Paris; Sra. A. Khrenkova, da URSS; Diego Maltese, de Florença; Elfriede Markt, de Viena, pela Comissão de Catalogação de Autor e Título da Associação de Bibliotecários da Áustria; Lucile M. Morsh, dos Estados Unidos; Yasumasa Oda, de Tóquio, pela Comissão de Regras de Catalogação da Associação de Bibliotecas do Japão; a Associação Polonesa de Bibliotecas; Géza Sebestyén, de Budapeste; Stanislav Sír, de Praga, em colaboração com o Departamento de Descrição Bibliográfica da Biblioteca Nacional de Praga; C. Sumner Spalding, da Biblioteca do Congresso de Washington; Eva Verona, da Iugoslávia; Barbara Westby, da Biblioteca do Congresso de Washington; Maria Luisa Monteiro da Cunha, de São Paulo, Brasil.

Ákos Domanovszky resumiu os comentários de caráter geral relacionados a: (1) valor e método do trabalho, (2) terminologia, (3) precisão analítica. Finalizou com um resumo dos comentários feitos a cada uma das "Recomendações" de Gorman.

Durante a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (I.M.C.E.), a parte referente à pontuação suscitou as maiores e mais acaloradas discussões. Dada a necessidade de ampliação do documento, segundo as decisões da Reunião, foi instituído um Grupo de Trabalho presidido por Gorman, com a incumbência de elaborar um texto preliminar que seria submetido à apreciação internacional. Outra decisão importante, foi a de ser dada ao documento a designação de (SBD), Descrição Bibliográfica Normalizada (para monografias em um ou mais volumes), eis que os 47 bibliotecários representantes de 20 países que participaram do IMCE anteviam a importância e alcance do trabalho, tendo em vista que "um método normalizado para a descrição de livros facilitaria o progresso da cooperação internacional".

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho deu a lume, em 1970, ao primeiro esboço da SBD (Descrição Bibliográfica Normalizada). Face às várias sugestões recebidas, foi preparada uma edição preliminar que, em 1971, já saiu com a sigla hoje universalmente reconhecida, ou seja, a ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada).[7] O "I" foi anteposto à sigla inicial da publicação, por

Digitalizado gentilmente por:

se tratar de um documento que sob todos os aspectos, e no mais alto sentido técnico, mereceria ser considerado como um padrão internacional. O acréscimo do "M" entre parênteses foi decidido para evidenciar que a publicação se destinava à descrição bibliográfica de monografias. A edição preliminar (1971) da ISBD (M) foi traduzida em várias línguas, inclusive o português.

A experiência no emprego da ISBD (M) em bibliotecas e bibliografias de vários países redundou em comentários que provaram a necessidade de uma revisão geral do texto da edição preliminar. Assim, a IFLA decidiu convocar alguns bibliotecários para uma reunião que, dada a sua finalidade, intitulou-se "Revision Meeting" e foi realizada em Grenoble, em 1973, dois dias antes do Congresso da IFLA no campus universitário de St. Martin d'Hères.

Para o "Revision Meeting" foi preparado um documento no qual figuravam, face a face, o texto da edição preliminar da ISBD (M), 1971, e os comentários e sugestões feitos à mesma transformados em propostas para modificações. Do exame minucioso do documento em apreço e das discussões que suscitou, resultou o texto da edição "standard" da ISBD (M) publicada em 1974,[8] graças ao meticuloso trabalho dos bibliotecários designados para a constituição do grupo editorial encarregado da tarefa.

O Grupo de Processos Técnicos de São Paulo, vinculado à A.P.B. e à Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da FEBAB, deu logo início à tradução da edição "standard" da ISBD (M)[9] amplamente divulgada no Brasil e até hoje solicitadíssima pelas escolas de Biblioteconomia de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina.

Aceita internacionalmente a ISBD (M), o Escritório da IFLA para o Controle Bibliográfico Universal, em atenção a múltiplos pedidos, decidiu estender as provisões da descrição bibliográfica normalizada para monografias à descrição de outros tipos de material bibliográfico.

Foram estabelecidos Grupos de Trabalho constituídos de bibliotecários com ampla experiência na catalogação de determinado tipo de material, para a elaboração de ISBDs especializadas. Desse modo, já foram editadas: a ISBD (S) para publicações seriadas, agora em edição "standard" publicada em 1977,[11] a ISBD (NBM) para "non book materials"= multimeios, lançada em 1977;[10] a ISBD (G) = geral, também publicada em 1977 com a finalidade de servir de base para todas as ISBDs que vierem a ser elaboradas.

Inicialmente, o Escritório da IFLA para o Controle Bibliográfico Universal julgou que a ISBD (M) poderia nortear o preparo das especializadas, mas a prática evidenciou que a descrição bibliográfica normalizada para monografias não só não atenderia às necessidades de outras ISBDs, como também precisaria ser revista à luz dos elementos fornecidos pela ISBD (G), como ocorreu com a edição "standard" da ISBD (S), a fim de serem evitadas discrepâncias quanto à redação e terminologia.

Recebemos recentemente, para exame e sugestões, a ISBD (PM) = música impressa e a ISBD (A) = livros raros. Duas equipes designadas pelo Grupo de Processos Técnicos de São Paulo estão trabalhando ativamente para o envio de sua apreciação dentro do exíguo prazo estipulado.

No que concerne a traduções, o Subgrupo de Catalogação está traduzindo a ISBD (G) e o Subgrupo de Multimeios a ISBD (NBM).

Em agosto de 1978, por ocasião do III Encontro de Bibliotecários Especializados em Processos Técnicos, durante a IV Assembléia das Comissões

Digitalizado gentilmente por:

Permanentes da FEBAB, foi distribuído o Estudo comparativo da ISBD (M) e AACR com o capítulo 6 de 1967 e 1974, feito por uma equipe do Subgrupo de Catalogação do Grupo de Processos Técnicos da A.P.B.[1]. A equipe encarregada do estudo comparativo entre a ISBD (S), o AACR e as Normas para a catalogação de publicações seriadas editadas pelo Grupo de Bibliotecários Biomédicos de São Paulo continua em plena atividade e, temos para nós, até fins de 1979, devemos ter o trabalho pronto para publicação.

A ISBD está sendo utilizada em vários sistemas de processamento automático de dados bibliográficos como, entre outros, o CALCO[3], o MARCAL[5] e o UNIMARC[12].

Como complemento indispensável aos projetos de Catalogação partilhada (shared cataloging), de numeração internacional do livro (ISBN), das publicações seriadas (ISSN), e da Catalogação-na-fonte (Cataloging-in publication), as ISBDs são, inegavelmente, uma conseqüência da obra pioneira de Otlet e La Fontaine, na Europa, e C.C. Jewett, na América, que aspiravam concretizar o sonho de todo o erudito ou pesquisador: um catálogo universal.

O Escritório da IFLA para o Controle Bibliográfico Universal (CBU), sem dúvida em posição única para o alcance desse objetivo, conta com o entusiasmo e capacidade não só de sua equipe, na sede em Londres, como também com a experiência e cooperação dos bibliotecários de todos os continentes.

Apesar das polêmicas suscitadas no exterior[17], e [16] até no Brasil, a ISBD se afirma cada vez mais como padrão internacional, justificando a frase de R. Lanker: "another step in the right direction".[15]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de Processos Técnicos. Subgrupo de Catalogação. *ISBD(M) e Código de catalogação anglo-americano*: estudo comparativo com o cap. 6 de 1967 e 1974. São Paulo, FEBAB, 1978. 78p.

2 – CHAPLIN, A.H. &ANDERSON, Dorothy. *Statement of principles adopted by the International Conference on Cataloguing Principles. Annotated edition with commentary and examples.* Sevenoakes, Kent, IFLA, 1966. 66p.

3 – CONVÊNIO MEC/CNPq. – *Formato CALCO*: monografias e publicações seriadas. Brasília, 1977. 154p.

4 – DOMANOVSKY, Ákos. *Digest of the comments received on bibliographical data in national bibliography entries* by Michael Gorman. Working paper n. 2 for the International Meeting of Cataloguing Experts. Copenhagen, IFLA, 1969. 15p.

Digitalizado gentilmente por:

5 – FAUNCE, Stephen S.A. & CASAS DE FAUNCE, Maria. *MARCAL*: manual de catalogación mecanizada para América Latina. Ed. preliminar. Rio Piedras, Puerto Rico, Escuela Graduada de Bibliotecología. Washington, D.C.; OEA, Secretaria General, 1976. 100p.

6 – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Working Group on the General Internacional Standard Bibliographic Description. *ISBD(G) : General Internacional standard bibliographic description.* London, Int. Office for UBC, 1977. 24p.

7 – ———. Working Group on the International Standar Bibliographic Description. *ISBD(M) : International Standard Bibliographical Description for monographic publications.* Preliminary ed. London, IFLA Committee on Cataloguing, 1971.

8 – ———. Working Group on the International Standar Bibliographic Description. *ISBD(M) : International Standard Bibliographical Description for monographic publications.* 1. standard ed. London, IFLA Committee on Cataloguing, 1974. 36p.

9 – ———. *ISBD(M) : Descrição bibliográfica internacional normalizada para monografias*; trad. em português por Maria Luisa Monteiro da Cunha, Elza Corrêa Granja e Inês Maria da Fonseca Litto. 1. ed. "standard". São Paulo, Universidade. Divisão de Biblioteca e Documentação, 1975. 59p.

10 – ———. Working Group on the General International Standard Bibliographic Description for Non-book materials. *ISBD(NBM) : International standard bibliographical description for non-book materials.* London, IFLA Int. Office for UBC, 1977. 60p.

11 – ———. Working Group on the International Standard Bibliographic Description for serials. *ISBD(S) : International standard bibliographic description for serials.* 1. standard ed. London, IFLA Int. Office for UBC, 1977. 61p.

12 – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Working Group on content designators. *Unimark*: universal MARC format. London, IFLA Int. Office for UBC, 1977. 126p.

13 – GORMAN, Michael. *Bibliographical data in national bibliography entries* : a report on descriptive cataloguing. Working paper n. 2 for the International Meeting of Cataloguing Experts. Copenhagen, IFLA, 1969. 10p.

14 – JEWETT, C.C. *A plan for stereotyping catalogues by separate titles.* Washington, D.C., Smithonian Institution, 1851.

15 – LANGKER, R. Another step in the right direction. *The Australian Library Journal*, 23(3) : 99-103. Apr. 1974.

Digitalizado gentilmente por:

16 – THE LIBRARY of Congress Responds. *Library Journal*, 98(3):394-95, Jan., 1973.

17 – SWANSON, G. ISBD, Standard or secret? *Library Journal*, 98(2):124-30, Jan. 15, 1973.

18 – VERONA, Eva: *Digest of the comments received on the annotated edition of the Statement of Principles* by A.H. Chaplin /and/ Dorothy Anderson. Working paper n. 1 for the International Meeting of Cataloguing Experts. Copenhagen, IFLA, 1969. 16p.

Digitalizado gentilmente por:

As ISBDs e os Elementos de Intercomunicação nos Sistemas Automatizados Objetivando o Controle Bibliográfico Universal *

CDU 027:007.5

Dinah Aguiar Poblacion **

Desde a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação realizada em 1961 até à publicação da 2ª edição do Código de Catalogação Anglo-Americano em 1978, sucederam-se importantes eventos que são descritos aqui em seqüência cronológica. É evidente a interrelação entre o aparecimento das várias ISBDs (Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada) com os movimentos da FID, FIAB e CIA, programas UNISIST e NATIS e a presença de moderna tecnologia da computação.

As duas últimas décadas estão sendo abaladas por vários eventos que determinam movimentos internacionais os quais repercutem nas estruturas nacionais de documentação e ciência da informação objetivando o controle bibliográfico universal (CBU).

O início da turbulência data de agosto de 1961, quando foi realizada a Conferência Internacional de Paris, promovida pela IFLA com a finalidade de "chegar a um acordo sobre Princípios

* Apresentado no Painel sobre "Automação de Bibliotecas e Aplicação das ISBDs no Controle Documentário" realizado no III Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e V Encontro de Bibliotecas do Interior do Estado de São Paulo. São Bernardo do Campo, em 17 de março de 1979.

** Professora de Catalogação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP. Consultora do Projeto TAUBIP (Total Automação de Bibliotecas Públicas). Assessora da BIREME.

Digitalizado gentilmente por:

básicos que regem a seleção e a forma de entrada no catálogo alfabético por autor e título" [7]. Como conseqüência desses Princípios surge o Código de Catalogação Anglo-Americano em 1967, traduzido para o português em 1969 [6]. Ao mesmo tempo que alguns organismos internacionais se preocupavam com a forma de registro para consolidação da cooperação internacional, outras instituições como a OEA vinham publicando, desde 1966, informes sobre planejamento nacional de serviços bibliotecários enfatizando a comunicação e cooperação interbibliotecária. Nos Estados Unidos, em 1966, a Library of Congress diante da grande massa de literatura para processar, coloca o computador a serviço da Biblioteca e cria o formato MARC.

Outro organismo internacional, UNESCO, cria em 1967, o ICSU: Central/ Committee para realizar estudos de viabilidade de um sistema mundial de informação científica, surgindo o Programa UNISIST [13]. Logo a seguir, em 1969, a IFLA promove em Copenhague a Conferência Internacional que foi precedida pela "Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação" onde começou a delinear-se o embrião da Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada (ISBD) cuja história pré-natal data de 1966, por ocasião da análise de Catalogação cooperativa da Library of Congress [9]. Fato promissor acontece no Brasil em 1970: aparece pela primeira vez no documento "Metas e Bases para Ação do Governo" a preocupação com o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) acompanhando a movimentação que atingia vários países no sentido de rever sistemas de informação e enquadrá-los no Programa UNISIST.

No plano internacional vê-se novamente o Comitê da Catalogação da IFLA, em dezembro de 1971, editando o primeiro documento da recém-nascida ISBD referente ao registro de monografias, a ISBD (M). Esse documento foi enviado a 70 bibliotecas para análise e crítica. Em 1973 foi realizada nova reunião para revisão do documento e em 1974 foi publicada a 1ª edição da ISBD (M). Nesse mesmo ano, novamente a UNESCO, em cooperação com a FID (Federação Internacional de Documentação), FIAB (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários), e CIA (Conselho Internacional de Arquivistas), procura solução para os problemas de infra-estruturas nacionais para bibliotecas, centros de documentação e arquivos, e aprova a recomendação para a criação de Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) que vem a ser uma complementação do UNISIST, tendo sido consideradas "duas facetas de um mesmo plano que objetivam tornar a informação, qualquer que seja sua natureza, disponível em todos os níveis, ao pesquisador como ao usuário de uma biblioteca rural. Estimulando o desenvolvimento da infra-estrutura nacional, o NATIS como UNISIST, permite a todos os países, inclusive aos países em vias de desenvolvimento, terem acesso aos sistemas de informação especializados internacionais e regionais" [8].

O Programa UNISIST foi o marco para a criação de uma organização internacional: o Sistema Internacional de Dados sobre Publicações em Série (ISDS) [10].

Paralelamente ao desenvolvimento de programas de sistemas de informação, nota-se a preocupação com os projetos de transferência de informação, padronização de registros, de formatos e de códigos que contribuem para o Controle Bibliográfico Universal, tais como o ISBN, ISSN e o CODEN. Continuando o trabalho dos grupos da IFLA, vêem-se surgir em 1977 os textos finais da ISBD(S) para seriados, a ISBD (NBM) para audiovisuais e a ISBD (G) geral, básica para todas as

Digitalizado gentilmente por:

ISBDs. Em 1978 completaram o trabalho, os grupos responsáveis pela ISBD (PM) printed music e a ISBD (A) Old and Rose Books e foi anunciada a revisão da ISBD (M) a fim de compatibilizá-la com a ISBD (G). Novos grupos estão sendo formados para estudar a ISBD (AN) Analíticas e para a de Controle de Autoridades Internacionais ou Identidade.

A moderna tecnologia da computação está presente em todos esses movimentos e vemos a ISO apresentando seus padrões para "Implementação de Fitas Magnéticas" elaborando a ISO Recommendation R961, cuja 1ª edição é de 1969. O formato para "Intercâmbio de Informação Bibliográfica em Fita Magnética" (ISO 2709/1973) e o padrão para Processamento de Informação em fita magnética apresentando em 1974 a ISO 962, são as novas contribuições para automação.

Na aplicação do computador em biblioteca, a Library of Congress faz a conversão dos dados catalográficos em forma legível por computador, criando em 1966 a MARC que evoluiu para o formato MARC II. Adotado por vários países, sofreu adaptações transformando-se em MARC/UK (Grã-Bretanha), MARC/CANADÁ, MONOCLE/França, ANNA/Itália, CALCO/BRASIL, MARCAL em edição preliminar para América Latina em 1976.

Considerando que o Controle Bibliográfico Universal será uma realidade, a ISO providenciou a estrutura de um formato para intercâmbio de registro bibliográfico em forma legível à máquina e o Grupo de Trabalho UNISIST/ICSU-AB compilou, em 1974, um "Manual de Referência para Descrição Bibliográfica Legível a Máquina" [12].

Toda essa efervescência de normas, padrões e formatos está sendo canalizada para o novo código da catalogação que foi publicado em fins de 1978. No entanto, a 2ª edição do Anglo-American Cataloguing Rules (AACRII) só será aplicada em 1981 conforme decisão e recomendação de grupos de bibliotecários das maiores organizações bibliotecárias americanas em reunião promovida em agosto de 1978 [5].

Reconhece-se que a preocupação atual é uma só – a transferência da informação, nos seguintes aspectos: acesso, administração e aproveitamento eficiente da informação. A repercussão desses movimentos de Processos Técnicos fêz-se sentir também no Brasil. A Comissão Brasileira de Processos Técnicos da FEBAB, cuja presidente é a Profa. Maria Luiza Monteiro da Cunha, tem distribuído os documentos da IFLA sobre as ISBDs para os vários grupos estaduais se entrosarem com o assunto. O Grupo de São Paulo já traduziu a ISBD (M) e comparou-o com o AACR, publicando em agosto de 1978 o resultado de seu estudo [2].

A ISBD (S) continua sendo estudada também pelo Grupo de São Paulo consistindo na comparação da ISBD (S) com o AACR (cap. 7), com a publicação do Grupo Biomédico "Catalogação de Publicações Seriadas" e com as atualizações na área de catalogação publicadas no Cataloguing Service Bulletin. A ISBD (NBM) foi traduzida pelo Grupo de São Paulo e já foram iniciados os estudos e análise dos documentos audiovisuais. Quanto à utilização da ISBD (M) nos serviços bibliográficos nacionais, temos uma lista de controle publicada em 1974 por Dorothy Anderson [1] evidenciando a aplicação na *Australian National Bibliography, Canadian-Bibliography, Bibliographie de la France, Deutsche Bibliographie, South African National Bibliography, British National Bibliography* e outras. A Library of Congress e a National Library of Medicine aplicam as ISBDs (M e S) nas suas bibliografias.

No Brasil, algumas bibliotecas estão fazendo tentativas de aplicação das ISBDs, porém, é no controle da produção biblio-

Digitalizado gentilmente por:

gráfica que elas encontram seu objetivo certo; pois a própria finalidade evidencia que essa estrutura internacional atende a 3 requisitos:

1 – que a descrição bibliográfica produzida em um país possa ser entendida por outros países, eliminação da barreira lingüística;
2 – que as descrições bibliográficas produzidas em cada país possam ser integradas nos catálogos ou listagens de outros países;
3 – que possam ser convertidas em forma legível à máquina com o mínimo de editoração.

Em conclusão: "que os elementos que compõem uma descrição possam ser reconhecidos *visual ou mecanicamente sem a necessidade de conhecimento de seu conteúdo*" [4].

Nesse caminho certo, vê-se a Biblioteca Nacional aplicando o Formato CALCO [3] para registro de seu acervo e conseqüentemente produzir por computador a Bibliografia Brasileira, uma vez que é responsável pelo depósito legal, sendo atualmente publicada no Boletim da Biblioteca Nacional. Justifica-se a aplicação das ISBDs nesse registro legível à máquina porque a BN está engrossando a fileira das bibliografias nacionais que adotam os mesmos formatos, portanto estão se coadunando com os princípios do Controle Bibliográfico Universal.

Outra aplicação das ISBDs está sendo feita no TAUBIP [11].

Esse programa de automação destina-se a uma rede de bibliotecas. Conta com uma central de processamento que controla a padronização de registros. Aplica-se o método da catalogação cooperativa respeitando-se a catalogação de assuntos e classificação adotada em cada unidade. A aplicação das ISBDs é fundamental para dar uniformidade à descrição bibliográfica e pontuação convencionada para visualização dos campos. O TAUBIP, além de preocupar-se com os detalhes de registros do documento como é também objetivo do CALCO, fornece condições para organização do acervo, pois faz o tombamento por unidade, apresenta etiquetas de tombo e para a lombada, produz listagens de assuntos e palavras-chave, faz recuperação da informação a pedido dos usuários, além de produzir todos os catálogos do bibliotecário: identidade, rubricas de assunto e controle de palavras-chave, topográfico e tombo, e, para o público: autor, título e assunto; apresentando todos esses produtos em ficha, em catálogos impressos e em microfichas.

São incorporados ao TAUBIP todos os tipos de documentos originais, quer impressos, quer manuscritos ou microforma, nos vários níveis bibliográficos: monografias, seriados, multimeios, material cartográfico e outros e as reproduções em micro ou macroformas. É prevista também a distribuição de volumes e exemplares pela rede, localizando-os nas ramais, sucursais ou bibliotecas unidade, quer da mesma cidade ou dos estados. O TAUBIP-1979 é compatível com o Formato CALCO-1978 e ambos por sua vez são compatíveis com o UNIMARC que é a última versão do MARC, publicado em 1977. Aplica-se a ISBD (M) e aguarda-se a consolidação das demais ISBDs para incorporarem aos formatos, portanto, a estrutura do formato padrão para registro bibliográfico legível à máquina para intercâmbio de fitas está assegurada pelos usuários do UNIMARC, que no Brasil são representados pelo CALCO e pelo TAUBIP. Os dois recentes grupos da IFLA estão estudando as analíticas e o controle de autoridades. Futuramente será feita comparação desses estudos com os resultados que estão sendo obtidos tanto pelo CALCO como pelo TAUBIP que já antecederam aos documentos internacionais e estão dando entrada no computador através de formulários desenhados

Digitalizado gentilmente por:

especificamente para esses problemas. CALCO e TAUBIP acompanham a evolução da marcha acelerada para registro legível à máquina e em alguns casos inovam processos pra resolver problemas concretos que se apresentam na prática, eis, portanto, a criatividade no "know-how" brasileiro participando efetivamente do Controle Bibliográfico Universal e integrando-se em sistemas e redes previstos nos programas do UNISIST e do NATIS.

RECOMENDAÇÕES:

1) Que os sistemas nacionais de informação utilizem os formatos internacionais para intercâmbio de informação e apliquem as ISBDs para as descrições bibliográficas visando ao Controle Bibliográfico Universal;

2) Que o Registro CALCO seja aceito como padrão para o intercâmbio de registros bibliográficos;

3) Que o Sistema TAUBIP seja aplicado nos sistemas regionais que visam não apenas à descrição bibliográfica mas também à organização do acervo de centrais e dos componentes de uma rede de informação.

QUADRO SINÓPTICO CRONOLÓGICO

1961	Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação IFLA	**Paris**
1966	Catalogação cooperativa da L.C. – Formato MARC evoluindo para MARC II, MARC/UK (Grã-Bretanha), MARC/CANADÁ, MONOCLE, ANNA, MARCAL, CALCO	Washington
1967	Anglo American Cataloguing Rules (AACR)	**Washington**
1967	UNESCO/ICSU – UNISIST	**Paris**
1969	Código de Catalogação Anglo Americano (tradução em língua portuguesa)	**Brasília**
1969	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação – ISBD – IFLA	**Copenhague**

Digitalizado gentilmente por:

1969	ISO – R961 (Implementação de fita magnética)	Basel
1970	SNICT – "Metas e bases para ação do governo"	Brasília
1971	ISBD (M) (edição preliminar) – IFLA	London
1972	ISBD (M) (tradução em língua portuguesa – CBDPT/FEBAB	São Paulo
1972	Formato CALCO	Rio de Janeiro
1973	ISO 2709 (Intercâmbio de Informação Bibliográfica em fita magnética)	Basel
1973	Formato CALCO (2ª edição)	Rio de Janeiro
1974	ISBD (M) (1ª edição)	London
1974	ISDS (Sistema Internacional de Dados sobre Publicações em série) – UNISIST	Paris
1974	UNISIST/ICSU-AB (Manual de referência para descrição bibliográfica legível a máquina)	Paris
1974	UNESCO/FID/FIAB/CIA – NATIS	Paris
1974	ISO 962 (Processamento de informação em fita magnética)	Basel
1976	MARCAL (edição preliminar)	Rio Piedras, Puerto Rico
1976	TAUBIP (estudos preliminares)	S.B. Campo
1977	ISBD (S), ISBD (NBM) e edição preliminar do ISBD (G)	London
1977	UNIMARC	
1977	CALCO/BN/CIMEC	Brasília
1978	ISBD (G) e 1ª edição do ISBD (PM) e do ISBD (A)	Paris
1978	AACR II (2ª edição do AACR)	Washington
1978	CALCO/BN/CIMEC	Brasília
1979	ISBD (AN) (início de estudo) e de Controle de Autoridades	Paris
1981	Aplicação do AACR II	Washington

Digitalizado gentilmente por:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – ANDERSON, D. Lista de control de la Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada de monografias. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas, 28*:37-41, 1974.

2 – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos. *ISBD (M) e o Código de Catalogação Anglo-Americano. São Paulo, 1978.*

3 – BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Centro de Informática. *Instruções de preenchimento da folha para catalogação calco.* Brasília, CIMEC/Biblioteca Nacional, 1978. 239 p.

4 – CARNEIRO, R. *Resumo e comentários relativos ao Prefácio e Notas introdutórias do ISBD (M).* (São Paulo) APB (1976) 10 fl. mimeo.

5 – *Cataloguing Services Bulletin* (2):3, Fall 1978.

6 – CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. Trad. e adap. do texto norte-americano editado pela ALA, por Abner Lellis Corrêa Vicentini. Brasília, Ed. dos Tradutores, 1969. 528 p.

7 – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO. Paris, 1961. *Statement of principles adopted at the International Conference.* London, IFLA, 1961.

8 – GREN, S. EL NATIS: tema para los años 70. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas 29* (3): 125-32, 1975.

9 – POBLACIÓN, D.A. et al. *Catalogação referenciada aplicando as ISBDs para os usuários de ciência da saúde.* São Paulo, 1978. Apres. no VII Encontro de Bibliotecários Biomédicos da Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB, 4º, São Paulo, agosto de 1978.

10 – ROSENBAUM, M. Registro del ISDS sobre publicaciones en serie. *Boletin de la Unesco para las Bibl. 32* (5):161-3, 1978.

11 – SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria de Educação e Cultura. *Divisão de Bibliotecas e Projeto TAUBIP: automação de sistema de bibliotecas*, em colaboração com a equipe da Divisão de Biblioteca da Prefeitura de S. Bernardo do Campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, jul. 1977. *Anais*, Porto Alegre, 1977. p. 330-52.

12 – UNISIST. *Reference manual for machine – readable bibliographic descriptions.* Paris, UNESCO, 1974. 71 p.

Digitalizado gentilmente por:

13 – UNISIST: *sinopsis del studio sobre la possibilidad de estabelecer un sistema mundial de información científica*, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura y el Consejo Internacional de Uniones Científicas. Paris, Unesco, 1971. 40 p.

Digitalizado gentilmente por:

Qualidade e Análise da Informação na Automação *

CDU 007.001.4(048)

Alfredo Américo Homar **

Existe grande vantagem no processamento integrado da informação bibliográfica e temática, a qual necessita de uniformização no processamento dos vários tipos de documentos através da padronização dos registros em formulários e dos manuais de instrução. Para isso, as atividades de organização, administração e disseminação de informações devem estar interligadas. Da comparação entre o sistema de automação e o processamento parcial e global, evidencia-se a prioridade da análise da informação como principal suporte de entrada para o sistema. São necessários diferentes níveis de análise da informação e uma boa equipe de especialistas para esse procedimento. A situação da análise do conhecimento gerado no Brasil deve ser avaliada.

QUALIDADE E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO NA AUTOMAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

O momento atual caracteriza-se pelo expressivo número de contribuições ao conhecimento e, como conseqüência, a grande quantidade de documentos. Destaca-se também o fato de que a produção intelectual do ser humano neste século supera o que foi produzido nos dezenove séculos anteriores.

Afirma-se que o grande desafio é a possibilidade de bem aproveitar todo esse conjunto criando o ordenamento e eficiência de sistemas, orientados para a maior acessibilidade às informações. Portanto, pode-se concluir que o grande

* Trabalho apresentado no III Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e V Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo. São Bernardo do Campo, março de 1979.

** Consultor do Projeto TAUBIP. Professor de Documentação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP. Diretor da Escola de Biblioteconomia de São Carlos.

Digitalizado gentilmente por:

problema não é tanto o de criar novos conhecimentos, mas dominar metodologias que permitam obter a melhor qualidade na quantidade do saber humano que se encontra disponível.

Para vencer este tipo de obstáculo, a tecnologia tem proporcionado, a partir da metade do século 20, eficientes instrumentos para auxiliar, através de metodologia bem perfeita de tratamento e análise da informação, o controle e acesso à acumulação de conhecimentos e os seus documentos. Estão à disposição os sistemas de computação eletrônica, de micrografia e outros recursos proporcionados pela tecnologia da informação.

Os recursos tecnológicos disponíveis apresentam peculiaridades bastante eficazes na armazenagem e recuperação das informações e que correspondem, como pontos principais, à rapidez e quantidade, como resultado do processamento em alto nível de desempenho dos sistemas automatizados.

Entretanto, os sistemas integrados pelas máquinas não possuem a inteligência para contribuir com a qualidade ou melhoria da informação no processamento automatizado. Constitui, então, verdade básica que os sistemas de automação, como produto final, oferecem sempre a mesma qualidade de informação àquela que lhe foi fornecida como entrada. É certo que a péssima informação não se alterará com o processamento pelo computador, pois o produto final será também péssimo. Estas afirmações podem parecer óbvias, porém é válido enfatizar que os sistemas de automação envolvem em si dois fatores importantes, quanto à concepção e qualidade:

a) sistema computacional;
b) sistema de informação.

Como conseqüência, há muita validade em considerar que não adianta, para a eficácia do sistema, o melhor conjunto de equipamentos sem a grande quantidade e melhor qualidade da informação.

2 – PROCESSAMENTO INTEGRADO DA INFORMAÇÃO

Um sistema de informação orientado para o controle e acesso aos documentos apresenta basicamente três tipos de informação:

a) informação bibliográfica ou descritiva;
b) informação temática ou de assunto;
c) informação administrativa.

2.1 Informação bibliográfica ou descritiva

Como conceito geral é aceito que a informação bibliográfica corresponde à descrição física do documento e que permite a sua identificação no acervo. Este é o objetivo das ISBDs. Tem como finalidade a caracterização do documento através da análise bibliográfica e indicação de ítens como: autoria, título, edição, imprenta, colação, notas de série, especiais e outras.

A qualidade de análise exige uma forte consistência mediante decisões que se apoiem no pleno domínio dos tipos de documentos e suas características físicas.

2.2 Informação temática ou de assunto

Pela evolução das metodologias de organização dos documentos, conclui-se que a descrição física não é suficiente, devendo complementar-se com as descrições temáticas ou de assunto.

Digitalizado gentilmente por:

Ainda, dentro do enfoque histórico, houve inicialmente a preocupação em identificar o assunto em um nível geral. Posteriormente, com a especialização das coleções de documentos em determinadas áreas do conhecimento, surge a preocupação em descrever de forma mais detalhada os assuntos.

A informação temática ou de assunto corresponde, então, à identificação do conhecimento contido no documento visando tanto à sistematização na coleção como à recuperação de informações referenciais para a seleção, com pertinência e relevância, dos registros documentários relacionados com um determinado ou vários ítens do conhecimento humano.

Nessa orientação é desenvolvida a metodologia de representação temática ou de assunto caracterizada em:

a) catalogação de assunto;
b) classificação e indexação do assunto.

Nos dois aspectos, é incluído, como apoio importante, a condensação do assunto e que, de forma genérica, se qualifica como o resumo, nos seus diferentes tipos, e notas de conteúdo, aplicados alternativamente.

A análise e determinação dessas informações se orientam em dois níveis, relacionados com o tipo de recuperação:

a) nível geral;
b) nível específico.

Pode-se incluir no nível geral a recuperação pela classificação e cabeçalho de assunto; no nível específico a recuperação pela faceta (classificação facetada) e palavras-chave (indexação por palavras).

Estes dois níveis envolvem decisões com diferentes domínios de conhecimento. O nível geral corresponde à exigência de uma cultura geral sobre o assunto e o nível específico obriga a uma forte especialização de conhecimento. Nas condições do ser humano, torna-se difícil reunir num indivíduo a grande especialização em vários setores do conhecimento. Este fato justifica, então, que a análise temática ou de assunto em áreas especializadas, e em nível específico, obriga a se contar com a colaboração constante e freqüente de especialistas, exercendo as funções de analista de informação ou conhecimento.

2.3 Informação administrativa

A informação administrativa refere-se aos ítens necessários para controle patrimonial, atendimento, circulação dos documentos, estatísticas e administração da unidade.

2.4 Integração da informação

O sistema de informação, orientado para o controle e acesso aos documentos, deve-se adequar às qualidades da automação procurando integrar, na armazenagem e processamento, estes três tipos de informação a fim de permitir diferentes recuperações, com variações alternativas de informação, tanto a nível geral como específico. O sistema, então, estará apto a responder perguntas dentro de diferentes formulações em quaisquer situações de utilização pelos seus usuários.

2.5 Uniformização dos vários tipos de documentos, acervos e suas informações

Para que o sistema de informação apresente uma alta qualidade, a coleção de documentos e informações referenciais deve corresponder aos mais variados tipos. Para essa finalidade é fundamental procurar estabelecer uma linguagem controlada de descrição e, de tal forma, que

Digitalizado gentilmente por:

todos os seus ítens estejam previstos em um formulário de registro das informações que entrarão no sistema.

Esta orientação obriga a uma forte padronização dos ítens de informação bem como da estrutura de registro das informações referenciais. Como conseqüência, visando às diferentes alternativas de recuperação, é indispensável a determinação do conjunto de informações fixas e variáveis.

O formulário constituir-se-á no fator de uniformização das informações correspondentes aos documentos e acervos, como conseqüência da consistência e compatibilidade de formato a ser observado entre os componentes do sistema ou fontes alimentadoras para entrada das informações.

Os manuais, prevendo os detalhes de formatação e preenchimento, possibilitam a ação uniforme e padronizada que, através dos múltiplos participantes e de forma descentralizada, atende ao requisito de quantidade e qualidade de informações exigidas por um sistema eficiente de automação.

Significa, então, que um sistema de automação só terá eficiência a partir de um nível quantitativo de informações e participantes. A participação, por sua vez, obriga à aceitação de um formulário padrão para uso comum.

3 – INTERLIGAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ATENDIMENTO

O princípio de interligação é considerado não só sob o aspecto interno de cada unidade participante como também do relacionamento ao sistema.

O sistema completo de informação, no conceito de elementos agindo em conjunto para objetivos comuns, exige que as informações e, como conseqüência do processamento, os produtos atendam às diferentes funções desenvolvidas em cada unidade e em toda a rede.

Assim, a aplicação da automação perderá a consistência e eficácia se, no seu planejamento, não forem consideradas as funções internas, externas e relacionamento com as demais unidades, mediante critérios uniformes de organização, administração e atendimento. A este respeito, a estrutura em rede obriga a existência de manuais de serviços a serem adotados em todas as unidades integrantes.

É básico, ainda, salientar as prioridades prevendo as seqüências de atividades de apoio. Entre essas atividades, é de relevância orientar o maior esforço no registro de informações e a sua disponibilidade em quantidade e qualidade para justificar o processamento automatizado.

Pode-se pensar, dentro dessa linha, que seria oportuno no âmbito de uma rede ou mesmo antecedendo a sua formalização, se todos os serviços e instituições – bibliotecas, serviços de documentação e outros sistemas de informação – a partir de um determinado momento, adotassem o registro em formulário padrão, mesmo que as perspectivas de automação não sejam tão imediatas.

Pode-se exemplificar, assim, que já estamos no momento oportuno para atender a padronização de formatos e a conseqüente disponibilidade ampla de informações compatíveis para automação, desde que se decida utilizar o "Formato Calco" e o processamento automatizado por região ou outra delimitação geográfica e no regime de compartilhamento, servindo-se de um sistema disponível que, no caso, é o TAUBIP. Significa dizer que a análise e registro das informações, mesmo para um processamento manual, realizados em formulários, facilitam a disponibilidade quantitativa de informações, na

Digitalizado gentilmente por:

qualidade própria para uma perspectiva de automação.

O objetivo maior de um sistema de automação são as informações e, por essa razão, o esforço deve concentrar-se na coleta e registro em padrões uniformizados. Este é o próprio espírito das ISBDs, visando ao intercâmbio e transferência corrente de informações para oferecer benefícios importantes, entre os quais se podem destacar o melhor controle bibliográfico e os catálogos coletivos. A automação representa o meio de aperfeiçoar e não pode preceder, como importância, a disponibilidade de informações formatadas e padronizadas.

Torna-se evidente que, através das alternativas de nível de informação – – tanto geral como específica – as unidades apresentam maiores recursos para melhor atendimento aos vários tipos de perguntas e usuários.

A força de um sistema de automação deve apoiar-se na sua potencialidade de processamento global e integrado de informação bibliográfica, temática e administrativa, atendendo aos mais diferentes produtos a partir de uma única entrada e arquivo central, disponível nos recursos computacionais.

Não apresenta grande validade, sob o aspecto de automação, o planejamento de atividades que cubram parcialmente algumas funções da unidade e tão pouco a organização de um sistema com padrões fechados e compatíveis apenas para as funções de uma unidade.

A missão das unidades estará atendida quando efetivamente demonstrem a sua capacidade para o controle de todos os documentos através de uma ação conjunta. Não é justificável a originalidade isolada, mas, sim, a criatividade e qualidade do trabalho cooperativo.

4 – ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

O maior desafio, quando um sistema, pelo processamento global, deve atender ao nível geral e específico de recuperação, é a análise e determinação das informações temáticas ou de assunto.

Para o caso da descrição mais pormenorizada dos assuntos dos documentos, verifica-se que há necessidade de forte especialização de conhecimento.

Em conseqüência, torna-se fundamental prever para os assuntos e documentos mais profundamente descritos a colaboração de especialistas e, na concepção do sistema de automação, com a missão específica de agirem como analistas de informação ou de conhecimento.

A colaboração consiste em elaborar resumos informativos, como atividade mais imediata. Podem também se incumbir de outras análises mais voltadas para a avaliação e acompanhamento do conhecimento, através de contribuições como revisão de literatura, orientação a fontes de informação, análise de progressos e estado-da-arte.

A interação entre o profissional bibliotecário e o especialista constitui ponto fundamental, mesmo na biblioteca pública, por exemplo, analisando a coleção de documentos históricos da cidade ou região.

4.1 Situação da análise de informação no Brasil

Os produtos de informação e o nível de atendimento de nossas unidades são ainda insuficientes com relação à qualidade de serviços e informações.

Poucos são os serviços existentes de resumos correntes e de análise de informação. Praticamente inexistentes. Nossas bibliografias, quando atualizadas, são apenas sinaléticas.

Digitalizado gentilmente por:

Há, desta maneira, insuficiente qualidade de informações referenciais em nosso país.

Em muitas oportunidades, as informações do país são recuperadas em fontes estrangeiras, devido a baixa qualidade ou inexistência das fontes de informações nacionais.

Este rápido diagnóstico, justifica a preocupação das nossas unidades quanto ao estímulo que deve ser dado à análise de conhecimento gerado no país e, seletivamente do exterior, tendo como produto, pelo menos, os resumos correntes por áreas específicas de assunto.

A solução a este problema vem atender à verdadeira função de um automatizado que, sem dúvida alguma, se apoia na qualidade da informação, como prioridade primeira.

BIBLIOGRAFIA

1 – DOYLE, Lauren B. *Information retrieval and processing.* Los Angeles, Melville Publ., 1975. 410 p.

2 – FOSKETT, A.C. *A abordagem temática da informação.* Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1973. 437 p.

3 – HAMAR, A.A. *Automação dos serviços de biblioteca e documentação no Brasil.* Brasília, 1975. 7 p. Trab. apres. VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

4 – KENT, Allen. *Information analysis and retrieval.* New York, Becker and Hayes, 1971. 367 p.

Digitalizado gentilmente por:

A Bibliografia como Ciência: da Crítica Textual à Bibliometria *

CDU 01:31

Edson Nery da Fonseca **

A busca de informações bibliográficas, embora importante como etapa inicial de qualquer estudo ou investigação que pretenda ser realmente original, não pode confundir-se com a pesquisa bibliográfica. A bibliografia consagrou-se como ciência pelas pesquisas literárias do inglês Alfred Willian Pollard em torno dos "Shakespeare Folios and Quartos" (1909). Em 1917, os também ingleses F.J. Cole e N.B. Eales aplicaram a estatística na análise de uma bibliografia de anatomia comparada, fundando a bibliometria. As pesquisas bibliométricas reafirmaram a natureza científica da bibliografia, considerada pelo sociólogo Victor Zoltowski como ciência concreta, cujo objetivo é recensear o universo dos livros em sua totalidade, tal como procede a demografia ao recensear a população. Analisando a "Bibliographie de la France", Zoltowski lançou, em 1955, as bases de uma bibliometria macrobibliográfica. Com o advento dos índices de citações (Science Citation Index em 1963 e Social Sciences Citation Index dez anos depois), surgiu a bibliometria microbibliográfica. O possível e desejável aparecimento de um índice de citações em Humanidades permitirá a reconstituição das cadeias de citações imaginadas por Henri Lefebvre. E com essa reconstituição, muitas retificações poderão ocorrer na história das idéias.

O que se entende freqüentemente por pesquisa bibliográfica não passa de uma procura de livros e artigos sobre determinado assunto ou de determinado autor: trabalho que, na maior parte dos casos, consiste em copiar informações das bibliografias, catálogos e outras fontes de referência disponíveis; trabalho que se resume, portanto, em fazer fichas.

Procurarei mostrar neste artigo que a bibliografia é muito mais do que isso, desfazendo a confusão entre cópia de informações e pesquisa, atividade que supõe uma hipótese claramente formulada e objetivamente testada.

Infelizmente, não dispomos, em língua portuguesa, de uma palavra como *recherche* – da qual derivou o inglês *research* – cujo prefixo reforça o sentido dos verbos *chercher* e *to search*; mas a significação original de *pesquisa* não

* Conferência proferida em São Paulo, em 1975, para o Curso de atualização promovido pela APB e Cybertheke. Publicada com o título *O que é e o que não é pesquisa bibliográfica*, na *Revista do Arquivo Público* de Recife, v. 29, n. 31, p. 4-10, dez. 1979. Nesta revisão para RBBD, o autor acrescenta três notas e dedica o artigo à memória de Jorge Peixoto.

** Professor titular do Departamento de Biblioteconomia da UnB.

Digitalizado gentilmente por:

justifica o amplo sentido com que a palavra vem sendo usada, pois sua etimologia é o latim *perquirere* – perquirir, investigar com escrúpulo, indagar, inquirir minuciosamente – através do espanhol *pesquisa*, definida pela Real Academia como "información o indagación que se hace de una cosa para averiguar la realidad de ella o sus circunstancias".

Não estou negando – note-se bem – a utilidade desse tipo de trabalho, que é ou deve ser a fase preliminar de qualquer pesquisa científica, para evitar redescobertas ou reinvenções. Em *Sociodinâmica da Cultura*, Abraham Moles inclui essa busca de informações no próprio "tempo de gestação" das obras culturais. Para ele, a busca de informações consome de um terço a metade do "tempo de gestação", pois é preciso testar documentariamente as idéias que surgem em nosso espírito, para verificar se elas são realmente originais ([11], p. 73-4). Mas não é admissível que se continue chamando *pesquisa bibliográfica* a uma simples procura de informações, por mais cuidadosamente planejada e exaustivamente estudada que tenha sido.

O mais grave, porém, é que essa acanhada concepção de pesquisa bibliográfica vem sendo veiculada pelos próprios professores de bibliografia. Parafraseando o desabafo de Manuel Bandeira em sua *Poética*, direi que estou farto dessa bibliografia raquítica, sifilítica e subdesenvolvida, com seus repertórios, suas fichas e bizantinas discussões sobre Johann Tritheim ou Conrad Gerner, cujas obras ninguém viu entre nós. Sinto-me até tentado a propor, de acordo com o espírito contestatário de nossa época, uma *antibibliografia* a juntar-se à antipsiquiatria dos Foucault e dos Laing ou à antieconomia dos Attali e dos Guillaume.

Por que esta contestação? Pelo puro prazer de contestar? De modo nenhum! Com a antibibliografia proposta, procuro tirar da bibliografia o seu aspecto de pura técnica ou mesmo de simples ciência auxiliar, para ressaltar sua condição de ciência com objetivos próprios, talvez mais válida, como tal, do que a própria biblioteconomia, que seria antes uma arte, como até a medicina vem sendo considerada por alguns autores ([8], p. 63, 129 *et passim*).

Neste sentido, aplicam-se à antibibliografia as palavras com as quais, em obra recente, Attali e Guillaume justificam a antieconomia: "Os manuais clássicos, em especial, continuam descrevendo impertubavelmente as mesmas teorias acadêmicas, adornadas, por vezes, para se colocarem ao sabor do dia, com alguns novos desenvolvimentos que lidam marginal e superficialmente com as questões que estão na moda. Ao formarem as futuras gerações de economistas, de executivos, de professores, contribuem para reproduzir representações econômicas ultrapassadas; é por isso que este livro é, em primeiro lugar, uma crítica da forma e da essência do ensino tradicional da ciência econômica" ([2], p. 7).

Foi no início do século XX que a bibliografia deixou de designar apenas uma "lista de livros" para ser encarada como ciência cujos precursores são três notáveis bibliotecários do British Museum: Alfredo William Pollard (1859-1944), Ronald Brunlees McKerrow (1872-1940) e Walter Wilson Greg (1875-1959). O último chegou a receber o título de Cavaleiro do Império Britânico, ficando seu nome ornado com um elegante *Sir*.

Estes ingleses, aliás, não fizeram mais do que restaurar uma tradição que remonta à célebre Biblioteca de Alexandria, cujos diretores foram notáveis eruditos, como Zenódoto de Éfeso, Aristófanes de Bizâncio, Aristarco de Samotrácea, Calímaco de Cirene, Apolônio de Rodes, etc. De Zenódoto, por exemplo, sabemos que foi quem primeiro estabe-

Digitalizado gentilmente por:

leceu o texto das obras de Homero, dividindo-as em 24 livros cada uma.

À semelhança de outras ciências, a bibliografia começou com uma descoberta: a da relação entre a primeira e as edições subseqüentes das obras dramáticas de Shakespeare. E assim como o austríaco Johann Gregor Mendel tornou-se o pai da genética pela publicação, em 1866, do seu famoso trabalho sobre hibridação de plantas, Pollard pode ser considerado o pai da bibliografia textual – por alguns também chamada histórica, crítica ou descritiva – com seu estudo *Shakespeare folios and quartos*, publicado em 1909 [26]

O exemplo da genética não aparece aqui por acaso. Existe uma analogia entre esta ciência e a bibliografia, na medida em que ambas procuram estabelecer semelhanças e diferenças: a primeira entre organismos aparentados biologicamente e a segunda entre as sucessivas edições de uma obra. Abra-se um simples manual de bibliografia textual e ver-se-á como os esquemas de sucessão de textos manuscritos e impressos se assemelham aos de transmissão hereditária ([13], p. 31-37, 40, 42 e 43). Para citar as palavras de Sir Walter Greg: "Books are the material means by which literature is transmited; therefore bibliography, the study of books, is essentially the science of the transmission of literary documents" ([26], p. 15, grifos nossos).

Existem várias outras analogias entre a ciência biológica e a ciência bibliográfica. Albert C. Clark tem um livro intitulado *Descent of manuscripts* (Oxford, 1918). Fala-se também na árvore genealógica dos manuscritos e impressos, tecnicamente denominada *estema*. Fala-se igualmente de manuscritos que têm *n* descendentes da primeira geração *ancestral*, chamado tecnicamente de *arquétipo*; em exemplares *contaminados* por erros dos copistas.

Costuma-se dizer que os copistas erravam porque seus olhos "caminhavam" mais depressa do que suas mãos. Entretanto, a má leitura e a má transcrição de textos não existiu apenas na época dos manuscritos. Com todos os progressos alcançados pelas técnicas de impressão, ainda hoje encontramos erros nos textos modernos mais caprichados, como são os das enciclopédias. Em sua obra A *new introduction to bibliography*, publicada em 1972, Philip Gaskell – – professor e bibliotecário do Trinity College – observa com razão: "Não há motivo para confinar a bibliografia aos documentos escritos. Todos os documentos, manuscritos ou impressos, estão compreendidos na província do bibliógrafo; e deve ser acrescentado que os propósitos e procedimentos da bibliografia se aplicam não apenas aos livros manuscritos e impressos, mas também a qualquer outro documento, disco, fita ou filme: documentos que, por serem reproduzidos, são susceptíveis de proporcionar diferentes versões e variantes" ([11], p. 1).

Não se pense que a bibliografia textual só tenha aplicação nos autores chamados clássicos. O Brasil precisa de muitos especialistas para o fascinante e até agora pouco explorado trabalho de estabelecimento dos textos de seus escritores antigos e modernos. Um trabalho como esse pode e deve ser caracterizado como pesquisa bibliográfica e o que ele apresenta de mais avançado é a possibilidade de sua automatização. Em artigo publicado em 1965, o beneditino Dom Jacques Froger apresentou sugestivo estudo recapitulativo – *state-of-the-art report*, como dizem os norte-americanos – sobre "a máquina eletrônica a serviço das ciências humanas", publicando três anos depois um estudo mais específico ([9a]).

Somente a documentação manuscrita e impressa existente na Biblioteca

Digitalizado gentilmente por:

Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, por exemplo, daria para ocupar muitas equipes de pesquisadores especializados em bibliografia textual, durante várias gerações. Trata-se, portanto, de especialização promissora, que um dia pode até constituir-se em curso independente do de biblioteconomia. Ou interdependente deste, como seria mais apropriado dizer-se de especializações afins e mesmo não-afins.

Nosso país possui, neste campo, uma tradição infelizmente interrompida: a da admirável equipe de técnicos e eruditos que ajudou Benjamin Franklin Ramiz Galvão a reformar a Biblioteca Nacional, entre 1870 a 1882, período durante o qual publicaram-se edições importantes como a da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, a *Arte da grammática da língua brazílica da nação Kiriri*, do Padre Mamiami, a *Flora Fluminensis* de frei José Mariano de Conceição Velloso e outras, avulsas ou incluídas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, iniciados em 1876.

Rubens Borba de Moraes e Rosemarie Erika Horch são, no Brasil, os únicos bibliotecários que mantêm ainda viva essa tradição. Do primeiro é essa prestimosa *Bibliografia brasileira do período colonial*, que tem, entre outros méritos, o de identificar as edições da obra de Tomás Antônio Gonzaga *Marília de Dirceu*. Muitas outras obras de grande interesse para a história da literatura, da ciência e da arte brasileira estão referenciadas na mesma bibliografia de Borba de Moraes. Elas são a matéria-prima potencial de edições críticas e estão à espera de bibliógrafos que conheçam, não apenas as normas da ABNT, mas a ciência da bibliografia textual, como Rosemarie Horch, exímia catalogadora dos incunábulos da Biblioteca Nacional e exploradora dos cimélios da Coleção Barbosa Machado.

Existem ainda outro tipo de pesquisa que dá à bibliografia categoria científica. Refiro-me às análises bibliométricas resultantes da aplicação da estatística à bibliografia. Segundo Alan Pritchard, os precursores foram os ingleses F.J. Cole e N.B. Eales quando, em 1917, analisaram a bibliografia de anatomia comparada. Essa análise foi comentada por outro inglês – E.W. Hulme – num livro publicado em 1923 e em cujo título aparece pela primeira vez a expressão "bibliografia estatística": *Statistical bibliography in relation to the growth of modern civilization* [23].

Engana-se Pritchard, entretanto, ao afirmar que a expressão passou vinte e dois anos ignorada, até ser novamente empregada por Charles F. Gosnell e L.M. Raisig. No seu *Traité de documentation*, publicado em 1934, Paul Otlet aborda o assunto num capítulo intitulado "Le Livre et la mesure. Bibliométrie" e no qual já se fala em bibliografia estatística [20, p. 13-22). E Bradford não pode ser igualmente esquecido entre os precursores da bibliometria, pois sua famosa lei, pela primeira vez formulada, em 1934, baseia-se na análise estatística de um a bibliografia especializada [4].

Muitos estudos bibliométricos foram realizados com base na lei de Bradford e até já começam a aparecer, no Brasil, dissertações de mestrado na mesma linha de pesquisas. Tanto já se escreveu sobre o assunto que é perfeitamente previsível o aparecimento de uma análise bibliométrica da lei de Bradford baseada na própria lei de Bradford. Ultimamente, entretanto, ela começou a sofrer restrições, quanto à sua ambiguidade [31] e até com relação à sua validade científica. Em artigo recente, André Chonez chega a falar em "impostura pseudo-científica" [5].

Podemos classificar as análises bibliométricas em micro-bibliográficas e macro-bibliográficas. Denominamos micro-

Digitalizado gentilmente por:

-bibliográfica a análise de artigos de periódicos, tal como foi pela primeira vez realizada por Coles e Eales (1917), Hulme (1923) e Bradford (1934). Mais recentemente, surgiu outro tipo de análise que eu chamaria de ultra-micro-bibliográfica, pois se exerce sobre citações contidas em artigos de periódicos.

As análises de citações identificam redes que se constituem na infraestrutura da Ciência da Informação. Elas como que escancaram a nossos olhos todo o processo de organização do conhecimento, revelando, como salienta Manfred Kochen, relações entre novas e antigas informações ([13] p. 139). Os precursores da análise que estou denominando de ultra-micro-bibliográfica são todos norte-americanos: Eugene Garfield, M.M. Kessler, Charles Osgood, Derek de Solla Price e outros, citados no estudo recapitulativo deste último, intitulado "Network of scientific papers" [22].

As mais importantes conquistas neste campo são o *Science Citation Index*, iniciado em 1963 e o *Social Sciences Citation Index*, cuja publicação começou em 1973. O índice de citações pode ser brevemente definido como uma lista de documentos citados por um documento. No caso do *Science Citation Index* e do *Social Sciences Citation Index*, as listas indicam citações contidas em coleções de documentos, somente possíveis por meio da tecnologia eletrônica. Ambos são publicados trimestralmente e acumulados anualmente em volumes encadernados pelo Institute for Scientific Information, de Filadélfia.

Os índices das citações estão divididos em três partes: *Citation Index* (onomástico), *Source Index* (documentos editados por instituições, documentos anônimos, patentes e documentos de autoria individual) e *Permuterm Subject Index* (índice temático em cadeia). A parte 1 – *Citation Index* – tem apresentação tabular, indicando: autor citado, autor citante, ano da publicação citada, ano da citação, volume e página. Com todas as suas listagens, um índice de citações permite responder se determinada nota prévia já foi expandida em artigo, se determinado livro já foi objeto de uma recensão crítica *(book-review)*, se determinada teoria já foi confirmada, se determinado método já foi aperfeiçoado, se determinada sugestão já foi testada, se determinada patente foi citada, se existe nova síntese para determinado composto químico ou se sua atividade biológica foi devidamente confirmada, se determinado produto foi clinicamente avaliado, se determinada idéia é original, se existem outros pesquisadores trabalhando em determinado campo, quais os mercados potenciais para determinado instrumento, que obras foram publicadas por determinada instituição, quais as obras mais recentes de determinado autor e em que obras coletivas ele colaborou, etc.

Se dentro de mais alguns anos surgir o *Humanities Citation Index*, o ciclo se completará, concretizando um sonho do grande pensador Henri Lefebvre, que em 1967 escreveu estas palavras proféticas: "Uma triagem maliciosa das publicações numa determinada especialidade (digamos a sociologia) nos apresentaria muitas surpresas. Seria possível reconstituir as cadeias de citações. Perceberíamos quão raramente se introduz nos textos uma idéia nova; encontraríamos onde determinada idéia foi introduzida, por quem, aquilo que ela se tornou, como ela se metamorfoseou, onde morreu, onde está seu túmulo (...). O estudo das citações pressupõe grandes meios, dinheiro, máquinas. É um mundo bem grande, o da coisa escrita. Que amontoado gigantesco de papel impresso! A grande pesquisa que lembramos aqui reduziria esse monte ao revelar todos os textos que parafraseiam outros textos, ao remontar às palavras

Digitalizado gentilmente por:

originais. Que restaria daquele amontoado? O livro absoluto, tão procurado, tão sonhado. Deixaremos a cada um dos leitores o prazer de compor esse livro. Quanto a nós, continuamos a imaginar essa triagem, que exigiria o emprego das técnicas quantitativas mais modernas: enumeração, freqüências" ([15], p. 182-3).

Esta longa citação mostra que dificilmente se exagera a importância dos índices de citações, somente possíveis – repetimos – pelo processamento eletrônico de dados. Se me disserem que não dispomos, no Brasil, de recursos para fazer o mesmo eu responderia com a indicação do tempo ocioso da maior parte dos computadores existentes no país.

Lamento não poder deter-me com mais vagar sobre o assunto porque isso requereria, no mínimo, outro artigo. Recomendo, porém, a leitura da contribuição de M.V. Malin em *Library Trends* de janeiro de 1968 ([18]) e o verbete que Melvin Weinstock escreveu para a *Encyclopedia of library and information science* [30].

Na análise que denominei de macrobibliográfica, a matéria prima é a bibliografia nacional de determinado país. Ela foi pela primeira vez intentada pelo sociólogo Victor Zoltowski. Tomei conhecimento da existência deste autor através de uma citação de pé-de-página do livrinho de Louise-Nöelle Malclès sobre a história da bibliografia ([17]), p. 13). Parece-me injustificável que um trabalho tão importante para a bibliografia seja desconhecido pela maior parte dos bibliotecários. Tal desconhecimento se explica – embora de modo algum se justifique – pelo fato do estudo a que me refiro haver sido publicado numa revista de sociologia, constituindo-se, por isso, numa lição para todos nós: a de que não basta consultar as revistas de nossa especialização, pois como demonstrou Bradford, os artigos especializados estão dispersos por revistas gerais e de outras especializações.

Vejamos o que disse e, sobretudo, o que fez Victor Zoltowski. Para ele a bibliografia é uma "ciência concreta" que tem por objetivo "recensear o mundo dos livros na sua totalidade, do mesmo modo pelo qual a demografia procede com o recenseamento da população" ([32], p. 175). O estudo consiste numa análise da *Bibliographie de la France* – criada em 1811 por um decreto de Napoleão I – desde seu início em 1812 até 1900.

Tal análise permitiu a Zoltowski identificar movimentos culturais, completando, esclarecendo e mesmo retificando informações dos historiadores das idéias, das letras e das artes. Assim – esclarece Zoltowski – "introduzindo a bibliografia como ciência concreta e a estatística bibliográfica que a torna quantificável, pode-se estudar, através dos séculos, certos problemas sociológicos sobre o mesmo terreno e com o mesmo método" ([32], p. 183).

Ignoro se análises bibliométricas semelhantes à de Victor Zoltowski foram feitas em outros países, tendo como base as respectivas bibliografias nacionais.[1] Sou orientador de uma dissertação de mestrado em Ciência da Informação cuja autora – a bibliotecária pernambucana Ivanilda Fernandes da Cunha, da Universidade Federal de Pernambuco – está analisando, com idêntico objetivo, o *Boletim Bibliográfico* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se, evidentemente, de uma amostragem muito precária, considerando-se que o depósito legal somente é cumprido, no Brasil, por um número muito reduzido de editores. Para comprovar esse escandaloso fato, basta comparar com a *Library of Congress Accession List: Brazil*, publicação bimestral iniciada em janeiro de 1975, de acordo com o programa nacional de aquisição e catalogação dos Estados Unidos

Digitalizado gentilmente por:

e graças ao Library of Congress Office do Rio de Janeiro.[2]

Sempre me pareceu que a bibliografia nacional de um país com as dimensões continentais e os contrastes culturais do Brasil devia ser descentralizada por grandes Estados – como São Paulo, Paraná e Minas Gerais, por exemplo – e por grandes regiões como as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, coordenadas, as destas, pelas respectivas superintendências regionais de desenvolvimento (SUDAM, SUDENE e SUDECO).

Se o Controle Bibliográfico Universal admite, como assinala Dorothy Anderson, bibliografias regionais de âmbito internacional ([1], p. 30, item 11.3 e p. 39, item 14.4), parece lícito supor que bibliografias estaduais e regionais como as aqui propostas serão bem acolhidas tanto pelo referido programa como pelo UNISIST. A exigência natural de ambos é que as contribuições nacionais a uma bibliografia internacional sejam apresentadas de acordo com as novas normas para descrição bibliográfica de monografias (ISBD-M) e de publicações periódicas (ISBD-S); e, no caso do UNISIST, segundo os modelos do seu manual de referência (vide bibliografia).

Para concluir, de acordo com o título deste artigo: a procura de informações e a cópia de referências, embora importante como etapa inicial de qualquer trabalho científico, não pode ser considerada *pesquisa bibliográfica*, expressão que designa (1) a correta identificação de textos e seu estudo comparativo, para determinação do arquétipo e suas variantes; (2) as análises bibliométricas cujo objetivo é a comprovação ou retificação da história das idéias, tanto (2.1) pelo relacionamento entre documentos citados e documentos citantes como (2.2) pelo recenseamento ideográfico de bibliografias nacionais.

NOTAS

1 – Depois de escrito este artigo, tomei conhecimento de uma interessantíssima tese apresentada à Universidade de Paris por Robert Estivals: *La bibliometrie bibliographique* (Lille, Service de Reproduction des Theses de l'Université de Lille, 1971. 2 t.): estudo exaustivo e fundamental. Recentemente, publicou-se outra obra importantíssima: *Literature and bibliometrics*, by David Nicholas and Maureen Ritchie (London, Bingley; Hamden, Linnet Books, 1978. 183 p.).

2 – A dissertação de Ivanilda Fernandes da Cunha Rolim foi defendida e aprovada no curso de Mestrado em Biblioteconomia do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1977. Ivanilda Rolim acaba de traduzir o trabalho de Zoltowski, a sair em 1979, possivelmente pela Editora Cultrix.

Digitalizado gentilmente por:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – ANDERSON, Dorothy. *Universal Bibliographic Control.* Paris, Unesco, 1974, 67 p. (COM-74/NATIS/REF. 3).

2 – ATTALI, Jacques & GUILLAUME, Marc. *A antieconomia: uma crítica à teoria econômica.* Trad. Fernando de Castro Ferro. Rev. técnica Mauro Roberto da Costa Souza. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 222 p.

3 – BOWERS, Fredson. *Principles of bibliographical description.* Princeton, N.J., Princeton University Press, 1949. 505 p.

4 – BRADFORD, S.C. Sources of information on specific subjects. *Engineering.* London, 26:85,Jan. 1934.(trata-se da primeira formulação da lei da dispersão). Apud Bradford, S.C. *Documentation.* 2. ed. London, Crosby Lockwood, 1953, p. 196.

5 – CHONEZ, André. La dispersion de la litterature periodique en science de l'information; ou, L'imposture pseudo-cientifique de la loi de Bradford. *Documentaliste,* Paris, 2 (4): 175-84, dec. 1974.

6 – ESCARPIT, Robert. *L'ecrit et la communication.* Paris, Presses Universitaires de France, 1973. 128 p. ("Que sais-je?", 1546).

7 – FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da ciência.* 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Kennedy Ed. e Distrib., 1974, 242 p.

8 – FREYRE, Gilberto. *Sociologia da medicina.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967. 253 p.

9a – FROGER, Jacques. A máquina eletrônica a serviço das ciências humanas. Trad. Maria José da Luz. V.M. de Oliveira. *Revista do Serviço Público,* Brasília, 105 (1): 104-28, Jan./abr. 1970.

9b – *La Critique des textes et son automatisation.* Pref. R. Faure. Paris, Dunod, 1968. 280 p.

10 – GARFIELD, Eugene, World brain or Memex?; mechanial and intellectual requiriments for Universal Bibliographic Control". In: Montgomery, Edward B., ed. *The foundations of acess to knowledge; a symposium.* Syracuse, N.Y., Syracuse University Press, 1968, p. 169-196.

11 – GASKELL, Phillip. A new introduction to bibliography, 1972.

12 – KIRSOP, Wallace. *Bibliographie matérielle et critique textuelle; vers une collaboration.* Paris, Lettres Modernes, 1970. 77 p.

Digitalizado gentilmente por:

13 – KOCHEN, Manfred, ed. *The growth of knowledge; readings on organizaton and retrieval of information*. New York, J. Willey, 1967. 394 p.

14 – LAUFER, Roger. *Introduction a la textologie; vérification, établissement, édition des textes*. Paris, Larousse, 1972. 159 p. (Larousse université).

15 – LEFEBVRE, Henri, *Posição: contra os tecnocratas*. Trad. T.C. Netto. Rev. E. Monuma. São Paulo. Ed. Documento, 1969. 202 p. (Nova crítica).

16 – McKERROW, Ronald B. *An introduction to bibliography for literary students*. Oxford, Clarendon Press, 1972. 359 p. (1. ed., 1972).

17 – MALCLÈS, L- N. *La bibliographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1956. 134 p. ("Que sais-je?", 708).

18 – MALIN, M.V. The Science Citation Index: a nex concept in indexing. *Library Trends, Urbana, 16* (3): 374-87, Jan. 1968.

19 – MOLES, Abraham. *Sociodinâmica da cultura*. Trad., Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo, Perspectiva e Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 336 p. (Estudos, 15).

20 – OTLET, Paul. *Traité de documentation*. Bruxelles, Editiones Mundaneum, 1934. 443 p.

21 – PADWICK, E. W. *Bibliographical method; an introductory survey*. Cambridge, J. Clarke, 1969. 250 p.

22 – PRICE, Derek J. de Solla. Network of scientific papers. *Science* 1 (149): 510-5, Jul. 1965. Reproduzido no livro do mesmo autor *Little Science*, big science e em várias coletâneas, uma das quais a de Manfred Kochen (vide supra).

23 – PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? – *Journal of Documentation*, London, 25(4): 348-9, Dec. 1969.

24 – ROBINET, André, ed. Études philosophiques et informatiques. *Revue Internationale de Philosophie*, Bruxelles, n. 103: 1-131, 1973.

25 – SHERA, Jesse H. & EGAN, Margaret. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quartely*, Chicago, 22(2): 126-37, Apr. 1972. Reproduzido de Shera, Jesse H. *Libraries and the organization of Knowledge*. Ed. and. with an introduction by D.J. Foskett, London, Crosby Lockwood, 1965, p. 18-33.

26 – SIMON, H.R., ed. Analyses of bibliography. *Library Trends*, Urbana, 22(1): 1-74, Jul. 1973. Vide também no mesmo número os artigos de B.C. Brookes (p. 18-43, E.S. Thompson (p. 44-59) e R.T. Bottlie (p. 60-71).

Digitalizado gentilmente por:

27a – STOKES, Roy B. Bibliography. In: Kent, A. & Lancour, H., ed. *Encyclopedia of library and information science*. New York, M. Dekker, 1969 v. 2, p. 407-419).

27b – *The function of bibliography*. London, A. Deutsch, 1969. 174 p. (A Grafton book).

28 – UNISIST/ICSU-AB WORKING GROUP ON BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION. *Reference manual for machine readable bibliographic descriptions...* comp. by M.D. Martin. Paris, Unesco, 1974. 71 p. (SC. 74/WS/20).

29 – VARET, Gilbert. *Historie et savoir; introduction théorique à la bibliographie; les champs articulés de la bibliographie philosophique*. Paris, Les Belles Lettres, 1956. 225 p. (Annales Litéraires de l'Université de Besançon, 12).

30 – WEINSTOCK, Melvin. Citation Indexes. In: Kent, A. & Lancour, H., ed. *Encyclopedia of library and information science*, op. cit., v. 5, p. 16-40.

31 – WILKINSON, Elizabeth A. The ambiguity of Bradford's law. *Journal of Documentations*, London, 28(2): 122-30, Jun. 1972.

32 – ZOLTOWSKI, Victor. Le cycles de la création intelectuelle et artistique. *L'Annés Sociologique* 1952. Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p. 163-206.

Digitalizado gentilmente por:

Lexicografia: Uma Introdução ao Estudo de Dicionários *

CDU: 801.32

Jondira Batista de Assunção **

Estudo dos dicionários como objetos manufaturados e como discurso pedagógico. Tipologia segundo os objetivos de cada tipo e quanto à natureza, densidade e alcance do léxico. Estrutura do artigo de dicionário. Problemas relativos a definições: fazer corresponder a uma unidade lexical "n" signos, no interior de "n" discursos. Comparação entre dicionário e Thesaurus. Do ponto de vista da Informática, o thesaurus tem objetivos próprios, diferentes dos thesauri de língua – que diferem dos dicionários, apenas quanto á abrangência do léxico. Mas o thesaurus de Roget (1852), apesar de ser dicionário de língua, apresenta certas peculiaridades: as lexias são arranjadas por categorias e o objetivo é mostrar o relacionamento entre idéia/palavra; em Informática, o thesaurus é um instrumento de controle terminológico, cuja finalidade é precisar assunto/descritor. Conclui que estudos teóricos sobre a construção e manutenção dos thesauri só podem ser desenvolvidos se baseados na teoria semântica, ou seja, nas relações entre os planos de "conteúdo e expressão".

1 – DICIONÁRIOS: NATUREZA, FUNÇÃO, DEFINIÇÕES

dicionário é um "objeto manufaturado" que responde às exigências de informação e de comunicação de uma sociedade. É um instrumento de educação permanente. É ponto de referência entre a língua e a ciência, entre a língua e a cultura. É uma obra de segunda mão: um texto sobre outros textos. É um livro de consulta, onde as informações são apresentadas segundo a nomenclatura das unidades lexicais. O dicionário de Robert dá a seguinte difinição de dicionário: [1] "Elenco de palavras de uma língua, arranjadas em ordem alfabética ou segundo uma classificação que permita encontrá-las facilmente."

Podemos afirmar, então, que os dicionários podem e devem ser analisados como uma "praxis", como um material de consumo imprescindível à sociedade e com todas as implicações comerciais

* Trabalho de pós-graduação apresentado à Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa, da disciplina Lexicografia Estrutural, da FFLCH/USP, no 2º semestre de 1978.

** Mestre em Ciência da Informação pelo IBBD. Pós-Graduanda em Lingüística na FFLCH/USP. Profa. de Classificação da ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

dos outros produtos manufaturados: custo, concorrência, especulação sócio-cultural.

Mas os dicionários podem ser vistos também como um texto, como uma obra literária, ou mais precisamente, como um discurso pedagógico e didático. A redação do dicionário se define como uma arte (ou uma técnica?). O lexicógrafo deve seguir regras formais específicas do discurso pedagógico que fazem do dicionário um enunciado lexicográfico. O lexicógrafo toma como objeto do seu discurso "o que se diz da *língua* ou da *cultura*", segundo ele pretenda responder questões sobre a utilização de "palavras e frases aceitáveis", ou sobre "coisas" denotadas (ciência e técnica) às quais se referem o léxico. Deste ponto de vista, Dubois[1] diz que o lexicógrafo é um lingüista. Ele deve se referir explícita ou implicitamente a uma teoria lingüística de onde procede sua análise. Ele é também um antropólogo que define uma certa cultura, uma civilização; pode ser um jurista, um geólogo, um médico etc., segundo a área do conhecimento que é levado a definir.

Há certa contradição entre a atitude pedagógica e normativa do discruso didático e a atitude científica e polêmica de um dicionário. A definição de palavras ou expressões implica necessariamente numa posição teórica ou ideológica. A introdução de uma dialética ideológica ou cultural é feita consciente ou inconscientemente pela seleção ou elaboração dos exemplos e pela conceituação de determinadas lexias: estruturalismo, marxismo, psicanálise, etc. Mas são sobretudo os exemplos que engajam ética ou esteticamente o lexicógrafo. Os exemplos formam um conjunto de "asserções" sobre o mundo que implicam na ideologia da comunidade com a qual o lexicógrafo se identifica. O lexicógrafo é o intermediário entre a Sociedade e os leitores. Seus enunciados têm força de lei. É a garantia da Norma que representa a comunidade ideal. Portanto, o dicionário pode ser considerado como uma *instituição social* cuja função é definir a norma lingüística. E tais regulamentos comportam sanções. O dicionário autoriza palavras, construções, sentidos integrando-os ao uso da comunidade. Contrariamente ele condena ou despreza rejeitando certos usos. A sanção mais decisiva é a rejeição. Uma lexia só é considerada como pertencente a norma, quando aparece nos dicionários. A rejeição é feita também através de anotações ou rubricas específicas junto às lexias: "neologismo", "dialeto", "arcaísmo", "familiar"...

E preciso notar também que alguns dicionários ditos de uso, rejeitam certos julgamentos normativos: a norma de grupos ou de ideologias que possam ser consideradas como as de uma comunidade tradicional e ultrapassada. Mas de um modo geral, os dicionários tem caráter coletivo e não temporal. Ele se identifica com a língua nacional e com a comunidade ideal. O ensinamento dado não comporta tolerância. A resposta dada a uma consulta não comporta ambigüidades. Aí aparece o caráter moral dos dicionários. Trata-se de uma diferença importante entre o discurso científico e o discurso pedagógico. O discurso científico apresenta uma tese, tenta falsear aquela à qual ele contesta, e oferece base para uma possível verificação. No discurso pedagógico nem a língua, nem a cultura registrada são objetos de uma tese. O lexicógrafo desaparece no anonimato, confundindo-se com a comunidade que ele representa.

2 — OBJETIVOS E TIPOLOGIA

Os dicionários visam sobretudo preencher a uma lacuna de conhecimento que existe entre seus utilizadores (usuários,

Digitalizado gentilmente por:

leitores) e a comunidade que representam, quer seja de um ponto de vista lingüístico, cultural ou científico. Eles facilitam assim a comunicação lingüística ou científica contribuindo para nivelar a competência dos falantes. Dentro desta abordagem, podemos analisar os objetivos dos dicionários sob quatro aspectos:

I. Valorizar o comportamento verbal, desenvolvendo ou aperfeiçoando os meios de expressão pela análise semântica, sintática, morfológica ou fonética da língua: *dicionários monolíngües.*

II. Traduzir de modo satisfatório mensagens, sentido, permitindo ultrapassar as barreiras encontradas num enunciado em língua estrangeira: *dicionários bilíngües.*

III. Decodificar corretamente normas sociais ou científicas de diferentes universos de discursos. Ampliar a competência lingüística com relação à compreensão do léxico de grupos diversos daquele a que o leitor pertence ou dos campos de experiência que domina: *dicionários técnicos* ou *de assuntos.*

IV. Aumentar ou desenvolver o saber sobre o mundo, através de informações mais completas sobre os dados da experiência em qualquer área do conhecimento: *dicionários enciclopédicos.*

Podemos definir uma tipologia dos dicionários por meio de uma abordagem diferente, usando critérios para a classificação dos mesmos, dos quais selecionamos os seguintes:

a) Quanto ao domínio, o alcance do léxico:

todo o léxico: dicionários gerais
parte do léxico: dicionários especializados (técnicos ou de assunto)

b) Quanto à natureza das informações oferecidas sobre o léxico:

– palavra da língua; definições semânticas e sintáticas: dicionários de língua
coisa significada pelo léxico; dados ideológicos ou culturais – dicionários de "coisas", dicionário enciclopédicos.

c) Natureza da língua: língua original, derivada (cible) ou correlata:

Dic. monolíngües ou unilíngües
Dic. bilíngües ou plurilíngües (poliglotas)

d) Densidade da nomenclatura em relação ao léxico:

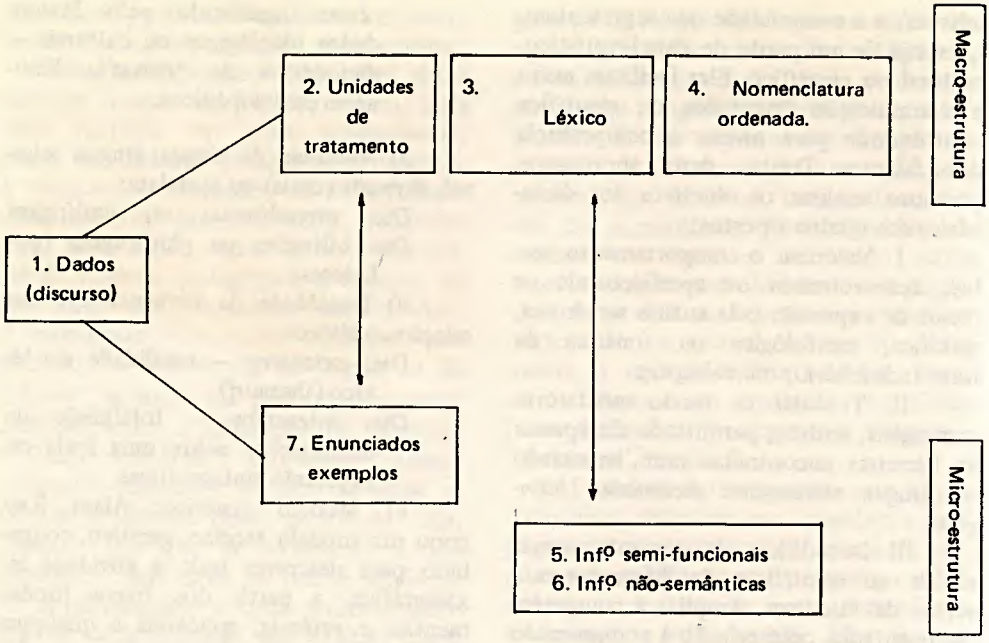
Dic. extensivo – totalidade do léxico (thesauri)
Dic. intensivos – totalidade de informações sobre uma lexia ou expressão sintagmáticas.

e) Modelo genérico: Alain Rey criou um modelo teórico, gerativo, concebido para descrever toda a atividade lexicográfica, a partir dos traços fundamentais e estáveis, aplicáveis a qualquer tipo de dicionário. O modelo não foi baseado na história ou numa visão de conjunto dos dicionários observados, conforme vem sendo feito até o momento. A análise é tão geral quanto possível e o foco principal são os dados geradores, chegando-se a um número reduzido de elementos considerados essenciais e constantes a todos os tipos já identificados. [3]

Todos os lexicógrafos reconhecem que os dicionários são quase sempre heterogêneos em relação a estas classificações. Há uma continuidade do dicionário de língua no dicionário enciclopédico e do dicionário técnico no de língua padrão, o que dá origem a diferentes formas intermediárias. Usando a combinação das duas características principais, – mais ou menos lingüísticos ou, mais ou menos enciclopédicos (de coisas) – teremos:

/ + enciclopédico/ / – lingüístico/ dic. técnicos, de assunto
/ + enciclopédico/ / + lingüístico/ dic. enciclopédico

Digitalizado gentilmente por:



/ – enciclopédico/ / + lingüístico/ dic. de língua

3 – O ARTIGO DO DICIONÁRIO (A ENTRADA, O ENUNCIADO)

A seqüência de palavras, a nomemclatura constitui a arquitetura do dicionário. A análise da nomenclatura e do enunciado lexicográfico levanta dois tipos de problemas:

– os que dizem respeito às regras de composição e apresentação gráfica do artigo;

– os que se referem à linguagem técnica, ou metalinguagem lexicográfica com a qual se redige ou reescreve as informações.

Os enunciados se organizam em artigos, sendo estes uma seqüência ordenada de frases que comportam um ou vários tipos de informações. De um modo geral, um artigo apresenta ou se constitui dos seguintes elementos:

A *palavra*, a unidade lexical, o "endereço" – É a entrada ou tema do qual as outras informações vão ser o predicado;

A *pronúncia* – transcrita em código próprio, de caráter internacional, aparecendo quase sempre entre parêntese,

A *categoria gramatical* – que dá os traços sintáticos fundamentais, isto é, a pertinência da palavra, quer seja de um morfema-raiz ou um termo derivado, a uma parte do discurso, determinada segundo a análise gramatical tradicional: substantivo, verbo, pronome, adjetivo etc. Em seguida as sub-classes: masculino, feminino, transitivo direto, qualificativo etc.

A *etmologia* – a origem da palavra, ou os elementos constitutivos, ou os procedimentos sintáticos que a ori-

Digitalizado gentilmente por:

ginaram. Em alguns casos o dicionário fornece a data de aparecimento do termo.

A *definição* — constitui-se de frases, que procura dar um sinônimo ou uma acepção da palavra. Cada frase é enumerada ou separada por um sinal convencional

Os exemplos — que oferecem ocorrência da palavra em frases ou sintagmas.

Idiotismos e expressões estereotipadas — Informações específicas, termos únicos de sub-entrada; provérbios, máximas etc.

O sentido funcional — São também sub-entradas; significação particular do termo num discurso científico determinado. Ou informações ideológicas sobre o objeto denotado pela entrada.

Cada tipo de dicionário dará ênfase maior ou menor em algumas destas informações, donde os dicionários ortográficos, etmológicos, de gíria, fonéticos etc.

Nos enunciados, as frases são redigidas num código particular, numa linguagem artificial. A metalinguagem lexicográfica é explícita e convencional.

Um substantivo só é definido por um sintagma nominal;

Um verbo só é apresentado no seu infinitivo;

Um adjetivo só é definido pelo sintagma: "se diz do que é..."

Todas as frases *têm* como sujeito a "Entrada", o endereço, e, como sintagma verbal, a informação. Exemplo:

o termo X é Y na língua falada
o termo X é Z na língua de origem

o que pode ser parafraseado;

o termo X é pronunciado Y
o termo X é originário de Z
o termo X significa P

Existe uma redundância nas informações dadas, numa relação entre as frases que compõem o artigo e a entrada:

X é definido por Y que é definido por Z, mas Z só é definido por X

A *Definição* — Alain Rey [3] tenta definir a definição primeiramente pela etmologia da palavra: *definito* — *definire* — *finire* — "de + finir ou de + terminar". Em Lógica a definição tem por objeto determinar a extensão de um conceito; seria simplesmente "o conjunto de termos conhecidos cuja combinação determina o conceito". Para os gramáticos, filósofos de Port-Royal, a definição é um remédio para a confusão que nasce do nosso pensamento e nos discursos pela confusão das palavras.

A. Rey fala ainda da malignidade lexical — a palavra culpável é uma constante de Bacon a Locke.

Para se evitar as ambigüidades, é preciso pelo menos lembrar-se das diferenças clássicas entre definição de palavras e definição de coisas, entre definições explicativas, delimitando um conceito e definições construtivas, criando o conceito; entre definições acidentais que permitem somente o reconhecimento do definido e definições essenciais.

À Lingüística interessam sobretudo as definições de palavras, explicativas e acidentais. Como Ciência Social, a Lingüística não pode agir, por enquanto, senão para reencontrar seu objeto, não de o criar.

Definição Lexicográfica : A definição pela língua natural é sempre uma definição de "palavras": seja de um signo por outros signos pertencentes ao mesmo sistema e organizados segundo as leis deste sistema; seja de um "significado" analisado em traços diferenciais e construtivos (semas) organizados em estruturas (sememas) pelas normas do

Digitalizado gentilmente por:

discurso; seja, enfim, de um conceito cuja descrição em língua natural é encarregada de determinar a natureza e o uso do signo (termo) que o exprima. A definição de coisas seria então uma "praxis". Servir-se de um elemento distinto de uma classe referencial, modificá-lo, agir sobre ele, isto é, ter mesmo de distinguir um elemento de uma classe de todos os outros elementos da mesma classe. Assim o programa de definições se reduz pela prática lexicográfica, a fazer corresponder a uma unidade lexical, supostamente desconhecida ou mal conhecida, uma pluralidade de unidades pertencentes ao mesmo sistema lingüístico, e organizadas segundo as estruturas sintáticas deste sistema, a fim de provocar no leitor ou no ouvinte a elaboração conceitual adequada. Trata-se de invocar pela definição (colocada como intérprete entre o signo e o significado) um conceito analisado, que deverá corresponder ao mesmo significado e remeter à mesma classe referencial.

Para Alain Rey, ao lexicógrafo escrupuloso o grande problema da definição nos dicionários se resume no seguinte: 1. É nas várias estruturas ideológicas e psicológicas que signo e conceito são engajados. E o redator terá que substituir a definição de *n* signos no interior de *n* discursos, muito mais cavalheirescamente (diz ele), por uma fórmula única. 2. O signo muito raramente aparece em uma função única, ou seja, é quase impossível considerar qualquer signo num grau máximo de indeterminação. Daí as discussões a respeito de:

- definições práticas, arbitrárias;
- possibilidade de cada estrutura sintagmática corresponder exatamente a um semema distinto, uma vez que o signo possui várias possibilidades de função, no discurso;
- a análise semântica dos dicionários ser uma distribuição do material descrito, de fatos lingüísticos em fragmentos de uma metalinguagem;
- a unidade gráfica ser insuficiente para identificar a unidade léxica, por exemplo: o apóstrofo (n'alma, d'água, c'est, n'est); o verbo na forma interrogativa (não é? que há?; où vá-t-il?); o traço de união (pé-de-moleque; arrière-grandparent); as palavras polimorfas (Fou, fol; cou, col; beau, Bel, etc.; barganha, berganha; perguntar, preguntar; digo, dizes; fui, somos, é).

Discussões sobre problemas lexicais similares, de "soluções impossíveis"... podem e devem ser estudados atentamente.

A fragmentação de conceitos, de conjuntos conceituais interdependentes, ou de classes conceituais é também fragmentada pela ordenação alfabética das lexias. O arranjo alfabético é considerado por A. Rey como uma outra absurdidade que não conduz a nada, a não ser a uma seqüência já conhecida.

Na escolha dos dados ou dos elementos que serão usados na definição, o lexicógrafo deve ser mais intuitivo que científico, selecionar os traços que aparecem no plano da experiência psico-lingüística de preferência àqueles que pertencem a um plano sistemático e/ou científico. Por exemplo, na definição da lexia "gato", as relações mais concretas e intuitivas seriam: "rato", "animal doméstico", "miado", "bigodes", "olhos cintilantes" – e no plano sistemático, que é um "mamífero", pertencente à família dos "felinos" ou, "que é delgado e que tem as patas semelhantes às do Leão, Leopardos", etc.

Digitalizado gentilmente por:

4 – DICIONÁRIO E THESAURUS

O dicionário já foi visto como produto manufaturado e como texto pedagógico, como discurso. Veremos agora a relação Dicionário-Thesausus, através da conceituação de "thesaurus", seja do ponto de vista lingüístico, seja do ponto de vista da Informática.

Quando se fala em *thesaurus* (tesouro), pensa-se logo em "preciosidades", em riquezas, em quantidade e, por analogia, em exaustividade. O thesaurus de língua visa, realmente, à totalidade do léxico. É o "depositário", a "arca" das riquezas lexicais de um sistema, arrolando todas as palavras, unidades lexicais e sintagmas, sejam eles do presente ou do passado. A preocupação principal é, portanto, com a exaustividade, com a totalidade. Ex.: *Trèsor de la Langue Française*. Contudo, em 1852, um lexicógrafo inglês, Peter M. Roget fez um dicionário de língua a que chamou de *Thesaurus of English Words and Phrases*, onde as lexias são apresentadas não em ordem alfabética, como nos dicionários usuais, mas agrupadas em categorias lógicas e mostrando um relacionamento entre elas. Não houve a preocupação com a exaustividade, com a totalidade lexical. A riqueza lingüística aqui se reflete numa interdependência semântica, no relacionamento conceitual, ou seja, na relação "idéia-palavra". A questão básica a que o dicionário pretende responder é: qual a palavra mais precisa, mais adequada para expressar determinada idéia? ou: existe na língua inglesa uma lexia mais precisa para expressar esta idéia? Assim, tanto a estrutura quanto a função do thesaurus de Roget recebeu tratamento diverso dos *thesauri* de língua até então conhecidos.

Do ponto de vista da Informática, pode-se igualmente definir o thesaurus segundo a sua estrutura, ou segundo a sua função. Segundo a sua função, um thesaurus é um instrumento de controle terminológico, utilizado para traduzir a linguagem natural dos documentos para uma "linguagem sistêmica", reduzida, a ser usada pelos indexadores e usuários no armazenamento e na recuperação da informação. Quanto à sua estrutura, o thesaurus é um Vocabulário controlado, mas dinâmico de termos, que possuem entre si relações hierárquicas (gênero-espécie) e semânticas, e que abrange de maneira exaustiva uma área específica do Conhecimento. [5]

Como subproduto estruturado da língua natural, ele reúne a terminologia necessária para descrever o conteúdo dos documentos, com maior precisão, evitando as ambigüidades e inconsistências da linguagem natural. Conforme a natureza do controle terminológico, vêm sendo elaborados, atualmente, dois tipos principais de thesauri:

a) thesauri que realizam o controle da terminologia por meio de termos preferidos, isto é, que admitem que apenas um único dentre os termos que designam um conceito seja empregada para a indexação e recuperação do conceito-assunto;

b) thesauri cujas normas admitem, para a indexação e recuperação de assuntos, todos os termos representativos de um conceito, mas que fazem corresponder a todos esses termos uma representação inequívoca do conceito (por exemplo: um código numérico, um símbolo, uma notação). Neste tipo de thesaurus torna-se mais fácil o cancelamento de sinônimos e a alteração de relações conceituais anteriores, no caso de um termo mudar de sentido.

Relação entre lexias e/ou descritores. Uma das funções primordiais de um thesaurus é apresentar as relações entre conceitos, mediante a indicação

Digitalizado gentilmente por:

das relações entre as lexias ou descritores usados para designá-los. A rede de relações entre um descritor e outros proporciona assim uma espécie de definição, ao situá-lo num espaço semântico.

Três tipos de relação devem merecer a atenção de quem esteja interessado na estruturação do thesaurus. São elas:

- relações hierárquicas (gênero/espécie);
- relações de equivalência (ou sinonímia);
- relações associativas (de afinidade).

Em qualquer um destes casos o relacionamento é recíproco, isto é, quando um descritor se acha em relação com outro, a indicação é feita em ambos os descritores.

Relações de equivalência. Quando certos descritores são considerados equivalentes, similares ou de significado quase idêntico, eles devem ser reunidos em categorias de equivalência, de tal modo que os termos equivalentes correspondam a um único e mesmo conceito. Na recuperação (busca da informação), todos os documentos cujos assuntos estejam associados com a categoria de equivalência, serão recuperados, mesmo que apenas um só termo seja utilizado como descritor. Deve-se observar a distinção entre:

— *os sinônimos* — termos que tem o mesmo ou quase o mesmo sentido em determinada área de conhecimento; Ex. alteração, Modificação.

— *os quase-sinônimos* — isto é, termos cujos significados podem diferir num vocabulário especializado, mas que são considerados como sinônimos para fins de recuperação da informação. Ex. Genética, Hereditariedade; Fluidez, Viscosidade.

Na apresentação da relação de equivalência são usadas as seguintes convenções:

UP *usado para* (ex: Alteração UP Modificação);

USE *Usar* (ex. Modificação USE Alteração).

A seguir um lay-out das recomendações feitas acima (em ordem alfabética):

ALTERAÇÃO
UP MODIFICAÇÃO

FLUIDEZ
UP VISCOSIDADE

GENÉTICA
UP HEREDITARIEDADE

HEREDITARIEDADE
USE GENÉTICA

MODIFICAÇÃO
USE ALTERAÇÃO

VISCOSIDADE
USE FLUIDEZ

Isto quer dizer que, ao indexar ou ao buscar (recuperar) uma informação sobre "hereditariedade", deve-se usar o termo Genética, é sob este termo que os documentos serão encontrados. O mesmo acontecendo com os outros dois exemplos.

Os termos preferidos foram: Alteração e Fluidez.

Relações hierárquicas. As relações hierárquicas exprimem as relações de subordinação, mais conhecidas cientificamente como relações de gênero/espécie. Em geral são analisadas sob quatro aspectos:

1. do geral para o específico
2. do específico para o geral
3. do todo para a parte
4. da parte para o todo

Convencionalmente, as relações hie-

Digitalizado gentilmente por:

rárquicas são apresentadas, no *thesaurus*, da seguinte maneira:

TG – Termo genérico
TE – Termo específico
TEP – Termo específico partitivo
TR – Termo relacionado

Exemplos:

RÉPTEIS
TE LAGARTOS
OFÍDIOS
TARTARUGAS
LAGARTOS
TG RÉPTEIS
OFÍDIOS
UP SERPENTES
TG RÉPTEIS
TARTARUGAS
TG RÉPTEIS
TR CROCODILOS
PLANTAS
TEP CAULE
FOLHA
FLOR
FRUTO
SEMENTE
CAULE
TG PLANTAS
TR TRONCO
FOLHA
TG PLANTAS
FLOR
TG PLANTAS
TEP PÉTALAS

Relações associativas (relação de afinidade) – Emprega-se comumente a relação associativa para explicitar os outros tipos de relação entre conceitos que são intimamente relacionados no discurso científico e tecnológico. Contudo, como existe uma grande variedade de relações associativas, estas devem ser estabelecidas somente quando se tiver a certeza de que serão necessárias na recuperação da informação, para melhor atender ao usuário.

As relações associativas, em geral, são empregadas para indicar:

– *autonomia:* conceitos opostos, mas estudados freqüentemente juntos. Ex.: Permeabilidade e impermeabilidade

– *coordenação*: conceitos derivados de um tronco comum. Ex.: Animais e Plantas; Educação e Ensino; Marxismo e Capitalismo;

– *relação genética*: conceitos derivados ou originários uns dos outros. Ex.: Pais e Filhos.

– *relação de causa e efeito;* Ex.: Ensino e aprendizagem.

– *similaridade física:* material, instrumental ou processual. Ex.: Xilogravura e Madeira; Catalogação e Catálogos; Indexação e Thesaurus.

No Thesaurus este tipo de relação aparece como Termo Relacionado – TR, ou como Termo Correlato – TC:

APRENDIZAGEM
TR ENSINO
EDUCAÇÃO
CAPITALISMO
TR COMUNISMO
MARXISMO
SOCIALISMO
COMUNISMO
TR CAPITALISMO
MARXISMO
SOCIALISMO
EDUCAÇÃO
TR APRENDIZAGEM
EDUCAÇÃO
ENSINO
TR APRENDIZAGEM
EDUCAÇÃO
IMPERMEABILIDADE
TR PERMEABILIDADE
MARXISMO
TR CAPITALISMO
COMUNISMO
SOCIALISMO
PERMEABILIDADE
TR IMPERMEABILIDADE

Digitalizado gentilmente por:

SOCIALISMO
TR CAPITALISMO
COMUNISMO
MARXISMO

Como se pode notar, reciprocamente, junto a cada termo relacionado, aparecem, em remissiva inversa, os termos que lhe forem associados.

CONCLUSÃO

Dicionário e Thesaurus são objetos manufaturados que servem de instrumento de consulta e de trabalho para diferentes tipos de usuários (escritores, leitores, bibliotecários, professores, pesquisadores, estudantes, etc.) no uso adequado do léxico, da terminologia.

O primeiro visa ao discurso oral ou escrito; o segundo, ao armazenamento e à recuperação da informação registrada em documentos.

O thesaurus, como instrumento de controle terminológico (Informática), baseou-se num thesaurus de língua, o de Roget, cuja finalidade é a de ajustar, precisar "idéia e palavra", valorizando o comportamento verbal da língua inglesa, através da apresentação das relações entre as diferentes lexias; o que corresponde, por outro lado, a ajustar, precisar "assunto e descritor", visando à maior precisão no processamento e na recuperação da informação.

Ambos devem ser analisados do ponto de vista da Comunicação entre Autor-Leitor, Fonte-Receptor, a fim de que se possa obter um constante processo de retro-alimentação e atualização (manutenção).

Nenhuma tentativa parece ter sido feita no sentido de desenvolver uma teoria sobre a construção e a manutenção de *thesaurus*. Sabe-se, porém, que essa teoria, se desenvolvida, deveria levar em conta a conceituação de "assunto", "conteúdo" (significado) e "termos-chave". Em outras palavras, seria na teoria lingüística, mais precisamente, na teoria semântica (expressão e conteúdo), que se poderia encontrar uma base teórica para desenvolver estudos igualmente teóricos sobre os *thesauri*.

Digitalizado gentilmente por:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – DUBOIS, Jean. Dictionnaire et discours didactique. *Languages*, 5 (9): 34-47, sept. 1970.

2 – DUBOIS, Jean & DUBOIS, Jean Claude. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris, Larousse, 1971. Cap. 1, 2, 3, 4, 5, 11 e 12.

3 – REY, Alain. *Le lexique: images et modèles; du dictionnaire à la lexicologie*. Paris, A. Colin, 1977. Cap. 1-4.

4 – SOERGEL, Dabgobert. *Indexing languages and thesauri: construction and maintenance*. Los Angeles, Melville, J. Willey, 1974. Cap. D.

5 – UNESCO. Diretrizes para elaboração e desenvolvimento de thesaurus monolingues destinados à recuperação de informações. Trad. Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, Departamento de Biblioteconomia da UnB, 1973. (Documento SC/WS/500)

Digitalizado gentilmente por:

cm 1 2 3
Digitalizado gentilmente por:
Scan System Gerenciamento de Informação
FEBAB
11 12 13

Thesaurus de Vias Urbanas*

Eunice R. Ribeiro Costa**

CDU 025.49.625.712

Thesaurus de Vias Urbanas destinado a ser aplicado a um conjunto de documentos especializados sob a forma de recortes de jornais. Expõe na parte I a técnica empregada no seu estabelecimento e na parte II apresenta o thesaurus.

1 – OBJETIVOS E APLICAÇÃO

1.1 Objetivos

O presente thesaurus de VIAS URBANAS propõe-se constituir: a) "um instrumento de controle da terminologia" (urbanística) "para transpor em linguagem mais estrita ... a linguagem natural utilizada nos documentos ou a usada pelos indexadores e usuários"; b) "um vocabulário controlado ... de termos que possuem entre si relacionamentos semânticos e genéricos" ... [1]

1.2 Aplicação

Destina-se a ser aplicado a um conjunto de documentos especializados – – sob a forma de recortes de jornais – da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

* Trabalho apresentado ao Prof. Michel Aymard para o Curso de "Thesaurus Especializado Monolingue", patrocinado pela APB, de fev./março de 1979.

** Bibliotecária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Digitalizado gentilmente por:

2 – CAMPO ABRANGIDO

2.1 Proposta inicial

Propõe-se abranger o assunto VIAS URBANAS apenas no seu aspecto funcional, isto é, reunir os termos referentes aos usos específicos que apresentam as vias urbanas, dentro do contexto de circulação de pessoas e veículos.

2.2 Proposta futura

Estabelecimento de um thesaurus de VIAS URBANAS sob o ponto de vista da sua forma ou do seu traçado e, ainda, dos equipamentos urbanos que possam apresentar.

3 – TERMINOLOGIA

3.1 Escolha de termos

Através do método sintético, procedeu-se à coleta de termos, tomando como base a nomenclatura existente em manuais de urbanismo [6,8], em índices que se relacionam à matéria [9] e em tabelas de classificação [4,5]. Em seguida, efetuou-se uma seleção de termos, na qual procurou-se seguir os critérios recomendados pela Unesco – contidos em trabalho elaborado por especialistas em lexicografia médica – – principalmente no que tange ao uso do vernáculo (embora neste thesaurus haja emprego de alguns descritores e não descritores em francês e inglês, consagrados pelo uso), às recomendações de organismos internacionais e nacionais e ao uso linguístico da área considerada.

3.2 Redação de um glossário

Nesta fase, foram redigidas as definições dos termos, tendo em vista os seguintes objetivos: a) distinguir claramente o conceito definido de outros; b) apontar os termos sinônimos existentes, a fim de que sejam, posteriormente, tratados de modo adequado; c) estabelecer o relacionamento hierárquico entre termos.

3.3 Ortografia, forma substantiva e número dos termos

3.3.1 Ortografia

A ortografia dos termos obedeceu à Lei n. 5765 de 18-12-1971. Os termos estrangeiros seguiram a ortografia de suas respectivas línguas.

3.3.2 Forma substantiva

Os termos apresentam-se sob a forma substantiva (item 3.2.4 da ISO 2788) [7], de substantivos e adjetivos pré-coordenados (item 3.2.6 da mesma norma) [7] ou de outros elementos gramaticais, dando lugar aos descritores compostos.

3.3.3 Número

Quanto ao número, decidiu-se pela forma plural dos termos, seguindo o uso dentro da área especializada (opção oferecida pelo item 3.2.5 da ISO 2788) [7]. Exceção feita ao descritor TRÂNSITO, no singular, também conforme o uso da linguagem técnica.

4 – ESTRUTURA

4.1 Hierarquia

Os termos coletados, selecionados e definidos foram, nesta etapa, estruturados. Optou-se por uma hierarquia genérica, na qual aparecem os termos genéricos, os termos específicos, os termos correlatos e os termos sinônimos ou quase-sinônimos. Aparecem, então, os descritores (os termos

Digitalizado gentilmente por: Scan System FEBAB

preferidos) e os não-descritores (os termos sinônimos ou quase-sinônimos).

4.2 Correlação

As correlações – aqui apresentadas por similaridade – "concorrem para reduzir os riscos de ambigüidade, situando o descritor em um campo semântico" [1].

4.3 Número de ordem

Considerando-se que o presente thesaurus contém apenas quarenta termos, sendo vinte e oito descritores, a numeração atribuída aos descritores é extremamente simples. Cada nível de descritor acha-se representado por um algarismo e um ponto, em ordem decimal.

4.4 Número de classificação

Com o intuito de se ampliar o leque de opções ao alcance do usuário, acrescentaram-se a cada descritor os números de classificação da CDU e da CDD, ambas utilizadas na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Para esta última, adotou-se a 14ª edição, que, embora mais antiga, oferece maior variedade de notação relativa à área especializada em questão, se comparada às edições mais recentes de nºs 15, 16, 17 e 18 [4]. A CDU foi utilizada através da sua edição média em língua portuguesa [5].

4.5 Termos correspondentes em inglês e francês

Para a maior parte dos descritores, registraram-se as formas correspondentes em inglês e francês. As fontes consultadas, o vocabulário da Union Internationale des Architectes [3] e o vocabulário de termos de urbanismo de Bardet, [2] forneceram a maioria dos subsídios.

5 – FORMA

5.1 Árvore classificatória

Organizou-se uma representação gráfica da hierarquia dos descritores: uma árvore classificatória formada de linhas oblíquas, que indicam os diversos níveis semânticos dos descritores.

5.2 Lista alfabética de termos

Os descritores foram arranjados em seqüência alfabética, cada um com seus respectivos termos: genérico, sinônimos ou quase-sinônimos, específicos e correlatos, acompanhados de seus números de ordem e de classificação e, ainda, os termos correspondentes em inglês e francês. Registradas, também, na mesma ordem alfabética, as remissivas dos termos sinônimos ou quase-sinônimos de interesse para o usuário. Quanto à alfabetação, pode ser considerada aqui, tanto letra por letra, como palavra por palavra, indiferentemente.

5.3 Lista sistemática de descritores

Corresponde, na essência, à árvore classificatória. Os termos sucedem-se em ordem de níveis, cada qual com seu respectivo número de ordem.

5.4 Índice hierárquico de descritores

A fim de facilitar a consulta aos descritores, elaborou-se um índice onde eles aparecem, concomitantemente, em ordem alfabética e hierárquica. Os pontos que precedem o descritor correspondem ao nível em que o descritor se acha colocado na hierarquia utilizada.

5.5 Glossário

Apresentação de um glossário, com os objetivos já expostos no item 3.2,

Digitalizado gentilmente por:

incluindo os descritores e outros termos que possam, eventualmente, servir à melhor compreensão dos TC pertencentes a grupos semânticos diferentes daquele tratado neste thesaurus. Os termos encontram-se em seqüência alfabética. Cada verbete contém a definição do termo, o registro dos seus sinônimos ou quase-sinônimos, quando for o caso, e de informações complementares, se necessárias. O glossário inclui, também, as remissivas dos não-descritores para os descritores. Quanto à seqüência alfabética, vale a mesma observação citada no item 5.2.

5.6 Siglas e abreviaturas

Utilizam-se as seguintes siglas na LISTA ALFABÉTICA DE TERMOS:

CDD – classificação decimal de Dewey
CDU – classificação decimal universal
TC – termo correlato
TE – termo específico
TG – termo genérico
TS – termo sinônimo

As abreviaturas: Sin. (no GLOSSÁRIO) introduz os termos sinônimos ou quase-sinônimos; I e F (na LISTA ALFABÉTICA DE TERMOS) significam inglês e francês.

5.7 Caracteres tipográficos

Os descritores aparecem, na *Lista alfabética de termos*, em letras maiúsculas e os não-descritores, em minúsculas.

THESAURUS DE VIAS URBANAS

1 Árvore classificatória
2 Lista alfabética de termos
3 Lista sistemática de descritores
4 Índice hierárquico de descritores
5 Glossário

2 – LISTA ALFABÉTICA DE TERMOS

Alamedas
Use VIAS URBANAS

Anéis vários
Use PERIMETRAIS

ARCADAS 0.2.1. CDD 711.14 CDU 625.712.34
TG PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
TC GALERIAS
Arcades (I) Arcades (F)

Artérias
Use VIAS PRINCIPAIS

AVENIDAS 0.1.1. CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS-PARQUES

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

5 Editorial

Artigos

7 Maria Luísa Monteiro da Cunha
ISBD: origem evolução e aceitação

15 Dinah Aguiar Población
As ISBDs e os elementos de intercomunicação nos sistemas automatizados objetivando o controle bibliográfico universal

23 Alfredo Américo Hamar
Qualidade e análise da informação na automação

29 Edson Nery da Fonseca
A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria

39 Jandira Baptista Assunção
Lexicografia: uma introdução ao estudo dos dicionários

51 Eunice R. Ribeiro Costa
Thesaurus de vias urbanas

67 José Rincon Ferreira et alli
Redes nacionais de informação, catalogação na fonte e outras experiências

89 Antonio Miranda
Informação na empresa: o papel da biblioteca

Digitalizado gentilmente por:

Seções

97 Entrevista
Alfredo Américo Hamar

101 Documento
Empréstimo internacional: princípios e diretrizes para sua realização 1978 Tradução Antonio Agenor Briquet de Lemos

109 Legislação

119 Noticiário

123 Congressos

124 Comentário

127 Resenhas

137 Levantamento bibliográfico

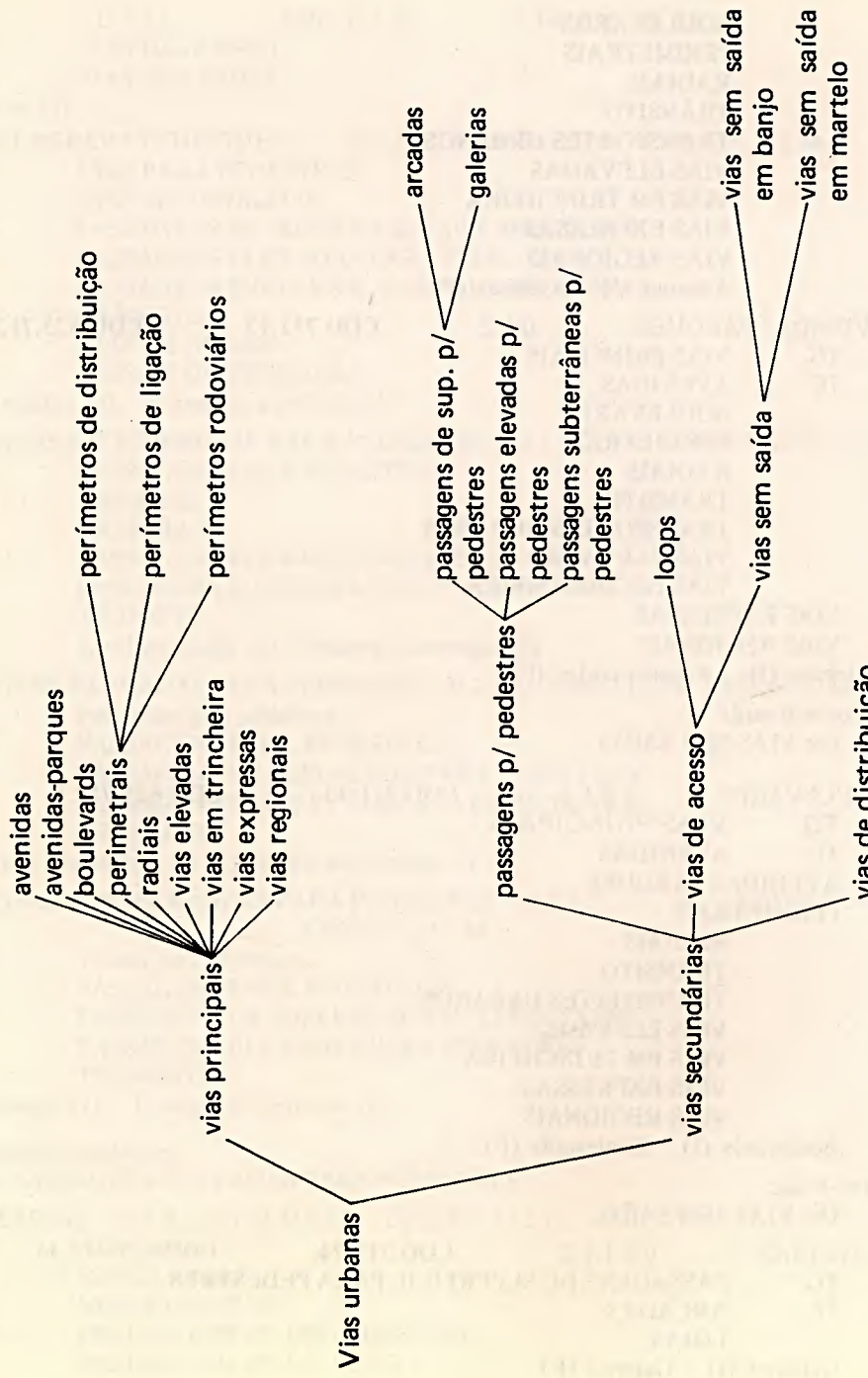
137 **1 Automação de bibliotecas**

141 **2 ISBD**

145 Abstracts

Digitalizado gentilmente por:

ÁRVORE CLASSIFICATÓRIA



Digitalizado gentilmente por:

BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Avenues (I) Avenues (F)

AVENIDAS-PARQUES 0.1.2 CDD 711.13 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Parkways (I) Avenues-jardin (F)

Becos sem saída
Use VIAS SEM SAÍDA

BOULEVARDS 0.1.3 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Boulevards (I) Boulevards (F)

Culs-de-sac
Use VIAS SEM SAÍDA

GALERIAS 0.2.1.1.2. CDD 711.74 CDU 625.712.34
TG PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
TC ARCADAS
LOJAS
Galleries (I) Galeries (F)

Digitalizado gentilmente por:

LOOPS 0.2.2.1. CDD 711.74 CDU 625.712.34
TG VIAS DE ACESSO
TC VIAS SEM SAÍDA
Loops (I)

PASSAGENS PARA PEDESTRES 0.2.1 CDD 711.74 CDU 625.712.34
TS VIAS PARA PEDESTRES
TG VIAS SECUNDÁRIAS
TE PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
PASSAGENS ELEVADAS PARA PEDESTRES
PASSAGENS SUBTERRÂNEAS PARA PEDESTRES
TC TRÂNSITO
VIAS DE ACESSO
VIAS DE DISTRIBUIÇÃO
Footpaths (I) Passagens à piétons (F)

PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES 0.2.1.1 CDD711.74 CDU625.712.34
TG PASSAGENS PARA PEDESTRES
TE ARCADAS
GALERIAS3
TC PASSAGENS ELEVADAS PARA PEDESTRES
PASSAGENS SUBTERRÂNEAS PARA PEDESTRES
TRÂNSITO
Level crossings (I) Passages à niveaux (F)

PASSAGENS ELEVADAS PARA PEDESTRES 0.2.1.2. CDD 711.74 CDU 625.712.2
TS Passarelas para pedestres
TG PASSAGENS PARA PEDESTRES
TC PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
PASSAGENS SUBTERRÂNEAS PARA PEDESTRES
TRÂNSITO
Elevated crossings (I) Passages supérieures (F)

PASSAGENS SUBTERRÂNEAS PARA PEDESTRES 0.2.1.3 CDD711.74
CDU 625.712.34
TS Túneis para pedestres
TG PASSAGENS PARA PEDESTRES
TC PASSAGENS DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
PASSAGENS ELEVADAS PARA PEDESTRES
TRÂNSITO
Subways (I) Passages souterrains (F)

Passarelas para pedestres
Use PASSAGENS ELEVADAS PARA PEDESTRES

PERIMETRAIS 0.1.4. CDD 711.73 CDU 625.712.1
TS Anéis viários
Rótulas viárias
TG VIAS PRINCIPAIS
TE PERÍMETROS DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍMETROS DE LIGAÇÃO

Digitalizado gentilmente por:

PERÍMETROS RODOVIÁRIOS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EMPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Ring roads (I) Voies de ceinture (F)

PERÍMETROS DE DISTRIBUIÇÃO 0.1.4.1. CDD 711.73 CDU 625.712.1
TS Perímetros de irradiação
TG PERIMETRAIS
TC PERÍMETROS DE LIGAÇÃO
PERÍMETROS RODOVIÁRIOS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
Inner roads (I)

Perímetros de irradiação
Use PERÍMETROS DE DISTRIBUIÇÃO

PERÍMETROS DE LIGAÇÃO 0.1.4.2 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG PERIMETRAIS
TC PERÍMETROS DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍMETROS RODOVIÁRIOS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
Middle rings (I)

PERÍMETROS RODOVIÁRIOS 0.1.4.3. CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG PERIMETRAIS
TC PERÍMETROS DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍMETROS DE LIGAÇÃO
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
Outer ring roads (I)

RADIAIS 9.1.5 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TS Vias radiais
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS

Digitalizado gentilmente por:

VIAS ELEVADAS
VIAS DE TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Radial streets (I) Voies radiales (F)

Rótulas viárias
Use PERIMETRAIS

Ruas
Use VIAS URBANAS

Túneis para pedestres
Use PASSAGENS SUBTERRÂNEAS PARA PEDESTRES

Vias arteriais
Use VIAS PRINCIPAIS

VIAS DE ACESSO 0.2.2 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TG VIAS SECUNDÁRIAS
TE LOOPS
VIAS SEM SAÍDA
TC PASSAGENS PARA PEDESTRES
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS DE DISTRIBUIÇÃO
Service roads (I) Voies de service (F)

VIAS DE DISTRIBUIÇÃO 0.2.3 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TG VIAS SECUNDÁRIAS
TC PASSAGENS PARA PEDESTRES
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS DE ACESSO
Collector streets (I)

VIAS ELEVADAS 0.1.6 CDD 711.73 CDU 625.712.36
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Elevated roads (I)

VIAS EM TRINCHEIRA 0.1.7 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS

Digitalizado gentilmente por:

TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
Roads in cutting (I) Voies en déblai (F)

VIAS EXPRESSAS 0.1.8 CDD 711.713 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS REGIONAIS
Expressways, freeways (I) Voies expresses (F)

Vias para pedestres
Use PASSAGENS PARA PEDESTRES

VIAS PRINCIPAIS 0.1 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TS Artérias
Vias arteriais
TG VIAS URBANAS
TE AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
VIAS REGIONAIS
TC TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS SECUNDÁRIAS
Main roads (I) Voies principales (F)

Vias radiais
Use RADIAIS

Digitalizado gentilmente por:

VIAS REGIONAIS 0.1.9 CDD 711.73 CDU 625.712.1
TG VIAS PRINCIPAIS
TC AVENIDAS
AVENIDAS-PARQUES
BOULEVARDS
PERIMETRAIS
RADIAIS
TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS ELEVADAS
VIAS EM TRINCHEIRA
VIAS EXPRESSAS
Regional roads (I) Voies régionales (F)

VIAS SECUNDÁRIAS 0.2 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TG VIAS URBANAS
TE PASSAGENS PARA PEDESTRES
VIAS DE ACESSO
VIAS DE DISTRIBUIÇÃO
TC TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
VIAS PRINCIPAIS
Secondary roads (I) Voies secondaires (F)

VIAS SEM SAÍDA 0.2.2.2 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TS Becos sem saída
Culs-de-sacs
TG VIAS DE ACESSO
TE VIAS SEM SAÍDA EM BANJO
VIAS SEM SAÍDA EM MARTELO
TC LOOPS
Dead-end roads (I) Culs-de-sac (F)

VIAS SEM SAÍDA EM BANJO 0.2.2.2.1 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TC VIAS SEM SAÍDA
TC VIAS SEM SAÍDA EM MARTELO

VIAS SEM SAÍDA EM MARTELO 0.2.2.2.2 CDD 711.74 CDU 625.712.2
TG VIAS SEM SAÍDA
TC VIAS SEM SAÍDA EM BANJO

VIAS URBANAS CDD 711.72 CDU 625.712.2
TS Alamedas
TE VIAS PRINCIPAIS
VIAS SECUNDÁRIAS
TC TRÂNSITO
TRANSPORTES URBANOS
Urban roads (I) Voies urbaines (F)

Digitalizado gentilmente por:

Observação

Os termos: LOJAS, TRÂNSITO e TRANSPORTES URBANOS, citados como TC de vários descritores, embora eles próprios descritores, não tiveram o mesmo tratamento dos demais nesta LISTA ALFABÉTICA DE TERMOS. Pertencem a outros grupos semânticod r exigiriam o estabelecimento de seus respectivos TG, TE, e TS, ultrapassando os limites do presente trabalho. Os três termos, no entanto, figuram no GLOSSÁRIO.

3 LISTA SISTEMÁTICA DE DESCRITORES

0 Vias urbanas
0.1 Vias principais
0.1.1 Avenidas
0.1.2 Avenidas-parques
0.1.3 Boulevards
0.1.4 Perimetrais
0.1.4.1 Perímetros de distribuiçã
0.1.4.2 Perímetros de ligação
0.1.4.3 Perímetros rodoviários
0.1.5 Radiais
0.1.6 Vias elevadas
0.1.7 Vias em trincheira
0.1.8 Vias expressas
0.1.9 Vias regionais

0.2 Vias secundárias
0.2.1 Passagens para pedestres
0.2.1.1 Passagens de superfície para pedestres
0.2.1.1.1 Arcadas
0.2.1.1.2 Galerias
0.2.1.2 Passagens elevadas para pedestres
0.2.1.3 Passagens subterrâneas para pedestres
0.2.2 Vias de acesso
0.2.2.1 Loops
0.2.2.2 Vias sem saída
0.2.2.2.1 Vias sem saída em banjo
0.2.2.2.2 Vias sem saída em martelo
0.2.3 Vias de distribuição

4 ÍNDICE ALFABÉTICO-HIERÁRQUICO DE DESCRITORES

....Arcadas
...Avenidas
...Avenidas-parques
...Boulevards
.....Galerias
....Loops
....Passagens de superfície para pedestres
....Passagens elevadas para pedestres
...Passagens para pedestres
....Passagens subterrâneas para pedestres
...Perimetrais
....Perímetros de distribuição
....Perímetros de ligação
....Perímetros rodoviários

Digitalizado gentilmente por:

...Radiais
...Vias de acesso
...Vias de distribuição
...Vias elevadas
...Vias em trincheira
...Vias expressas
..Vias principais
...Vias regionais
..Vias secundárias
....Vias sem saída
.....Vias sem saída em banjo
.....Vias sem saída em martelo
.Vias urbanas

5 GLOSSÁRIO

ALAMEDA
veja VIA URBANA

ANEL VIÁRIO
veja PERIMETRAL

ARCADA
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres, flanqueada por uma sucessão de arcos.

ARTÉRIA
veja VIA PRINCIPAL

AVENIDA
Via urbana principal destinada a trânsito intermediário, com canteiro central e calçadas largas.

AVENIDA-PARQUE
Via urbana principal, desenvolvendo-se ao longo de um parque, com tratamento paisagístico aprimorado.

BECO SEM SAÍDA
veja VIA SEM SAÍDA

BOULEVARD
Via urbana principal cortada por uma faixa longitudinal de refúgios centrais, ornamentada com árvores ou arbustos e postes de iluminação decorativos. (Termo da língua francesa).

CIRCULAÇÃO
Segundo a União Internacional de Arquitetos, uma das quatro funções da cidade, constituindo o elo que reúne as outras três – habitação, trabalho e recreação – através dos sistemas de transporte, do trânsito e do tráfego.

CUL-DE-SAC
veja VIA SEM SAÍDA

ESPAÇO LIVRE
Área da cidade, não construída, ordenada de modo a constituir praça ou parque.

FAIXA DE TRÂNSITO
Local demarcado, ao longo de certas vias urbanas, no qual se movimenta uma só fila de veículos.

GALERIA
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres, coberta ou descoberta, que contem lojas, atravessando, flanqueando ou unindo grandes blocos de edifícios.

LOJA
Edificação comercial de maior ou menor importância, onde se vendem mercadorias por atacado ou a varejo.

LOOP
Via de acesso, que começa em uma via de distribuição, adentra-se em uma quadra e volta à mesma via de distribuição. (Termo da língua inglesa).

LOTE URBANO
Área urbana que resultou de uma divisão da terra para uso específico de habitação, trabalho ou recreação.

PASSAGEM DE SUPERFÍCIE PARA PEDESTRES
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres, construída no nível das vias adjacentes.

Digitalizado gentilmente por:

PASSAGEM ELEVADA PARA PEDESTRES
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres, constituída de uma estrutura acima da superfície do solo. Sin. Passarela para pedestres.

PASSAGEM PARA PEDESTRES
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres. Sin. Via para pedestres.

PASSAGEM SUBTERRÂNEA PARA PEDESTRES
Via urbana secundária, de uso exclusivo de pedestres, construída abaixo do nível do solo.

PASSARELA PARA PEDESTRES
veja PASSAGEM ELEVADA PARA PEDESTRES

PERIMETRAL
Via urbana principal, circular, de um sistema radial-circular, cuja função principal é estabelecer ligação entre os arredores da cidade, sem necessidade de se passar pelo centro. Sin. Anel viário, rótula viária.

PERÍMETRO DE DISTRIBUIÇÃO
Via urbana principal, primeira via circular dos sistemas radial-circular, onde se encaixam as radiais. Sin. Perímetro de irradiação.

PERÍMETRO DE IRRADIAÇÃO
veja PERÍMETRO DE DISTRIBUIÇÃO

PERÍMETRO DE LIGAÇÃO
Via urbana principal, segunda via circular do sistema radial-circular, que faz ligação direta entre os bairros.

PERÍMETRO RODOVIÁRIO
Via urbana principal, terceira via circular do sistema radial-circular, que faz a ligação das rodovias externamente.

PONTO DE CONCORDÂNCIA
No trânsito, ponto formado por dois veículos em ângulo menor do que 30º.

PONTO DE CONFLITO
No trânsito, ponto formado por dois veículos em ângulo maior do que 30º.

PRAÇA
Espaço livre, ordenado, dentro de uma cidade, cercado ou não de edifícios, constituindo confluência ou término de vias.

PRAÇA GIRATÓRIA
Praça na qual não há pontos de conflito de trânsito, substituídas por pontos de concordância.

QUADRA
Conjunto de lotes urbanos, ou área de um só lote, com a forma aproximada de um quadrilátero, limitado por vias.

RADIAL
Via urbana principal do sistema radial-circular, que se desenvolve a partir do centro da cidade, como raio de uma roda. Sin. Via radial.

RÓTULA VIÁRIA
veja PERIMETRAL

RUA
veja VIA URBANA

SISTEMA
Conjunto de elementos materiais ou não, que dependem reciprocamente uns dos outros, de maneira a formar um todo organizado.

SISTEMA DE TRANSPORTE
Conjunto de veículos e vias, coordenadas entre si por meio de técnicas apropriadas, de maneira a proporcionarem o deslocamento de pessoas e mercadorias, no ar, na água, na superfície e sob a superfície do solo.

SISTEMA RADIAL-CIRCULAR
Sistema de vias urbanas consistindo numa série de vias radiais e circulares, que se desenvolvem a partir do centro da cidade, estabelecendo conexão direta entre deter-

Digitalizado gentilmente por:

minados pontos focais dos arredores e o centro da cidade.

TRÁFEGO
Circulação que se refere ao movimento de veículos nas rodovias, ferrovias, metrovias, hidrovias e aerovias.

TRÂNSITO
Circulação que se refere ao movimento de veículos e pedestres nas vias urbanas que não sejam ferrovias, metrovias ou hidrovias.

TRÂNSITO INTERMEDIÁRIO
Trânsito originário das vias de distribuição, que se desenvolve em certas vias principais, em direção às vias expressas.

TRANSPORTE URBANO
Sistema de transporte que se desenvolve dentro das vias urbanas e que pode incluir transporte de superfície, elevado e ou subterrâneo.

TÚNEL PARA PEDESTRES
Use PASSAGEM SUBTERRÂNEA PARA PEDESTRES

VIA ARTERIAL
veja VIA PRINCIPAL

VIA DE ACESSO
Via urbana secundária destinada a dar passagem aos lotes, podendo ter ou não ter saída.

VIA DE DISTRIBUIÇÃO
Via urbana secundária cuja principal função é encaminhar o trânsito para as vias principais.

VIA ELEVADA
Via urbana principal, acima da superfície do solo, destinada ao trânsito rodoviário ou ao tráfego ferroviário.

VIA EM TRINCHEIRA
Via principal construída em desaterro.

VIA EXPRESSA
Via urbana principal, de trânsito rápido, de cruzmentos com separação de nível e acesso e saída de veículos controlados, não comportando o trânsito de pedestres.

VIA PARA PEDESTRES
veja PASSAGEM PARA PEDESTRES

VIA PRINCIPAL
Via urbana de várias faixas, de trânsito intermediário ou denso, podendo ou não apresentar trânsito de pedestres.

VIA RADIAL
veja RADIAL

VIA REGIONAL
Via urbana principal que liga o ambiente rural ao urbano.

VIA SECUNDÁRIA
Via urbana cuja função é dar acesso aos lotes, ou distribuir o trânsito para as vias principais, ou ainda, servir para o uso exclusivo de pedestres.

VIA SEM SAÍDA
Via urbana secundária destinada a dar acesso aos lotes, cuja principal característica é não ter saída para outra via. Sin. Beco sem saída, cul-de-sac.

VIA SEM SAÍDA EM BANJO
Via urbana secundária, de acesso, que termina com uma praça giratória e cuja forma lembra a do instrumento musical banjo.

VIA SEM SAÍDA EM MARTELO
Via urbana secundária, de acesso, que termina com um braço em sentido transversal ao seu começo, cuja forma lembra a de um martelo.

VIA URBANA
Espaço reservado e ordenado de uma cidade, no sentido de permitir o movimento de pessoas e de veículos, bem como de seu estacionamento. Sin. Alameda, rua.

Digitalizado gentilmente por:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION, Paris. *Règles d'établissement des thésaurus en langue française.* Paris, 1973. p. 2 (247-100)

2 – BARDET, Gaston. *Petit glossaire de l'urbanisme en six langues.* Paris, Fréal, s.d. 152 p.

3 – CALSAT, J.H. &|SYDLER, J.P. *Vocabulaire international des termes d'urbanisme et d'architecture.* Paris, Union Internationale des Architectes, 1970. 350 p.

4 - DEWEY, Melvil. *Decimal classification and relative index.* Edition 14. Lake Placid Club. N.Y., Forest Press, 1942. 1927 p.

5 – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. *Classificação decimal universal.* Edição média em língua portuguesa. Rio de Janeiro, IBICT, 1976. 3 v.

6 – INTERNATIONAL CITY MANAGER'S ASSOCIATION, Chicago. *Planejamento urbano.* Trad. M. Lourdes L. Modiano. Rio de Janeiro, Aliança para o Progresso, 1964. 517 p.

7 – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDIZATIONS, Bruxeles. *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesaurus.* S.L.p. 1974. p. 4

8 – MELLO, Luiz I.R. *Curso de urbanismo.* 3. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1961. 117 p.

9 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Biblioteca. *Índice de arquitetura brasileira.* São Paulo, 1974. 661 p.

Digitalizado gentilmente por:

Redes Nacionais de Informação, Catalogação na Fonte e outras Experiências*

José Rincon Ferreira**

e

Aurora Costa Ramos, Julita Chagas Sampaio, Leonor Moraes Mendes da Paixão, Maria Angela Dortas Fernandes, Maria Edna de Souza Carvalho, Marília Torres da Silva, Marluce Maria Moraes Brito

CDU 021.6 (81)

Os catálogos coletivos e a catalogação cooperativa surgidos na década de 1940 constituiram as primeiras tentativas para o estabelecimento de uma rede nacional de bibliotecas. A criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942, foi a maior experiência bibliotecária brasileira nos seus 64 anos de existência. Em decorrência dele e dos seus resultados surgiram a Catalogação Legível por Computador (CALCO) e, até mesmo, a catalogação na fonte. Dado ao reduzido número de bibliotecários no País e ao grande número de publicações, em paralelo aos estudos de planejamento de redes nacionais de informação ou a um próprio reestudo de viabilidades para implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), torna-se imprescindível estimular a criação de centrais de catalogação na fonte, em diversos pontos do País.

1 – INTRODUÇAO

A idéia de redes não é nova e, cada vez mais, vai se solidificando o conceito de que nenhum centro de documentação ou biblioteca, grande ou pequeno, pode ser tão autosuficiente que, utilizando-se apenas dos seus recursos informativos, esteja apto a responder a todas as consultas que lhe sejam apresentadas. Da mesma forma, cresce paralelamente uma preocupação por uma maior racionali-

* Trabalho apresentado no I Seminário sobre Redes Nacionais de Informação, realizado em Salvador em 16/06/79, sob os auspícios do Grupo de Ciência e Tecnologia da Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia (APBEB), rev. e aumentado.

** Bibliotecários do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED), Bahia.

Digitalizado gentilmente por:

dade dos gastos financeiros da aquisição de documentos, tentando evitar assim, que em uma mesma área geográfica, os centros de documentação e bibliotecas apliquem as horas do seu pessoal, equipamentos, e consequentemente, o seu orçamento, em gastos duplicados.

Sem nenhuma dúvida, o maior objetivo de uma rede de informações, além da racionalidade de gastos, é a possibilidade de distribuir e levar informações ao usuário, onde quer que este se encontre, permitindo assim, que um número maior de conhecimentos chegue a um número maior de pessoas.

Contrapartindo os seus recursos por meio de redes, os centros de documentação ou bibliotecas poderão dedicar os seus fundos, apenas para adquirir o imprescindível. E contaria com as redes para obter informações ocasionais de alto grau de especialização.

Dada a importância do assunto, às vezes a palavra rede vem sendo associada ao termo automação, o que poderá dar a impressão de tratar-se de algo novo, quando representa a luta legada de geração para geração de bibliotecários. Não há dúvida de que os sistemas de catalogação cooperativa e os catálogos coletivos constituiram as primeiras tentativas feitas no Brasil para o estabelecimento de uma rede nacional de bibliotecas. Por isso, a equipe do Setor de Documentação e Informação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (SDI/CEPED), sente-se no dever de dedicar esta pequena reflexão sobre o estado atual e as experiências brasileiras com as redes de catalogação cooperativa, catálogos coletivos, catalogação na fonte, SNICT, aos bibliotecários da primeira geração, ou seja, aqueles que se graduaram na Biblioteca Nacional (BN) após 1915 e que se tornaram professores de professores.

2 – CATALOGAÇÃO COOPERATIVA

Por iniciativa do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em convênio com o Departamento de Imprensa Nacional (DIN), teve início em setembro de 1942, planejado e coordenado por Lídia Queiroz Sambaquy primeiro e único Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Brasil, que perduraria durante quase três décadas. Na divisão de tarefas, coube ao DASP as atividades de difusão dos serviços, recebimento, controle, revisão e elaboração das fichas catalográficas e ao DIN, as responsabilidades de impressão e venda das fichas catalográficas editadas.

Nascido numa época em que a biblioteconomia não tinha ainda oferecido ao País técnicos em número suficiente para administrar as bibliotecas, uma vez que as primeiras turmas, como já foi dito, graduaram-se após 1915, na antiga Escola da BN, tinha o SIC como finalidade ajudar as bibliotecas a reorganizarem e divulgarem os seus acervos, até então apenas armazenados e com todas as falhas técnicas decorrentes de um passado sem bibliotecários. Qualquer biblioteca poderia integrar-se ao SIC, bastando apenas que enviasse à Central as fichas catalográficas de suas obras, recebendo em troca as mesmas já impressas.

A participação sempre crescente do número de bibliotecas cooperantes e a falta de pessoal qualificado nas mesmas, fez com que se planejasse para o SIC um treinamento especial para revisores de catalogação, capacitando assim um grupo de técnicos para trabalhar de maneira mais rápida e eficiente.

O baixo nível de conhecimento técnico das regras catalográficas, por parte das bibliotecas da rede, constituiu um entrave extremamente sério ao resultado esperado por seus planejadores.

Digitalizado gentilmente por:

Os revisores de catalogação pouco podiam fazer para corrigirem algumas fichas, já que o SIC não dispunha do original do documento catalogado e assim, apenas davam forma aos dados que ali chegavam, muitas vezes sem saberem se estes eram ou não corretos.

Em meados de 1947, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resolveu unir seus esforços ao trabalho realizado até então pelo DASP e DIN. Esta se encarregaria de oferecer um curso de treinamento para os revisores e assumiria todos os serviços de venda e distribuição das fichas impressas. Segue-se então, o período áureo do SIC, 1947/1952, atingindo cerca de 200 bibliotecas cooperantes, o que terminaria por causar uma sobrecarga à Central, resultando numa morosidade na entrega das fichas impressas às cooperantes e, consequentemente, no declínio de suas próprias atividades.

Em 1954, o SIC passa para o recém-criado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), constituindo uma de suas funções fundamentais. Porém, nessa época as bibliotecas cooperantes já não demonstravam o mesmo interesse inicial pelo sistema. É o próprio IBBD[27] que em 1973, analisa e apresenta as razões principais da paralisação dos serviços do SIC em 1972, que destacamos, a seguir:

- "falta de divulgação do acervo disponível: poucos e esparsos foram os catálogos publicados;
- as bibliotecas cooperantes executavam suas catalogações visando apenas seus próprios catálogos, sem se aperceberem que centenas de outras bibliotecas também se beneficiariam do acervo resultante de seus trabalhos;
- a diversidade de códigos de catalogação adotados pelas bibliotecas cooperantes dificultou a uniformização;
- o trabalho de revisão tornou-se difícil e lento, em virtude da displicência na redação das fichas por parte das bibliotecas cooperantes, e pelo fato do SIC não ter em mãos os livros para confronto. Na maioria das vezes, as revisões resultavam em completas recatalogações;
- a inexistência de uma lista de cabeçalhos de assuntos de caráter geral, para uso em âmbito nacional, e que contaria com a aceitação de um número muito grande de bibliotecas cooperantes;
- critérios de entrada foram também, pontos de divergência, especialmente no eixo Rio – São Paulo.

Todas essas falhas apontadas e sentidas no decorrer do tempo não puderam ser sanadas, devido à falta de uma estrutura definida na época da criação do sistema.

Internamente, o SIC viu-se com uma quantidade absurda de fichas em estoque, ocupando lugar vital, e com necessidade sempre crescente de espaço".

É importante observar, nessa parte da história da biblioteconomia brasileira, que o antigo IBBD só permitiu a paralisação do SIC porque chegou à conclusão de que a tarefa não poderia ser realizada mais manualmente, assim como tornava-se imprescindível um treinamento para as bibliotecas cooperantes, referente à aplicação de normas padronizadas de processamento técnico, que possibilitariam a realização de um serviço uniforme.

Com o surgimento do Machine Readable Cataloging (MARC), este foi tomado como modelo e indicado como a solução viável para o acúmulo de ser-

Digitalizado gentilmente por:

viços de catalogação e indexação de fichas no fichário central.

De acordo com os trabalhos sobre o assunto, o novo e automatizado SIC seria formado apenas por um grupo reduzido de bibliotecas cooperantes. Pretendia-se, dessa forma, realizar um trabalho em menores dimensões, mas com melhor padrão de qualidade.

Encerrado o SIC sem ter antes assegurado ao novo sistema a continuidade dos seus propósitos, daí em diante e principalmente na área técnico-científica, as bibliotecas brasileiras, como não poderia deixar de acontecer, entraram num processo de dependência de informação e de aquisição de serviços aos grandes centros de documentação e bibliotecas internacionais.

Esta paralização nos tirava também todas as possibilidades de acesso à coleção bibliográfica nacional. Consequentemente, estava eliminada a primeira e única oportunidade de editar o Catálogo Coletivo Nacional de Livros, ferramenta imprescindível para os seviços de aquisição planificada e de empréstimo interbibliotecário.

Morria assim, a primeira tentativa feita no Brasil, para o estabelecimento de uma rede de bibliotecas. Mais tarde, Alice Príncipe Barbosa, analisando-a em sua obra Novos Rumos da Catalogação[3], considerou sua criação em 1942, prematura, para que tivesse completa e rápida aceitação.

O êxito obtido pela Library of Congress (LC) na elaboração dos serviços catalográficos centralizados animava também ao bibliotecário brasileiro planejar algo semelhante. Como não dispunhamos de recursos financeiros para realizarmos uma aquisição e catalogação centralizada, optou-se por um serviço ao inverso, isto é, os documentos seriam adquiridos e catalogados pelas bibliotecas interessadas nos mesmos. No entanto, devido aos poucos anos de existência da biblioteconomia no País, a falta de um treinamento prévio nas regras de catalogação adotadas, os poucos recursos financeiros para a realização da tarefa, a vasta extensão geográfica do País e a própria estrutura do serviço público do órgão responsável, decretaram a falência do serviço.

Edson Nery da Fonseca[20], analisando os motivos que teriam causado o fim desse serviço integrado afirma:

"Podemos verificar, trinta anos depois, que o SIC não foi bem sucedido, tanto pelo seu programa por demais ambicioso, como por incompreensão das bibliotecas.

O programa deveria restringir-se aos livros impressos no Brasil. Por outro lado, faltou-lhe sempre a colaboração das maiores bibliotecas do País, como a Nacional do Rio de Janeiro e a Municipal de São Paulo. Não deixa de ser curioso assinalar, como um sinal dos tempos, que a colaboração foi negada em nome de diferenças normativas, como se os programas de cooperação devessem estar a serviço das normas".

Sabe-se, a propósito, que o SIC adotava as Normas de Catalogação de Impressos da Vaticana[33], enquanto as bibliotecas, Nacional do Rio de Janeiro e a Municipal de São Paulo, o Código de Catalogação Anglo-Americano[12] (ALA).

3 — O PROJETO CALCO

Já existe, por parte dos bibliotecários, uma consciência sobre a perda de tempo e consequentemente de energia e dinheiro da catalogação duplicada dos mesmos documentos adquiridos nas diferentes bibliotecas.

Da mesma forma, é inegável que os atrasos no serviço de catalogação decor-

Digitalizado gentilmente por:

rem, na maioria das vezes, da falta de catalogadores especializados em línguas estrangeiras e do desconhecimento, algumas vezes, por parte destes, dos assuntos dos livros em processos de catalogação.

Como uma das alternativas para o processamento catalográfico rápido, foi adotado pelas grandes bibliotecas do mundo o emprego do computador. Através do material processado e registrado em fitas magnéticas, numa Central de Dados, outras bibliotecas do País podem usufruir da catalogação realizada previamente, dispensando-se, assim, a duplicidade de tarefas.

Através de um acordo com editores e livreiros, muitas dessas centrais vêm indexando a ficha catalográfica de um novo livro, no sistema, mesmo antes de ser este editado ou estar disponível no mercado. Isto porque, os editores ou livreiros enviam aos bibliotecários as provas ou bonecas dos livros, antes de serem eles impressos.

Não há dúvida de que a maior biblioteca de aquisição e catalogação centralizada do mundo é a LC. Foi nesta que nasceram o MARC I e II, e sob sua inspiração o UK/MARC, Inglaterra, MONOCLE, França, CANADIAN MARC, Canadá, MARC/BR, Bélgica, IBERMAC, Espanha, MARC MÉXICO, México, CALCO, Brasil e, ainda o INTERMARC, elaborado por técnicos da França, Bélgica, Holanda, Suiça e Grã-Bretanha, visando sobretudo o intercâmbio de dados catalográficos. Inspirada no modelo MARC, desenvolvido no Canadá, por este País ser bilingue, Alice Príncipe Barbosa[5] criou o formato CALCO brasileiro, com base para registro bilingue, ou seja, português-espanhol, pois durante a fase de concepção do Projeto CALCO, sua autora foi convidada a participar de uma reunião de técnicos da informação, em Medellín, na Colômbia, onde, dentre as recomendações finais, se determinou o estudo de viabilidade da aplicação do CALCO para sua transformação no MARCAL, MARC para a América Latina.

Realizadas as modificações necessárias e acrescidos novos anexos, o trabalho saiu publicado em 1973 pelo IBBD, do qual foi enviada uma cópia à Organização dos Estados Americanos (OEA), então interessada nos estudos de implantação do mesmo na América Latina.

3.1 Objetivos do Projeto

Segundo sua autora, são objetivos do Projeto:

"a) elaboração de um catálogo impresso que venha a abarcar a maior parte da produção nacional e sirva de instrumento para a investigação, nos pontos mais distantes do País;
b) obtenção de bibliografias especializadas;
c) obtenção de catálogos coletivos especializados;
d) permuta de informações, dentro e fora do País;
e) uniformidade de normas de catalogação e de cabeçalhos de assuntos;
f) rapidez na duplicação de fichas através de computador;
g) economia de tempo e de mão-de-obra para os possuidores de acervos iguais;
h) possibilidade de poder oferecer listas de livros traduzidos em determinados assuntos;
i) possibilidade de atualizar o catálogo coletivo de livros*."

* Tradução feita pelos autores do trabalho.

Digitalizado gentilmente por:

Desde 1975, a BN vem utilizando o formato CALCO na coleta de informações, o que lhe possibilita editar o seu Boletim Bibliográfico. Fora isso, um número bem reduzido de bibliotecas do País vem utilizando este formato voluntariamente, como instrumento para catalogação. Podemos citar: Museu Nacional, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Instituto Brasileito de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a FGV.

3.2 Decisões para Utilização do Projeto CALCO

Na primeira reunião de avaliação da utilização do Formato CALCO, realizada em agosto de 1977, na FGV, pelas bibliotecas usuárias do sistema, decidiu-se:

"1. adotar o Formato CALCO para processamento, por computador, de monografias e publicações periódicas;
2. envidar esforços no sentido de que o Formato CALCO seja usado, como linguagem oficial em computador, por bibliotecas e centros de documentação, em nível nacional;
3. promover a criação, na Biblioteca Nacional, de um Escritório incumbido de orientar e coordenar o uso do CALCO, bem como da divulgação do desenvolvimento do sistema;
4. promover a imediata divulgação de publicação Convênio MEC/ /CNPq – Formato CALCO; monografias e publicações seriadas. Brasília, 1977, entre os órgãos governamentais e entidades de documentação e informação interessadas;
5. realizar reuniões periódicas de avaliação do Formato CALCO, para acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento;
6. promover a organização de uma Comissão Nacional de Terminologia, para fins de catalogação e indexação.

Ficou resolvido, ainda, que será promovida uma reunião especial, da qual participarão o CIMEC, BN, IBICT e FGV, com a finalidade de estudar a possibilidade do aproveitamento, no Brasil, das fitas magnéticas produzidas pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, de acordo com o Formato MARC II, que deverão, conforme proposta recebida pela BN, daquela Biblioteca norte-americana, ser permutadas pelas fitas magnéticas produzidas pelo programa BN/ /CIMEC. Caberá à FGV/CPD o processamento das fitas magnéticas da Library of Congress"[22].

4 – CATALOGAÇÃO NA FONTE

Da mesma forma que a criação do SIC, a idéia de catalogação na fonte, no Brasil, foi divulgada por Lidia Queiroz Sambaquy, que incluía, por volta de 1940, nas publicações editadas pelo DASP, onde exercia então as funções de Diretora da Biblioteca.

Entretanto, coube a Regina Carneiro, o mérito de obter a aprovação plena da assembléia do III Encontro de Editores e Livreiros em agosto de 1970, de um projeto propondo a publicação de informações catalográficas, nas obras impressas pelas editoras comerciais do Brasil; a criação de centros regionais ou estaduais para a realização do serviço e a participação do Governo no empreendimento.

Essa catalogação tem sido definida, por diversos autores, como ficha cata-

Digitalizado gentilmente por:

lográfica impressa, na própria publicação. Mas, é Regina Carneiro[9] quem nos apresenta os melhores comentários sobre a mesma: "Consiste na catalogação de cada obra em via de publicação, através das provas, e na impressão das informações catalográficas na própria obra.

Considerada por Verner W. Clapp como "o principal passo para a identificação dos livros, desde a invenção da página de rosto no século XV", é vista por muitos bibliotecários e editores como a "onda" do futuro.

A catalogação na fonte está vinculada ao trabalho de duas categorias diversas de profissionais: bibliotecários e editores, propiciando uma colaboração que há muito se fazia necessária com vantagens para ambas as partes".

Devido ao atraso na edição do Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional, este não tornou, como deveria ser, um instrumento de consulta para serviços de catalogação nas bibliotecas brasileiras. Pretendia-se que, além de inventariar a bibliografia nacional, este serviria também, de instrumento normalizador de entradas de autoria, para as publicações brasileiras.

Devido ao retardamento não só do processamento dos documentos recebidos, mas também, ao descaso pelo depósito legal, fazendo com que se divulgue apenas parte do que é efetivamente produzido, as bibliotecas não criaram, como não poderia deixar de ser, o hábito de consultá-lo ou incluí-lo entre as suas obras de apoio aos serviços catalográficos. E assim, a catalogação na fonte constitui o único programa de apoio e racionalização de gastos, no aspecto de processamento técnico no País.

Um outro aspecto importante a ser observado sobre a catalogação na fonte tem sido a sua condição de fiscalizadora do cumprimento do decreto governamental que regula o depósito legal. Trabalhando para as editoras, as centrais de catalogação na fonte possuem os direitos de exercerem a atividade conscientizadora da importância do registro e manutenção de um acervo bibliográfico nacional.

Nos meados do século passado, o bibliotecário americano Jewet apud Alice Principe Barbosa[5], afirmou sobre "o absurdo de cada biblioteca trabalhar independentemente e ao mesmo tempo, na catalogação do mesmo livro", como vem ocorrendo em nossas bibliotecas. Apesar dos esforços de alguns organismos oficiais, como o Instituto Nacional do Livro (INL), a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a Universidade de São Paulo (USP) e outros, lançando suas publicações com a ficha catalográfica impressa no verso da folha de rosto, permanece no Brasil um grande número de obras com dados incompletos e de difícil catalogação.

Regina Carneiro[9] apresenta a catalogação na fonte como solução para os seguintes problemas:

"2.1 o número cada vez maior de publicações ultrapassa a capacidade dos catalogadores de torná-las acessíveis através do catálogo, senão com grande atraso;

2.2 o custo elevado da catalogação para os orçamentos geralmente insuficientes, das bibliotecas;

2.3 a duplicação irracional de esforços humanos visando a uma mesma finalidade – a catalogação de determinada publicação;

2.4 o número quase sempre insatisfatório de bibliotecários para atender às múltiplas tarefas das bibliotecas, absorvidos em grande parte por esse serviço técnico".

Digitalizado gentilmente por:

A estas soluções poderíamos acrescentar as seguintes:

a) possibilidade de uniformizar as entradas catalográficas no País. As centrais de processamento técnico bibliográfico, neste sentido, convencionariam entre si as regras de catalogação, cabeçalhos de assuntos e sistemas de classificação a serem utilizados;
b) garantir uma qualidade mínima na organização dos fichários e do acervo bibliográfico das bibliotecas do interior do País, para as quais ainda não existem bibliotecários em número suficiente;
c) oferecer às diversas bibliotecas do País a classificação e o emprego de cabeçalhos exatos do documento catalogado. Sabe-se, a propósito, que a catalogação na fonte tem condições de identificar de maneira exata, junto com o autor do livro, os descritores ou cabeçalhos de assuntos e até mesmo uma melhor classificação que o identifique;
d) liberar o biliotecário para os serviços de documentação bibliográfica e assistência ao usuário.

Briquet[29], analisando a qualidade da indústria livresca, é bastante claro: "As regras catalográficas dominantes refletem a estrutura de uma organização heterogênea das técnicas de produção do livro, nas nações ocidentais, ou simplesmente, da mera ignorância dos impressores e editores, ou do capricho dos autores. Muitos problemas de catalogação são problemas que decorrem dos baixos padrões da indústria editorial. Parece que uma posição razoável a ser adotada internacionalmente, seria o estabelecimento e a adoção de fato, de normas de apresentação de livros e outros suportes de informação. Tais normas deveriam ser estabelecidas e obedecidas, com o objetivo de facilitar a descrição bibliográfica e a identificação de autoria. Assim, se aceleraria o processo de catalogação e se estaria contribuindo para impedir a ressurreição, com fetiches, das regras catalográficas.

Se me permitirem uma analogia com a medicina, direi que os bibliotecários inventaram uma enorme estrutura de regras casuísticas para tentar curar os males que afetam a produção de materiais impressos, no que concerne à sua identificação e descrição. Esta espécie de biblioteconomia curativa ou terapêutica parece estar fadada ao fracasso, uma vez que novos remédios jamais conseguem o desaparecimento das doenças.

Da mesma forma que nas ciências da saúde, a melhor arma contra as doenças é preveni-las por meio de imunização, também deveríamos experimentar novas abordagens, no domínio da biblioteconomia preventiva. E a catalogação na fonte é um bom exemplo disso, que aqui chamo de medicina preventiva".

Segundo Clapp[11], no Brasil, a catalogação na fonte começou no mesmo dia em que a LC iniciou o seu programa Cataloging in Publication (CIP).

Como já foi dito, em decorrência de um trabalho apresentado por Regina Carneiro no 1º Encontro de Editores e Livreiros, em Serra Negra, São Paulo e foi ratificado pelo IV Encontro em São Lourenço, Minas Gerais, em 1971, sua implantação deu-se graças ao apoio e à iniciativa de duas entidades que congregam a maioria dos editores e livreiros do Brasil, a Câmara Brasileira do Livro (CBL), em São Paulo, que edita 50% da produção bibliográfica do País e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), no Rio de Janeiro, cujas atividades foram iniciadas em 1971. Ambas as instituições adotam as regras de catalogação da ALA e os cabeçalhos de assuntos da LC e adotam a Classificação Decimal Universal de

Digitalizado gentilmente por:

Dewey (CDD), sendo que o SNEL usa também a Classificação Decimal Universal (CDU). A CBL, a pedido da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), passou a usar, a partir de 1973, a Classificação da National Library of Medicine.

Embora, nos últimos anos o Anuário Estatístico do Brasil[1] não tenha registrado dados sobre a produção bibliográfica brasileira, conseguimos montar, com dados obtidos no trabalho de Benedito Silva[35], na BN, CBL e SNEL, um quadro comparativo dessa produção em relação aos serviços de catalogação na fonte. (Ver tabela abaixo).

Como ficou demonstrado, no período de 1971 a 1979, apresentou-se uma diferença de 99.503 livros não catalogados na fonte.

Para um País que, segundo Murilo Cunha[16], possui um deficit de 19.022 bibliotecários, sendo que os existentes concentram-se nas capitais, a situação torna-se mais grave, quando se sabe que à produção bibliográfica é superior aos dados estatísticos apresentados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a BN. No período de 1971 a julho de 1979, essa produção bibliográfica brasileira, segundo as mesmas fontes, foi de 114.010 livros (Ver tabela abaixo, dos quais somente 14.507 foram catalogados pelo CBL e SNEL.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA
1971 – 79

ANO	NÚMERO DE LIVROS				
	CATALOGAÇÃO NA FONTE			PRODUZIDOS	CATALOGAÇÃO NA FONTE MENOS PRODUZIDO
	C B L	SNEL	TOTAL		
1971	(1) 190	(2) 4	194	8.579	8.385
1972	577	152	729	8.960	8.231
1973	1.104	491	1.595	9.948	8.353
1974	1.177	517	1.694	12.296	10.602
1975	1.408	639	2.047	13.333	11.286
1976	1.408	806	2.214	14.627	12.413
1977	1.551	657	2.208	14.611	12.403
1978	1.749	752	2.501	20.149	17.648
1979	(3) 876	(3) 449	(3) 1.325	(3) 11.507	(3) 10.182
	10.040	4.467	14.507	114.010	99.503

FONTES – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Biblioteca Nacional, Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional do Livro.

(1) Dados de jul./dez. (2) Dados de nov./dez. (3) Dados até jul.

Digitalizado gentilmente por:

5 – CATÁLOGO COLETIVO

Iniciado no Brasil pela FGV, em 1947, o Catálogo Coletivo Nacional (CCN) foi transferido, em 1954, para o recém-criado IBBD. Com o objetivo de garantir a sua sobrevivência, o IBBD criou, em 1956, a Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, integrada inicialmente por 8 centros bibliográficos regionais.

Atualmente, o CCN possui uma infra-estrutura de 14 centros regionais, que asseguram-lhe uma reedição periódica. Esses centros estão encarregados de coordenar, em suas áreas, o levantamento, incorporação e atualização constante do acervo das bibliotecas aí existentes. Sua última edição em 1978, em microforma, registra 70.000 títulos de periódicos, distribuídos em 860 bibliotecas brasileiras. Embora se trate de um documento de grande valor, até o momento não foram dadas condições técnicas a algumas bibliotecas aí registradas, para realizarem um serviço cooperativo. Algumas delas se veem na impossibilidade de atender aos pedidos de documentos por absoluta falta de pessoal e de serviços de reprografia.

Sabe-se que a situação orçamentária de todas as bibliotecas e centros de documentação do País é crítica. Enquanto cresce o número de usuários, caem as dotações orçamentárias para pessoal e aquisição de publicações. Daí, esse círculo vicioso: sem recursos as bibliotecas e centros de documentação não funcionam; não funcionando, deixam de cumprir a sua missão de difundir o conhecimento técnico-científico. E, cada vez mais, cresce no País um anarquismo bibliotecário, caracterizado por um isolamento documental, onde cada biblioteca ou centro de documentação, irresponsavelmente, tenta abarcar e adquirir o maior número possível de publicações.

6 – SNICT

Por acreditarmos que qualquer outro estudo sobre redes no País, deve partir de uma análise crítica de documento de proposição de criação do SNICT, o reimprimimos a seguir. Todavia, caso haja, por parte do leitor, interesse no histórico da sua colaboração, equipe responsável etc, aconselhamos a ler o artigo de João Franklin da Costa[14] e José Rincon Ferreira[18] referenciado neste trabalho.

"DIRETRIZES BÁSICAS PARA A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – SNICT

1 – OBJETIVOS

O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) tem como objetivo planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica, no sentido do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio, para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro.

2 – COMPONENTES DO SNICT

São componentes do SNICT o Órgão Central de Coordenação e Operação (CNPq), os Órgãos de Apoio e os Subsistemas de Informação, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

2.1 Órgão Central de Coordenação e Operação (CNPq)

O Órgão Central do SNICT será o

Digitalizado gentilmente por:

Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que exercerá as funções de coordenação e operação, através de uma Comissão de Coordenação.

2.1.1 A Comissão de Coordenação, presidida pelo Presidente do CNPq, será constituída dos coordenadores dos órgãos centrais dos Subsistemas de Informação e dos Órgãos de Apoio.

2.1.2 A Comissão de Coordenação terá a seu serviço uma Secretaria Executiva.

2.1.3. Serão as seguintes as atribuições da Comissão de Coordenação:

a) selecionar objetivos e critérios principais para o desenvolvimento do SNICT;
b) determinar as funções do SNICT e de seus componentes;
c) fixar as normas de intercâmbio e comunicação entre os componentes do SNICT;
d) elaborar e/ou aprovar projetos para programação, desenvolvimento e operação do SNICT;
e) proporcionar aos componentes do SNICT recursos humanos e financeiros adicionais de que, eventualmente, necessitem;
f) destinar e supervisionar a aplicação dos recursos provenientes de fundos públicos para Ciência e Tecnologia ou de outras fontes, que vierem a ser atribuídos, por seu intermédio, ao SNICT;
g) informar ao Governo Federal os resultados obtidos com o funcionamento do SNICT, com vistas ao desenvolvimento econômico e social do País.

2.1.4 A Secretaria Executiva, a ser constituída no CNPq, contará com técnicos especialmente contratados e terá como função proporcionar à Comissão de Coordenação o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, expressando em normas executivas a orientação traçada pela Comissão de Coordenação e acompanhando a efetivação dessas normas.

2.2 Órgãos de Apoio

Serão Órgãos de Apoio do SNICT, inicialmente, a Biblioteca Nacional e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), este último como Centro Referencial.

2.2.1 Os Órgãos de Apoio terão as seguintes funções:

a) oferecer ao SNICT informações e dados de interesse geral;
b) proporcionar coleções de último recurso;
c) proporcionar assessoria e assistência técnica;
d) promover o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para o SNICT.

2.2.2 O Centro Referencial será operado pelo IBBD em colaboração com os demais componentes do SNICT, e terá as funções de:

a) atuar como centro de referência sobre bibliotecas, centros de documentação etc, bem como de informações bibliográficas gerais, de caráter corrente e retrospectivo;
b) compilar e publicar o Catálogo Coletivo Nacional;

Digitalizado gentilmente por:

c) preparar modelos, programas, códigos, padrões etc, necessários à operação do SNICT;

2.2.3 São funções dos Subsistemas:

a) estudar e avaliar a demanda de informação de seus usuários;
b) desenvolver atividades de documentação e prestar informações em suas áreas de assunto ou missão, de forma normalizada, rápida, eficiente e precisa;
c) coordenar as suas unidades componentes;
d) planejar suas próprias atividades e serviços, bem como solicitar e aplicar recursos financeiros e técnicos necessários às operações;
e) fazer-se representar na coordenação do SNICT pelo coordenador do órgão central ou seu substituto eventual.

3 — FORMAS DE ATUAÇÃO

3.1 Do SNICT

O SNICT atuará de forma descentralizada para a execução dos serviços e atividades da rede de documentação e informação, e de forma centralizada na coordenação dos seus componentes.

3.2 Dos orgãos de Apoio

Os Órgãos de Apoio atuarão de forma integrada, dividindo responsabilidades mediante acordos, convênios e outros instrumentos, a critério da Comissão de Coordenação.

3.3 Dos Subsistemas

Os Subsistemas atuarão de forma coordenada, delegando às suas unidades componentes, tarefas de informação e documentação.

Quanto às técnicas adotadas, os Subsistemas operarão de forma atualizada, fazendo uso, sempre que necessário, dos modernos instrumentos e processos disponíveis para organização automatizada do fluxo de conhecimentos.

4 — PRINCÍPIOS BÁSICOS

Os princípios básicos nortearão as normas de funcionamento a serem estabelecidos para implantação do SNICT.

São os seguintes os princípios básicos:

- Compatibilidade com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, de que trata o Decreto nº 70.553 de 17 de maio de 1972, que define áreas de competência no Setor da Ciência e Tecnologia;
- Possibilidade de difusão de informações relevantes e atualizadas;
- Rapidez de operação;
- Flexibilidade;
- Cobertura suficiente do assunto de sua especialidade;
- Possibilidade de implantação progressiva dentro dos recursos disponíveis, com utilização imediata em todas as suas fases;
- Utilização de processos e equipamentos modernos de coleta, análise, armazenamento e difusão de informações;

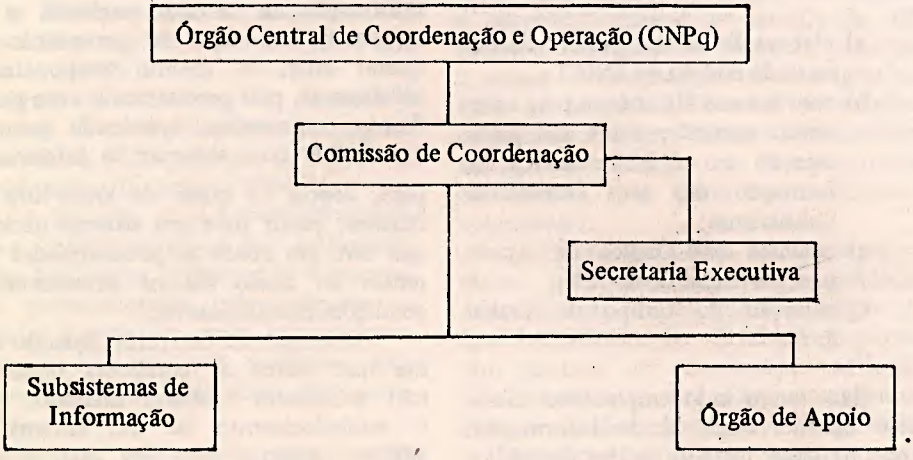
Ligação com outros sistemas de informação, da área científica e tecnológica ou não, nacionais, estrangeiras ou internacionais,

Digitalizado gentilmente por:

existentes ou futuros, para a obtenção e fornecimento de dados de interesse mútuo;
- Formação e aperfeiçoamento de pessoal, de todos os níveis, necessário para o seu funcionamento;
- Estabelecimento de programas educativos para os seus usuários.

5 — ESTRUTURA DO SNICT

O SNICT terá a seguinte estrutura:



6 — ETAPA DE IMPLANTAÇÃO

A elaboração e o desenvolvimento do projeto e a operação compreenderão as seguintes fases:

6.1 Elaboração e desenvolvimento do projeto de implantação do SNICT

6.1.1 Análise das condições atuais, estabelecimento da política global, escolha das áreas de atuação prioritárias e estabelecimento das normas de funcionamento.

6.1.2 Desenvolvimento do SNICT: seleção, designação dos centros de informação, definição de suas áreas de atuação; reunião dos centros de informação em Subsistemas, estudos de novos Centros de informação em potencial.

Digitalizado gentilmente por:

6.2 Operação do SNICT

Em seguida à assinatura do decreto de sua criação, o SNICT iniciará suas operações coordenando as atividades dos Subsistemas que gradativamente foram implantados e incorporados ao SNICT, a critério do CNPq.

7 – SUGESTÕES AO CNPq

O Grupo de Trabalho do SNICT recomenda ao CNPq:

a) elaboração de um projeto de Decreto de criação do SNICT;
b) convites aos Ministérios para apresentar sugestões sobre sua participação no SNICT através da formação dos seus respectivos Subsistemas;
c) convites aos Órgãos de Apoio para participar do SNICT;
d) extinção do Grupo de Trabalho".[17]

Não tendo sido implantado ainda nosso Sistema Nacional de Informação, e não havendo nenhum grupo de bibliotecas estudando o assunto, a idéia tende a morrer, enquanto perdura no País a ausência de uma política nacional de bibliotecas, cujas consequências principais são o desperdício financeiro e a falta de exatidão técnica.

Portanto, é imprescindível meditar novamente sobre o proposto e colocar, o mais urgente possível, nossa rede em funcionamento.

A respeito, Murilo Cunha[15], quando presidia o Conselho Federal de Biblioteconomia, em 1977, afirmou: "Pelo entusiasmo demonstrado entre os responsáveis pelo ante-projeto de lei, pelo volume de artigos e palestras, tudo indicava que o SNICT viria à tona com toda a força de seus subsistemas. Mas, foi um balão de gás que esvaziou em pouco tempo e, por motivos inexplicáveis, aquele organismo parece ter entrado no esquecimento demonstrando que talvez as condições brasileiras ainda não estivessem bastante maduras para o estabelecimento de um sistema de informação de âmbito nacional e que incluia uma diversidade de órgãos – dispares entre si – como já havia sido alertado, pelo Professor Borko, ao fazer um diagnóstico sobre o SNICT.

Esperamos que o futuro sistema de informação de âmbito nacional, a ser estudado, não seja tão pretensioso em querer criar, ao mesmo tempo, tantos subsistemas, pois precisamos ir com passos firmes e pausados, apredendo primeiro a trabalhar com sistemas de informação, para, depois da posse de know-how suficiente, partir para um sistema nacional que leve em conta as peculiaridades inerentes ao nosso sistema administrativo, condições econômicas etc".

Discordamos de Murilo, quando afirma que talvez as condições brasileiras não estivessem bastante maduras, para o estabelecimento de um sistema de âmbito nacional, uma vez que, mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, projetos de sistemas nacionais de documentação em ciência e tecnologia têm sido elaborados em vão. Launor F. Carter[10], em um artigo publicado em 1966, estimava que nada menos de quinze propostas de vulto teriam sido apresentadas e não implantadas, naquele País.

O que parece ter nos faltado teria sido seminários de avaliação da equipe redatora do documento com as Escolas de Biblioteconomia do País e com outras bibliotecas brasileiras. O então IBBD e a BN deveriam também ter convocado e denunciado para a comunidade bibliotecária brasileira, os motivos que impediam a implantação do nosso SNICT. No en-

Digitalizado gentilmente por:

tanto, fez-se silêncio, e é daí a razão de nos interrogarmos sem nenhuma resposta: qual o estado atual do SNICT?

Antonio Miranda[30] é quem melhor diagnostica a situação atual do SNICT: "O SNICT ou SNDCT* (ou como quer que viesse a chamar-se na prática) praticamente desapareceu dos noticiários. Não chegou sequer a ter uma diretiva nacional permanente, para não dizer de outros recursos e serviços. O IBICT, tal como foi reestruturado (com a extinção do IBBD), parece ter absorvido em sua política, muitas das atribuições que seriam do SNICT".

Mas, é Edson Nery da Fonseca[20] quem nos dá novo fôlego no ano seguinte, ao término dos estudos da Comissão que elaborou o documento SNICT.

"A situação atual é verdadeiramente caótica, caracterizando-se pelo isolacionismo das bibliotecas e serviços de documentação governamentais, principalmente os do Poder Legislativo, cujas câmaras reorganizaram seus serviços auxiliares com soberano desprezo pelo ideal da centralização.

Sem a colaboração que integre essas bibliotecas e serviços numa rede nacional, o SNICT não poderá ser estabelecido, o que impedirá o Brasil de participar efetivamente do programa UNISIST**

Se as iniciativas governamentais fracassaram, cabe às associações profissionais de bibliotecários o papel de coordenar esforços, visando a formação de uma rede nacional, mediante a colaboração espontânea de diretores e chefes de bibliotecas".

* SNDCT – Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

** UNISIST – Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica

7 – REDES DE FITAS MAGNÉTICAS OU O ESTADO ATUAL

A introdução e utilização do computador, nos serviços bibliotecários, alteraram, sobremaneira, a filosofia de redes documentárias, isso porque as bibliotecas, com disposibilidade de recursos financeiros, perceberam que poderiam se tornar quase que auto-suficientes em informações, com a aquisição dos fichários ou abstracts em fitas magnéticas.

Assim sendo, muitas dessas bibliotecas que teriam condições de assumir a liderança nacional, no sentido de estimularem o surgimento de redes, passaram a relegar o assunto. Daí a montagem no País, no momento, de redes de sistemas de informações, muitas vezes, sem nenhum serviço de indexação ou de alimentação do sistema, por parte das bibliotecas cooperantes.

Embora sejam estes realmente necessários, para atenderem às necessidades dos usuários, cremos que a aquisição de fitas magnéticas ou fichários requerem um mínimo de coordenação nacional. E o resultado aí está. Enquanto algumas áreas do conhecimento, como a agricultura, possui mais de quatro bases de dados, possíveis de respostas para investigações bibliográficas, outras, como a química e tecnologia química, inexistem no País, sem mencionar as conexões livres, on-line, para as quais não há igualmente um controle nacional, nem sequer uma divulgação para exploração centralizada.

Por outro lado, as fitas magnéticas de alguns fichários não estão acessíveis para serviços de perguntas e respostas rápidas, uma vez que os centros que as operam, nem sempre têm disponível um computador, para utilização em tempo integral. Além disso, uma grande parte desses fichários adquiridos não são de informação acumulada, obrigando, no caso de um levantamento bibliográfico,

Digitalizado gentilmente por:

processar a captura dos dados, nos carretéis mensais. Dessa forma, as pesquisas bibliográficas retrospectivas seguem sendo realizadas, em sua maioria, manualmente, utilizando-se as fitas magnéticas para os serviços de perfis.

Além disso, faltam-nos bancos de dados ou fichários que operem com thesaurus em língua portuguesa, bibliografias especializadas, catálogos de livros, normas, patentes, filmes e outros audiovisuais existentes no País. É necessário ressaltar, quanto ao assunto, os esforços desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), nos últimos anos, no sentido de realizarem algumas bibliografias brasileiras sobre assuntos básicos.

Muito se tem reclamado, pelo fato de ser o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas, até o momento, a única fonte para conhecimento dos recursos das bibliotecas brasileiras. Esse, embora com deficiência, registra o acervo dos periódicos de 860 bibliotecas. Sem outros instrumentos semelhantes, que classificariamos como de infra-estrutura bibliotecária, acreditamos que muito pouco se pode esperar por programas ambiciosos de redes de bibliotecas, uma vez que a colaboração e o intercâmbio entre bibliotecas é, antes de tudo, um aprendizado que envolve, em alguns casos, até a ética profissional.

Mas sem obras que possibilitem a recuperação do acervo bibliográfico nacional mencionado, não se pode pensar em uma colaboração interbibliotecária, em termos efetivos. E essas só serão editadas se o Governo Federal assumir tal iniciativa, pois a política nacional de bibliotecas lhe pertence e é ele quem deve destinar ou administrar os recursos financeiros para tanto. Igualmente, cabe-lhe estabelecer e estimular uma política de intercâmbio de serviços entre as bibliotecas, dando-lhes previamente, as condições ou estrutura para realizarem as tarefas de cooperação.

8 – ANEXO

8.1 Questionário

Entrevista feita com a Bibliotecária e Professora Esmeralda Maria de Aragão, Coordenadora da Escola de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

8.1.1 Perguntas

1 – Subjetivamente, a que atribuir a não-adoção, no Brasil, do processo de catalogação automatizada, utilizando o Formato CALCO? Sabe-se inclusive, que algumas bibliotecas que possuem catalogação automatizada não o empregam.

2 – Briquet, em artigo publicado na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG[29], afirma que "O futuro da Catalogação na Fonte não parece ser muito promissor, em virtude da natureza exclusivista do ISBD*". Concorda?

3 – Considera as atividades exercidas pelo SIC importantes, como experiência para o surgimento de novas redes ou de uma catalogação cooperativa? Por que?

8.1.2 Respostas

1 - Acredito que o problema da não-

* International Standar Bibliographic Description

Digitalizado gentilmente por:

-adoção do CALCO na maioria das bibliotecas centrais de empresas, ou mesmo nas Universidades que dispõem de maiores recursos financeiros, seja exatamente, pelo seu alto custo.
Em segundo lugar, as sucessivas adaptações e modificações na folha de entrada, não permitiram ainda a sua utilização. Quanto a não-adoção pela Petrobrás e Senado, acredito que ambos são utilizadores de sistemas computarizados há algum tempo e por isso preferiram não modificar as suas estruturas.

2 – Não concordo, embora admita que, em tese o ISBD é exclusivista. Mas, como dar solução aos problemas do Terceiro Mundo sem a catalogação na fonte se, com raras exceções, as agências nacionais do ISBD não dispõem de recursos para instalá-las para controlar a produção bibliográfica?
A catalogação na fonte terá que ser continuada nesses países até que o controle bibliográfico se torne uma realidade nessas agências e isso só ocorrerá com muitos recursos e tempo.

3 – Sempre considerei importantes os objetivos do SIC. Graças à sua experiência, muitos grupos especializados formaram os seus catálogos, adotando a filosofia de colaborarem para a não duplicação dos processamentos e facilidade de intercâmbio. Infelizmente, sem recursos próprios e, sem contar com a colaboração decidida dos bibliotecários, ele teria que fracassar. Mas, o seu ressurgimento, com o apoio do CALCO, poderia ser a solução para o problema da catalogação cooperativa uniforme.

9 · CONCLUSÕES

a) As experiências adquiridas com a criação do SIC, constituiram o maior acontecimento desses 64 anos de biblioteconomia no País. Sobrevivendo por 3 décadas, ele mostrou que, recursos financeiros e treinamento de pessoal são fatores imprescindíveis à criação de uma rede de informações eficiente.

b) O seu aparente insucesso parece ter deixado um trauma na biblioteconomia brasileira que, a partir de então, não mais aventurou-se a por em operação algo semelhante. Uma amostra disso é que a implantação de redes de bibliotecas passou a ser relegada, ou feita com ritmo extremamente lento, como ocorreu com a Biblioteca Complementar de Engenharia (BICENGE).

c) Não existe, por parte do Governo, uma política de estímulos, nem sequer de assessoria técnica para as bibliotecas que se proponham a implantar sistemas automatizados, facilitando assim para que estas venham a adotar o formato CALCO como modelo. E assim, enquanto alguns biliotecários conscientes vêem necessidade de organizarem sua informação de uma forma padronizada aos sistemas internacionais, outros preferem criar os seus próprios sistemas.

d) Com respeito à catalogação na fonte, sabe-se que os editores e livreiros não estão obrigados a fazê-la, sendo que aqueles que a utilizam fazem-na mais por convencimento das instituições que a realizam do que obedecendo a um programa de estímulos governamentais. Uma prova disso é que desde a implantação dos serviços na CBL e SNEL, em 1971, não se criou, em outros Estados brasileiros, atividade dessa mesma natureza.

Digitalizado gentilmente por:

10 – RECOMENDAÇÕES

a) Que o projeto CALCO seja avaliado pela comunidade bibliotecária brasileira e, caso aprovado, seja sugerido o seu emprego, sempre que se pretenda automatizar os serviços de processamento técnico.

b) Que se siga as proposições da primeira reunião de avaliação do mesmo criando, para as bibliotecas que venham a utilizá-lo, reuniões periódicas de avaliação, assim como uma assessoria técnica para aquelas bibliotecas que desejem implantá-lo.

c) Que a catalogação na fonte torne elemento imprescindível para a edição e consequente comercialização de qualquer documento brasileiro. Para tanto, deverá ser tomada as seguintes providências:

c.a) Decreto Governamental obrigando as editoras a utilização dos serviços de catalogação na fonte e dando a coordenadoria dos serviços à BN, a qual caberá estimular e coordenar o surgimento de novas centrais de catalogação a nível nacional nos moldes das já existentes.

c.b) Para locais onde não haja condições de se criar centrais de catalogação na fonte, dado ao pouco número de obras editadas, sugerimos que a BN firme convênio com a Biblioteca Pública ou Universitária local, para que realize esta tarefa.

c.c)Que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) concentre os seus esforços, no sentido de divulgar maiores informações sobre a catalogação na fonte.

d) Implantação de um sistema de vale reembolsável e garantido pelo CNPq/IBICT, para o pagamento de fotocópias dos documentos solicitados entre as bibliotecas brasileiras.

e) Embora com falhas, o CCN constitui uma iniciativa governamental a que se deve louvar, cooperar e estimular; sabe-se no entanto, que o simples fato de uma coleção de periódicos estar nele indexada, não nos dá a certeza de que a biblioteca armazenadora do documento atenderá aos pedidos de fotocópias de outras bibliotecas, uma vez que inexiste, entre nós, uma política e uma infra-estrutura organizada para a realização de serviços de intercâmbio. Por outro lado, nossas bibliotecas carecem de outras obras de referência básicas, que venham facilitar este mesmo intercâmbio, além da falta crônica de equipamentos. Daí a razão ou um consenso de que um programa ou sistema como o SNICT só poderá ter sucesso quando preceder a solução desses problemas.

f) Acreditamos que foi talvez do descaso pela criação dessa infra-estrutura documentária que tenha surgido, no País, uma política de aquisição de fichários ou a Rede de Fitas Magnéticas, sem que paralelamente atualizasse a nossa bibliografia nacional ou criasse banco de dados com informações geradas no País.

Embora esses fichários adquiridos sejam extremamente importantes para o desenvolvimento, transferência, absorção e produção de novas tecnologias, cremos que deveria ter havido uma certa disciplina ou controle nas suas aquisições. Não que se tenha comprado banco de dados ou fichários inúteis, ao contrário, todos os que foram adquiridos são extremamente úteis em informações para o campo do conhecimento que cobrem. Acreditamos, no entanto, poderíamos ter aplicado melhor os nossos recursos fi-

Digitalizado gentilmente por:

nanceiros se tivéssemos observado a demanda de informações no cenário tecnológico científico nacional, analisando quais destes que melhor poderiam suprir em informações os nossos usuários. Por exemplo, o Chemical Abstracts dado o universo ou gama de assuntos nele indexados, suas interfaces etc., deveria ter sido um dos primeiros a ser adquirido.

g) Que o CNPq/IBICT dote, quando necessário, algumas bibliotecas de máquinas de reprodução xerográfica.

h) Promoção de um Encontro pelo CNPq/IBICT para avaliação dos motivos da não implantação do SNICT.

i) Que o CNPq estimule o surgimento de fichários bibliográficos nacionais, coleta e elaboração de bibliografias semelhantes às atualmente desenvolvidas pela EMBRAPA e BINAGRI, em agricultura, para outras áreas do conhecimento.

j) Que se faça um esforço no sentido de adquirir alguns dos fichários retrospectivos dos Sistemas Internacionais já existentes no País, possibilitando-nos, assim, utilizar os serviços rápidos de perguntas e respostas.

k) Que o CNPq discipline e coordene as atividades de implantação dos sistemas on-line, no País.

l) Que o CNPq/IBICT discipline e coordene para que a implantação das "Redes de Sistemas" se faça de maneira paralela à implantação de uma Rede de Serviços entre as bibliotecas.

11 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01 – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. V. 1- , 1908- . Rio de Janeiro, IBGE, 1908- . v.

02 – BARBOSA, A.P. La catalogación cooperativa en el Brazil y su automatización a través del MARC, Brasil: el projecto CALCO. *Fichero Bibliográfico Hispanoamericano*, Buenos Aires, 13(11-12):6, 1974. p. 6.

03 – ————. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro, BNG/BRASILART, 1978. 245 p. p. 87-8, 85-6, 203.

04 – ————. *Projeto Calco*; adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento da catalogação cooperativa. Tese de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação, no IBBD/UFRJ. Rio de Janeiro, 1972. 92 p. il.

05 – ————. *Projeto Calco*; catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 22 p. il. p. 5.

06 – BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL. v. 1- , 1918- Rio de Janeiro, 1918- . v.

Digitalizado gentilmente por:

07 – BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Formato Calco: monografias e publicações seriadas.* Convênio MEC/CNPq. Brasília, 1977. 154 p. il.

08 – CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, São Paulo & SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, Rio de Janeiro. *Catalogação na fonte informações para editores: CIP-Brasil. São Paulo, 1978. 12 f. p. 1.*

09 – CARNEIRO, R. Catalogação na fonte. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade*, São Paulo, 28:77-92, out./dez., 1971. p. 77-8.

10 – CARTER, L.F. Sistemas nacionais de documentação em ciência e tecnologia. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 103(2):75-89, mar./abr., 1969.

11 – CLAPP, V.W. Catalogación en publicación: un nuevo programa estadounidense de catalogación previa a la publicación con observaciones referentes a algunos programas análogos. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, Paris, 27(1):2--11, ene./feb., 1973.

12 – CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO / Anglo-American Cataloging Rules/. Preparado pela Associação Americana de Bibliotecas, Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, Associação Britânica de Bibliotecas e Associação Canadense de Bibliotecas. Brasília, 1969. 528 p.

13 – CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTACIÓN, 4., Bogotá, out. 15-19, 1973. *La tecnologia en los servicios de información y documentación.* Bogotá, FID/CLA, 1973. 423 f. il.

14 – COSTA, J.F. da. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 1(2):95-107, jul./dez. 1973.

15 – CUNHA, M.B. da O controle bibliográfico da literatura científica e tecnológica no Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6(1):26-44, mar. 1977. p. 28-9.

16 – ———. Necessidades atuais de bibliotecários no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 2(1):15-24, jan./jun., 1974. p. 15.

17 – DIRETRIZES básicas para implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnologia (SNICT). In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTACIÓN, 4, Bogotá, Oct., 15-19, 1973. *La tecnologia en los servicios de información y documentación.* México, FID/CLA, 1974. p. 277-81.

18 – FERREIRA, J.R. Redes de informação para ciência e tecnologia. *Boletim Técnico do CEPED*, Camaçari, 4(1/3):55-93, jan./jun. 1977.

19 – ———. Sistemas e serviços de informação para ciência e tecnologia: a infor-

Digitalizado gentilmente por:

mação "on-line". *Boletim Técnico do CEPED*, Camaçari, 5(4/6):33-150, jul./dez. 1978. p. 66.

20 – FONSECA, E.N. *Documentação científica e tecnológica-planejamento*. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Belém, 29 jul. - 4 ago., 1973. s.n.t. 15 f.

21 – ———. Sobre a (inexistente) rede nacional de bibliotecas exigidas pelo SNICT. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 109(2):79-91, abr./jun. 1974. p. 79.

22 – FORMATO CALCO. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 10(4/6):202-203, out./dez., 1977. p. 203.

23 – FROTA, L.M. de A. Catalogação na fonte: resultado da colaboração entre editores e bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7., Belém, 29 jul. -4 ago., 1973. *Anais*. Rio de Janeiro, IBICT, 1977, p. 303-12.

24 – GOMES, H.E. *Automação da catalogação no Brasil e os programas de controle bibliográfico nacional*. Trabajo presentado en lo Primer Seminario Latino-americano sobre Control y Adquisicion de Material Bibliográfico, Bogotá, oct. 13-17, 1975. Bogotá, 1975. 10 f.

25 – GOMES, H.E. Mecanismos e normas para a organização bibliográfica nacional: novos programas para velhos problemas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6(2):175-84, set., 1977.

26 – ———. & CARVALHO, M.B.P. de. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) do Brasil; anexo 1: Diretrizes básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTACIÓN, 4, Bogotá oct., 15-19, 1973. *La tecnologia en los servicios de información y documentación*. México, FID/CLA, 1974. p. 277-81.

27 – IBBD, Rio de Janeiro. Serviço de intercâmbio de catalogação (SIC). In: IBBD, Rio de Janeiro. *Comunicações*. pt. 2: Catálogo coletivo nacional de periódicos: seu estado atual e possibilidades de receber melhor colaboração das bibliotecas públicas e especializadas. Rio de Janeiro, 1973. numeração progressiva. seção 7.

28 – IBICT, Rio de Janeiro. Projeto: *"Centro Piloto" de acesso em linha a informação no exterior*. Rio de Janeiro, CNPq, s.d. não paginado.

29 – LEMOS, A.A.B. de. Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Univer-*

Digitalizado gentilmente por:

sidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7(2):201-17, set. 1978. p. 207-8.

30 – MIRANDA, A. *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento/.* Planing Library and Information Systems/. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977. p. 58.

31 – SAMBAQUY, L. de Q. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: CONFERÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 1951. *Desarrollo de las Bibliotecas Públicas en América Latina.* Paris, UNESCO, 1953. p. 67-70. (Manuales de la UNESCO para las bibliotecas, 5).

32 – ———. *O IBBD e os serviços que se propõe a prestar.* Rio de Janeiro, IBBD, 1958. 22 p. il.

33 – SCHREINER, H.B. et alii. Processamento técnico centralizado automatizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; relatório da primeira fase de implantação. In: ASSEMBLÉIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA FEBAB, 4., São Paulo, ago., 12-18, 1978. *Anais.* São Paulo, FEBAB, 1978. p. 589-618.

34 – SHEPARD, M.D. Library automation in Brazil as an element in an Inter-American network for transmitting bibliographic information. *International Cataloging,* Londres, Oct./Dec. 1977. p. 45-7.

35 – SILVA, B. *O futuro do livro.* 2. ed. Rio de Janeiro, Centro de Serviços Gráficos do IBGE, 1976. 46 p.

36 – VATICANO. Biblioteca Vaticana. *Normas para catalogação de impressos.* 2. ed. brasileira. Rio de Janeiro, IBBD, 1962. 502 p.

Digitalizado gentilmente por:

Informação na Empresa: O Papel da Biblioteca

CDU 027.2: 025.5(81)

Antonio Miranda *

Ao lado dos recursos humanos, materiais e financeiros, um quarto elemento se junta à moderna empresa para garantir atualização do pessoal, gerar conhecimentos próprios e melhor produtividade: a informação. Papel educacional da biblioteca de empresa se evidencia quando ela se integra nos programas de capacitação de pessoal a fim de que sejam usados com eficiência seus recursos e serviços para melhor absorção da informação. Os recursos informativos devem ser contemplados com percentuais constantes como "investimento de capital". Além dos serviços básicos, a biblioteca para atingir suas finalidades deve prover: comutação bibliográfica, serviço de alerta, disseminação seletiva da informação, treinamento de usuário, bem como integrar-se em redes e sistemas.

1 – JUSTIFICATIVA

Aos recursos tradicionais da empresa – humanos, materiais e financeiros – deve-se agregar, modernamente, um quarto elemento: Informação.

Deste último depende um grau maior ou menor de retorno de capital de investimento nos três recursos anteriores, do grau de pertinência e de relevância na aplicação dos mesmos.

Informação, na empresa moderna, é de vital importância, em qualquer de seus níveis: desde aqueles de natureza gerencial (preços, custos, oportunidade, dados estatísticos, cadastrais, etc, que embasam decisões corretas e seguras e que se consubstanciam em centros de documentação e bancos de dados) até, no outro extremo, o "know how" que permite os padrões de excelência e o acompanhamento da evolução tecnológica.

Devemos considerar dois fatores importantes: primeiro, conforme o enfoque sistêmico, um conjunto só funciona bem quando todos os elementos estão

* Assessor de Planejamento Bibliotecário da CAPES/MEC. Professor do Curso de Biblioteconomia da UNB.

Digitalizado gentilmente por:

perfeita e adequadamente interrelacionados e interdependentes e quando juntos participam e evoluem (desenvolver apenas uma das partes compromete o desempenho do todo); em segundo lugar, a informação requerida na empresa, mesmo considerando os desníveis profissionais de pessoal qualificado, é muito variada e existem áreas de evidente sobreposição o que impede uma autêntica hierarquia. O técnico mais avançado muitas vezes necessita de materiais informacionais de natureza primária. Embora a recíproca não seja sempre verdadeira (o técnico de formação limitada terá dificuldade de compreensão de textos mais complexos) é justo reconhecer para os indivíduos o *direito* do acesso à informação, e deste acesso depende sua *capacitação formal e/ou informal.*

2 – BIBLIOTECA COMO INSTRUMENTO DE CAPACITAÇÃO

Basicamente, considera-se a biblioteca como instrumento de pesquisa. Dependendo do contexto e do sentido que damos à palavra "pesquisa", isto pode ser mais ou menos verdadeiro. No fundo, mesmo reconhecendo a condição fundamental da biblioteca para a pesquisa e solução de problemas, outras são as funções mais pertinentes que ela desempenha. A biblioteca é fundamental também no processo decisório e, mais acentuadamente, na capacitação de pessoal.

A empresa moderna precisa assegurar, na sua estratégia de evolução, que o pessoal participe de programas de treinamento e transferência de conhecimento como para garantir a maximização de seu potencial.

3 – RAZÃO DA BIBLIOTECA NOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

Tradicionalmente, a biblioteca sempre esteve ligada às disciplinas técnicas, dando ênfase aos seus aspectos de controle bibliográfico e processamento de seus materiais para disseminação e transferência de informação, colocando em evidência seu caráter eminentemente *educacional.*

Parafraseando o *Dr. José Dion de Melo Teles,* na oportunidade presidente do CNPq, a transferência de "Know how" não se faz de país para país mas de especialista para especialista e as bibliotecas deveriam organizar esta transferência, engajando-se em programas de educação formal e contínua na empresa.

4 – SERVIÇOS QUE DEVE OFERECER

De início, não se deve confundir documento com informação. A informação está *contida* no documento, *não é* o documento. É o caráter dinâmico que caracteriza a informação e esta só existe quando se dá a *comunicação,* a transmissão da experiência entre o autor e o leitor. A biblioteca é intermediária e não o fim do processo, a menos que ela se conforme com a passividade do armazenamento e preservação do acervo.

No caso contrário, admitindo-se a função educacional e de capacitação de recursos humanos da biblioteca na empresa moderna, ela deve organizar-se e oferecer, como mínimos, os seguintes serviços:

Digitalizado gentilmente por:

4.1 Seleção e Aquisição

Os objetivos da biblioteca são os mesmos da Empresa, e o seu acervo deve ser criado e desenvolvido para atender às necessidades básicas de informação dos diversos programas e atividades. A comunidade técnica deve orientar a formação do acervo e, para tanto, comissões de seleção deverão ser organizadas, métodos informais de sugestões poderão ser desenvolvidos e o bibliotecário fará as consultas com o pessoal técnico e financeiro para tomar as decisões finais de aquisição. O êxito da biblioteca dependerá, enormemente, da sua capacidade de formar um acervo que atenda a 80% da demanda, conforme a prática internacional.

4.2 Comutação Bibliográfica

Como a "auto-suficiência" não é mais possível para a biblioteca especializada no mundo atual da "explosão documental", faz-se necessária a organização de serviços de intercâmbio e de cooperação inter-bibliotecária, a nível local, regional, nacional e internacional. Acordos e convênios de prestação de serviços (reprográficos, cópias xerox, microfichas, empréstimo — entre — bibliotecas) facilitarão transformar a disponibilidade (o conhecimento *do que* existe e *onde* existe mediante catálogos coletivos) na *acessibilidade* (a obtenção do documento, não importa onde ele se encontre depositado).

O objetivo principal é promover uma *mudança de hábito* do pesquisador. Se ele se habitua a utilizar o que a biblioteca *possui*, tal concepção imediatista o limitará ao processo aleatório de manter-se informado com o que está à sua disposição (aqui e agora). No extremo oposto, e mais corretamente, o pesquisador ou o técnico deverá conhecer o que surge de importante em sua área de atuação, não importando *se está ou não* na biblioteca.

Para que isso aconteça, a biblioteca necessitará desenvolver dois serviços básicos: referência e disseminação da informação.

4.3 Serviço de Referência

Mais do que garantir o acesso ao que possui, deve a biblioteca orientar o leitor para descobrir o que existe de mais novo e relevante para manter-se atualizado (visando, portanto, beneficiar a modernização da Empresa).

Entre os instrumentos de referência, são fundamentais: bibliografias correntes e retrospectivas, revistas de resumos ("abstracts"), de sumários ("current contents"), assim como a compilação de bibliografias seletivas conforme os interesses de seus próprios usuários. Serviços automatizados de pesquisa bibliográfica e recuperação da informação ("information retrieval"), próprios e/ou alugados/comprados facilitam a elaboração de listagens que orientam os leitores na escolha de ítens de seu interesse.

Tais serviços somente conseguem impor-se, caso dois requisitos sejam atendidos:

a) que as "ferramentas" de trabalho (as obras de referência) sejam plenamente acessíveis aos usuários;
b) que se consiga o documento escolhido, em tais fontes, para o usuário.

Como nem todos os usuários dispõem de tempo para chegar à biblioteca sempre que dela necessitem e como nem sempre eles têm noção exata do que necessitam, faz-se necessário que a bi-

Digitalizado gentilmente por:

blioteca *chegue até eles.* Os boletins bibliográficos, os serviços de alerta e a disseminação seletiva da informação são os caminhos mais curtos.

4.4 Boletins bibliográficos e técnicos, serviços de alerta, etc.

A divulgação de listas por assunto dos novos ítens incorporados ao acervo é fundamental para promover o seu uso. Tais listas não necessitam ter aparência gráfica luxuosa nem tipográfica esmerada pois seu conteúdo é, via de regra, efêmero. O seu sucesso reside na regularidade, na escolha de material arrolado e na *distribuição.* Informação só é útil quando chega à pessoa certa, no momento certo e quando for de proveito. Um perfeito afinamento da informação referenciada com os projetos e programas em andamento, além dos temas de valor permanente, é de vital importância.

Um boletim mais técnico e gerencial pode servir para dar informações básicas para aqueles que têm, em suas mãos, o processo decisório e que pela natureza mesma de suas atividades, fazem pouco uso da biblioteca. Dados conjunturais, informações sobre avanços tecnológicos, legislação, etc, podem garantir o sucesso do boletim e favorecer a atualização do pessoal de cúpula ou de "frente".

4.5 Disseminação Seletiva de Informações (SDI)

Um sistema de SDI só se aconselha quando a estrutura da biblioteca já atingiu um grau razoável de organização e quando o pessoal conta com assessoria especializada quanto à natureza, nível e pertinência da demanda informacional da comunidade (empresa).

Os "perfis" dos usuários ou dos projetos em andamento são codificados para cruzamento manual ou automatizado com os descritores da documentação que vai ingressando na biblioteca, sobretudo os de artigos de periódicos mas também os de relatórios técnicos, teses, pre-prints, etc.

A aquisição de um serviço estrangeiro, em forma de disco magnético, é uma opção que deve ser muito bem estudada antes que a decisão final seja feita, levando-se em consideração aspectos de "software/hardware", necessidade de pessoal, natureza da informação contida e *acesso* aos documentos referenciados.

O sistema SDI, como nenhum outro, garante ao usuário manter-se em dia com os assuntos de sua especialização, sem ter que realizar a pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma forma *agressiva* de *antecipar-se* à demanda, enviando a referência bibliográfica, o resumo ou até mesmo a cópia xerox do trabalho (pode-se inclusive estabelecer uma *política* que defina quando e para quem se enviará qualquer das três modalidades).

Uma vantagem excepcional é que o usuário pode *habilitar-se* à leitura periódica da literatura, com reflexos positivos em sua atuação profissional, constituindo-se esta em autêntica educação contínua.

Existem formas que a biblioteca utiliza para testar a excelência de um serviço desta natureza. Além da avaliação metódica e contínua, pode-se medir a pertinência, relevância e obsoletismo da literatura citada nos projetos da empresa, nas contribuições do pessoal para congressos e *simposios* e durante os cursos de treinamento formal da própria empresa.

Comutação Bibliográfica e Disseminação Seletiva da Informação (SDI) não são serviços antagônicos ou substitutivos. Ao contrário, são *complemen-*

Digitalizado gentilmente por:

tários. A comutação é mais *passiva*, atende a demanda, enquanto que o serviço SDI se antecipa à demanda, é mais *ativo*. Sua complementariedade se torna óbvia quando o técnico, após familiarizar-se com temas e autores dos artigos chegados à sua mão por intermédio do SDI, recorre à comutação para a obtenção de informação complementar.

Ambas atividades ajudarão a definir a política e a mecânica de Seleção e Aquisição da biblioteca, ou da rede de bibliotecas.

5 – TREINAMENTO DE USUÁRIOS

Outra razão da função educacional mais do que técnica da biblioteca está na sua missão de *capacitar* o usuário para absorver informação. Tal treinamento não pode ser aleatório nem de livre arbítrio; deve fazer parte da política de pessoal da empresa a garantia de que sua equipe evolua concomitantemente com as novas programações e atividades.

Informação exige requisitos para sua absorção. Só há comunicação quando existe *interesse, identidade, utilidade* e quando a linguagem do documento e do leitor sejam idênticas, do contrário, haverá *ruídos* na comunicação. O leitor deverá ser capacitado, gradualmente, no uso de fontes documentárias e nas técnicas da leitura programada, nos seus níveis de complexidade, do mais simples ao mais sofisticado.

No nosso País, onde os serviços bibliotecários ainda não estão generalizados, o técnico às vezes carece da "tecnologia" mínima para enfrentar, com sucesso, a documentação, e isso impede ou inibe seu processo de capacitação. É como estar com sede na beira de um poço profundo sem balde e uma corda. Técnicas no uso de catálogo, de fontes bibliográficas; distinguir entre documentação primária e secundária; interpretar textos e distinguir a simbologia da linguagem das citações bibliográficas é fundamental e já é parte *sinequa non* de qualquer pessoa humana que aspire à uma superação permanente. "Informação é Status", conforme, acertadamente, reitera o IBICT.

Ou a biblioteca está engajada no programa de capacitação de pessoal ou, as duas – biblioteca e capacitação –, resultarão debilitadas em suas funções.

6 – INTEGRAÇÃO EM REDES E SISTEMAS

Uma empresa que conte com várias unidades descentralizadas de planejamento e operação, necessita conjugar e articular os seus serviços bibliográficos. Os conhecimentos são interdisciplinares e a cada unidade caberá parcela do acervo que lhe seja mais pertinente e deverá oferecer os serviços que mais respondam à sua especialização.

Centralização e descentralização, neste contexto, são simples decisões segundo as condições e vocações ambientais. As decisões colegiadas poderão assegurar a legitimidade e a representatividade ao sistema, evitando ao máximo a duplicação de meios para fins idênticos e assegurando o *compartilhamento* mais justo e mais econômico dos recursos descentralizados.

Não só se deverá determinar os "que" e os "onde" internos como os serviços dependentes de vias externas, tanto no próprio local onde se situa a empresa como fora do estado e do país.

Ao conjunto de bibliotecas ou de coleções descentralizadas, com funções especificadas, chamaremos "sistemas" gra-

Digitalizado gentilmente por:

ças às suas vinculações hierárquicas; à dependência com os serviços externos, formalizados ou informais, chamaremos de "rede".

6.1 Conclusões

A biblioteca de empresa deve, na medida do possível, realizar serviços *personalizados* ou, na impossibilidade destes, mais *direcionados* em consonância com o papel dos indivíduos nas suas áreas de atuação.

O objetivo é de capacitar o indivíduo para que ele, bem informado, acompanhe a evolução tecnológica e científica e garanta, para a empresa, rendimento e *produtividade* em termos de qualidade e efetividade profissionais.

Neste contexto, os investimentos em informação e em serviços documentários e bibliotecários deverão ser considerados como investimentos de capital e percentuais, podendo ser garantidos nos orçamentos para manutenção dos serviços bibliotecários.

Em outros termos, trata-se de aplicar a máxima de que informação é *energia* que gera novos conhecimentos necessários à reciclagem permanente, à descoberta de novos produtos, à atualização com os processos externos ao sistema e à solução de problemas específicos.

O efeito multiplicador do elemento informação na vida de uma empresa moderna é difícil de mensurar e de diagnosticar mas, ao contrário, a sua ausência pode ser constatada pelo baixo rendimento de pessoal e pela extrema dependência da assessoria externa para solução a problemas que, internamente, seriam melhor encaminhados, a custos mais razoáveis.

A ênfase dada aos serviços cooperativos (sistemas e redes) é feita tendo em vista o *limite* de investimento da empresa no item "Informação", à necessidade de garantir o acesso à informação, sempre que necessário, possuindo-a ou não *intramuros*.

Na lógica de ciência da informação, a soma de duas bibliotecas não é 1 + 1, é 2 + 1, sendo a terceira o intercâmbio entre ambos. A soma de um conjunto maior de bibliotecas é exponencial, e seus efeitos na estratégia de recuperação da informação, na capacitação de pessoal e na economia de escala são extraordinários.

Deve-se, em conseqüência, limitar o crescimento para atender a demanda (segundo a Lei de Zipf-Bradford) e garantir o seu uso para justificar os investimentos.

Digitalizado gentilmente por:

BIBLIOGRAFIA

BURNSTEINS, S.; SCHULT, M.L.F.; DELATTRE, D.G. *A biblioteca na empresa: atualização, auto-educação e especialização.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2): 663-69, jul./dez., 1977.

LOPES. J.S.; DENIZOT, E.R.; NASCIMENTO, C.M.P. *Biblioteca de empresa com função educacional, social e cultural.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2):669-83, jul./dez., 1977.

NOCETTI, Milton A. *Informação para o desenvolvimento: maximização dos recursos documentários nacionais através de sistemas de comutação bibliográfica.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 2(3), 1979. /No prelo/

NOCETTI, Milton A. *Informação agrícola: o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação da EMBRAPA.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 1(2):35-40, jun./ago., 1978.

PASQUARELLI, M.R.L. & BARONE, A.M.S. *Programa de Disseminação Seletiva de Informação (SDI) da Biblioteca da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnica da USP.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 6(2), 1978. /No prelo/

(*) Sobre Disseminação Seletiva da Informação, vide número especial da Revista de Biblioteconomia de Brasília, Vol. 6 nº 2, jul./dez., 1978, totalmente dedicado a "SDI : SERVIÇOS NO BRASIL", onde aparecem registradas as experiências brasileiras mais significativas, um artigo teórico sobre o "estado da arte" e uma bibliografia específica.

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

BIBLIOGRAFIA

BURNSTEINS, S.; SCHULT, M.L.F.; DELATTRE, D.G. *A biblioteca na empresa: atualização, auto-educação e especialização.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2): 663-69, jul./dez., 1977.

LOPES. J.S.; DENIZOT, E.R.; NASCIMENTO, C.M.P. *Biblioteca de empresa com função educacional, social e cultural.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2):669-83, jul./dez., 1977.

NOCETTI, Milton A. *Informação para o desenvolvimento: maximização dos recursos documentários nacionais através de sistemas de comutação bibliográfica.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 2(3), 1979. /No prelo/

NOCETTI, Milton A. *Informação agrícola: o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação da EMBRAPA.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 1(2):35-40, jun./ago., 1978.

PASQUARELLI, M.R.L. & BARONE, A.M.S. *Programa de Disseminação Seletiva de Informação (SDI) da Biblioteca da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnica da USP.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 6(2), 1978. /No prelo/

(*) Sobre Disseminação Seletiva da Informação, vide número especial da Revista de Biblioteconomia de Brasília, Vol. 6 nº 2, jul./dez., 1978, totalmente dedicado a "SDI : SERVIÇOS NO BRASIL", onde aparecem registradas as experiências brasileiras mais significativas, um artigo teórico sobre o "estado da arte" e uma bibliografia específica.

Digitalizado gentilmente por:

ças às suas vinculações hierárquicas; à dependência com os serviços externos, formalizados ou informais, chamaremos de "rede".

6.1 Conclusões

A biblioteca de empresa deve, na medida do possível, realizar serviços *personalizados* ou, na impossibilidade destes, mais *direcionados* em consonância com o papel dos indivíduos nas suas áreas de atuação.

O objetivo é de capacitar o indivíduo para que ele, bem informado, acompanhe a evolução tecnológica e científica e garanta, para a empresa, rendimento e *produtividade* em termos de qualidade e efetividade profissionais.

Neste contexto, os investimentos em informação e em serviços documentários e bibliotecários deverão ser considerados como investimentos de capital e percentuais, podendo ser garantidos nos orçamentos para manutenção dos serviços bibliotecários.

Em outros termos, trata-se de aplicar a máxima de que informação é *energia* que gera novos conhecimentos necessários à reciclagem permanente, à descoberta de novos produtos, à atualização com os processos externos ao sistema e à solução de problemas específicos.

O efeito multiplicador do elemento informação na vida de uma empresa moderna é difícil de mensurar e de diagnosticar mas, ao contrário, a sua ausência pode ser constatada pelo baixo rendimento de pessoal e pela extrema dependência da assessoria externa para solução a problemas que, internamente, seriam melhor encaminhados, a custos mais razoáveis.

A ênfase dada aos serviços cooperativos (sistemas e redes) é feita tendo em vista o *limite* de investimento da empresa no item "Informação", à necessidade de garantir o acesso à informação, sempre que necessário, possuindo-a ou não *intramuros*.

Na lógica de ciência da informação, a soma de duas bibliotecas não é 1 + 1, é 2 + 1, sendo a terceira o intercâmbio entre ambos. A soma de um conjunto maior de bibliotecas é exponencial, e seus efeitos na estratégia de recuperação da informação, na capacitação de pessoal e na economia de escala são extraordinários.

Deve-se, em conseqüência, limitar o crescimento para atender a demanda (segundo a Lei de Zipf-Bradford) e garantir o seu uso para justificar os investimentos.

Digitalizado gentilmente por:

tários. A comutação é mais *passiva*, atende a demanda, enquanto que o serviço SDI se antecipa à demanda, é mais *ativo*. Sua complementariedade se torna óbvia quando o técnico, após familiarizar-se com temas e autores dos artigos chegados à sua mão por intermédio do SDI, recorre à comutação para a obtenção de informação complementar.

Ambas atividades ajudarão a definir a política e a mecânica de Seleção e Aquisição da biblioteca, ou da rede de bibliotecas.

5 – TREINAMENTO DE USUÁRIOS

Outra razão da função educacional mais do que técnica da biblioteca está na sua missão de *capacitar* o usuário para absorver informação. Tal treinamento não pode ser aleatório nem de livre arbítrio; deve fazer parte da política de pessoal da empresa a garantia de que sua equipe evolua concomitantemente com as novas programações e atividades.

Informação exige requisitos para sua absorção. Só há comunicação quando existe *interesse, identidade, utilidade* e quando a linguagem do documento e do leitor sejam idênticas, do contrário, haverá *ruídos* na comunicação. O leitor deverá ser capacitado, gradualmente, no uso de fontes documentárias e nas técnicas da leitura programada, nos seus níveis de complexidade, do mais simples ao mais sofisticado.

No nosso País, onde os serviços bibliotecários ainda não estão generalizados, o técnico às vezes carece da "tecnologia" mínima para enfrentar, com sucesso, a documentação, e isso impede ou inibe seu processo de capacitação. É como estar com sede na beira de um poço profundo sem balde e uma corda. Técnicas no uso de catálogo, de fontes bibliográficas; distinguir entre documentação primária e secundária; interpretar textos e distinguir a simbologia da linguagem das citações bibliográficas é fundamental e já é parte *sinequa non* de qualquer pessoa humana que aspire à uma superação permanente. "Informação é Status", conforme, acertadamente, reitera o IBICT.

Ou a biblioteca está engajada no programa de capacitação de pessoal ou, as duas – biblioteca e capacitação –, resultarão debilitadas em suas funções.

6 – INTEGRAÇÃO EM REDES E SISTEMAS

Uma empresa que conte com várias unidades descentralizadas de planejamento e operação, necessita conjugar e articular os seus serviços bibliográficos. Os conhecimentos são interdisciplinares e a cada unidade caberá parcela do acervo que lhe seja mais pertinente e deverá oferecer os serviços que mais respondam à sua especialização.

Centralização e descentralização, neste contexto, são simples decisões segundo as condições e vocações ambientais. As decisões colegiadas poderão assegurar a legitimidade e a representatividade ao sistema, evitando ao máximo a duplicação de meios para fins idênticos e assegurando o *compartilhamento* mais justo e mais econômico dos recursos descentralizados.

Não só se deverá determinar os "que" e os "onde" internos como os serviços dependentes de vias externas, tanto no próprio local onde se situa a empresa como fora do estado e do país.

Ao conjunto de bibliotecas ou de coleções descentralizadas, com funções especificadas, chamaremos "sistemas" gra-

Digitalizado gentilmente por:

blioteca *chegue até eles.* Os boletins bibliográficos, os serviços de alerta e a disseminação seletiva da informação são os caminhos mais curtos.

4.4 Boletins bibliográficos e técnicos, serviços de alerta, etc.

A divulgação de listas por assunto dos novos ítens incorporados ao acervo é fundamental para promover o seu uso. Tais listas não necessitam ter aparência gráfica luxuosa nem tipográfica esmerada pois seu conteúdo é, via de regra, efêmero. O seu sucesso reside na regularidade, na escolha de material arrolado e na *distribuição.* Informação só é útil quando chega à pessoa certa, no momento certo e quando for de proveito. Um perfeito afinamento da informação referenciada com os projetos e programas em andamento, além dos temas de valor permanente, é de vital importância.

Um boletim mais técnico e gerencial pode servir para dar informações básicas para aqueles que têm, em suas mãos, o processo decisório e que pela natureza mesma de suas atividades, fazem pouco uso da biblioteca. Dados conjunturais, informações sobre avanços tecnológicos, legislação, etc, podem garantir o sucesso do boletim e favorecer a atualização do pessoal de cúpula ou de "frente".

4.5 Disseminação Seletiva de Informações (SDI)

Um sistema de SDI só se aconselha quando a estrutura da biblioteca já atingiu um grau razoável de organização e quando o pessoal conta com assessoria especializada quanto à natureza, nível e pertinência da demanda informacional da comunidade (empresa).

Os "perfis" dos usuários ou dos projetos em andamento são codificados para cruzamento manual ou automatizado com os descritores da documentação que vai ingressando na biblioteca, sobretudo os de artigos de periódicos mas também os de relatórios técnicos, teses, pre-prints, etc.

A aquisição de um serviço estrangeiro, em forma de disco magnético, é uma opção que deve ser muito bem estudada antes que a decisão final seja feita, levando-se em consideração aspectos de "software/hardware", necessidade de pessoal, natureza da informação contida e *acesso* aos documentos referenciados.

O sistema SDI, como nenhum outro, garante ao usuário manter-se em dia com os assuntos de sua especialização, sem ter que realizar a pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma forma *agressiva* de *antecipar-se* à demanda, enviando a referência bibliográfica, o resumo ou até mesmo a cópia xerox do trabalho (pode-se inclusive estabelecer uma *política* que defina quando e para quem se enviará qualquer das três modalidades).

Uma vantagem excepcional é que o usuário pode *habilitar-se* à leitura periódica da literatura, com reflexos positivos em sua atuação profissional, constituindo-se esta em autêntica educação contínua.

Existem formas que a biblioteca utiliza para testar a excelência de um serviço desta natureza. Além da avaliação metódica e contínua, pode-se medir a pertinência, relevância e obsoletismo da literatura citada nos projetos da empresa, nas contribuições do pessoal para congressos e *simposios* e durante os cursos de treinamento formal da própria empresa.

Comutação Bibliográfica e Disseminação Seletiva da Informação (SDI) não são serviços antagônicos ou substitutivos. Ao contrário, são *complemen-*

Digitalizado gentilmente por:

tários. A comutação é mais *passiva*, atende a demanda, enquanto que o serviço SDI se antecipa à demanda, é mais *ativo*. Sua complementariedade se torna óbvia quando o técnico, após familiarizar-se com temas e autores dos artigos chegados à sua mão por intermédio do SDI, recorre à comutação para a obtenção de informação complementar.

Ambas atividades ajudarão a definir a política e a mecânica de Seleção e Aquisição da biblioteca, ou da rede de bibliotecas.

5 – TREINAMENTO DE USUÁRIOS

Outra razão da função educacional mais do que técnica da biblioteca está na sua missão de *capacitar* o usuário para absorver informação. Tal treinamento não pode ser aleatório nem de livre arbítrio; deve fazer parte da política de pessoal da empresa a garantia de que sua equipe evolua concomitantemente com as novas programações e atividades.

Informação exige requisitos para sua absorção. Só há comunicação quando existe *interesse, identidade, utilidade* e quando a linguagem do documento e do leitor sejam idênticas, do contrário, haverá *ruídos* na comunicação. O leitor deverá ser capacitado, gradualmente, no uso de fontes documentárias e nas técnicas da leitura programada, nos seus níveis de complexidade, do mais simples ao mais sofisticado.

No nosso País, onde os serviços bibliotecários ainda não estão generalizados, o técnico às vezes carece da "tecnologia" mínima para enfrentar, com sucesso, a documentação, e isso impede ou inibe seu processo de capacitação. É como estar com sede na beira de um poço profundo sem balde e uma corda. Técnicas no uso de catálogo, de fontes bibliográficas; distinguir entre documentação primária e secundária; interpretar textos e distinguir a simbologia da linguagem das citações bibliográficas é fundamental e já é parte *sinequa non* de qualquer pessoa humana que aspire à uma superação permanente. "Informação é Status", conforme, acertadamente, reitera o IBICT.

Ou a biblioteca está engajada no programa de capacitação de pessoal ou, as duas – biblioteca e capacitação –, resultarão debilitadas em suas funções.

6 – INTEGRAÇÃO EM REDES E SISTEMAS

Uma empresa que conte com várias unidades descentralizadas de planejamento e operação, necessita conjugar e articular os seus serviços bibliográficos. Os conhecimentos são interdisciplinares e a cada unidade caberá parcela do acervo que lhe seja mais pertinente e deverá oferecer os serviços que mais respondam à sua especialização.

Centralização e descentralização, neste contexto, são simples decisões segundo as condições e vocações ambientais. As decisões colegiadas poderão assegurar a legitimidade e a representatividade ao sistema, evitando ao máximo a duplicação de meios para fins idênticos e assegurando o *compartilhamento* mais justo e mais econômico dos recursos descentralizados.

Não só se deverá determinar os "que" e os "onde" internos como os serviços dependentes de vias externas, tanto no próprio local onde se situa a empresa como fora do estado e do país.

Ao conjunto de bibliotecas ou de coleções descentralizadas, com funções especificadas, chamaremos "sistemas" gra-

Digitalizado gentilmente por:

ças às suas vinculações hierárquicas; à dependência com os serviços externos, formalizados ou informais, chamaremos de "rede".

6.1 Conclusões

A biblioteca de empresa deve, na medida do possível, realizar serviços *personalizados* ou, na impossibilidade destes, mais *direcionados* em consonância com o papel dos indivíduos nas suas áreas de atuação.

O objetivo é de capacitar o indivíduo para que ele, bem informado, acompanhe a evolução tecnológica e científica e garanta, para a empresa, rendimento e *produtividade* em termos de qualidade e efetividade profissionais.

Neste contexto, os investimentos em informação e em serviços documentários e bibliotecários deverão ser considerados como investimentos de capital e percentuais, podendo ser garantidos nos orçamentos para manutenção dos serviços bibliotecários.

Em outros termos, trata-se de aplicar a máxima de que informação é *energia* que gera novos conhecimentos necessários à reciclagem permanente, à descoberta de novos produtos, à atualização com os processos externos ao sistema e à solução de problemas específicos.

O efeito multiplicador do elemento informação na vida de uma empresa moderna é difícil de mensurar e de diagnosticar mas, ao contrário, a sua ausência pode ser constatada pelo baixo rendimento de pessoal e pela extrema dependência da assessoria externa para solução a problemas que, internamente, seriam melhor encaminhados, a custos mais razoáveis.

A ênfase dada aos serviços cooperativos (sistemas e redes) é feita tendo em vista o *limite* de investimento da empresa no item "Informação", à necessidade de garantir o acesso à informação, sempre que necessário, possuindo-a ou não *intramuros*.

Na lógica de ciência da informação, a soma de duas bibliotecas não é 1 + 1, é 2 + 1, sendo a terceira o intercâmbio entre ambos. A soma de um conjunto maior de bibliotecas é exponencial, e seus efeitos na estratégia de recuperação da informação, na capacitação de pessoal e na economia de escala são extraordinários.

Deve-se, em conseqüência, limitar o crescimento para atender a demanda (segundo a Lei de Zipf-Bradford) e garantir o seu uso para justificar os investimentos.

Digitalizado gentilmente por:

BIBLIOGRAFIA

BURNSTEINS, S.; SCHULT, M.L.F.; DELATTRE, D.G. *A biblioteca na empresa: atualização, auto-educação e especialização.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2): 663-69, jul./dez., 1977.

LOPES. J.S.; DENIZOT, E.R.; NASCIMENTO, C.M.P. *Biblioteca de empresa com função educacional, social e cultural.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 5(2):669-83, jul./dez., 1977.

NOCETTI, Milton A. *Informação para o desenvolvimento: maximização dos recursos documentários nacionais através de sistemas de comutação bibliográfica.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 2(3), 1979. /No prelo/

NOCETTI, Milton A. *Informação agrícola: o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação da EMBRAPA.* Bol. ABDF, Nova série, Brasília, 1(2):35-40, jun./ago., 1978.

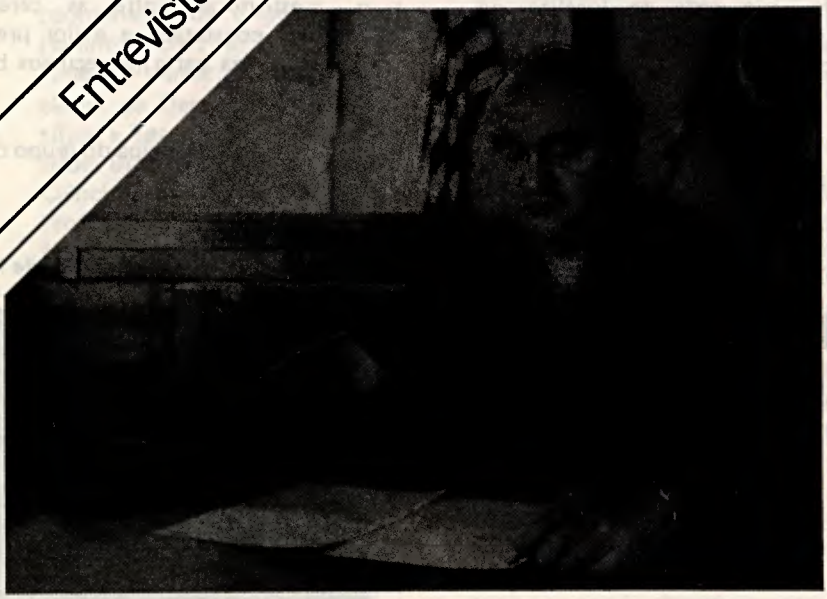
PASQUARELLI, M.R.L. & BARONE, A.M.S. *Programa de Disseminação Seletiva de Informação (SDI) da Biblioteca da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnica da USP.* Rev. Bibliotecon. Brasília, 6(2), 1978. /No prelo/

(*) Sobre Disseminação Seletiva da Informação, vide número especial da Revista de Biblioteconomia de Brasília, Vol. 6 nº 2, jul./dez., 1978, totalmente dedicado a "SDI : SERVIÇOS NO BRASIL", onde aparecem registradas as experiências brasileiras mais significativas, um artigo teórico sobre o "estado da arte" e uma bibliografia específica.

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Entrevista



RBBD — Que é BICENGE?

Alfredo — BICENGE, Biblioteca Complementar de Engenharia, pretende desenvolver integração e complementação da documentação e informação em engenharia. Seu objetivo principal é aperfeiçoar serviços, completar a coleção de documentos de engenharia no Brasil e estimular o aperfeiçoamento das bibliotecas, serviços de documentação e sistemas de informação e oferecer o melhor atendimento ao usuário de engenharia.

Digitalizado gentilmente por:

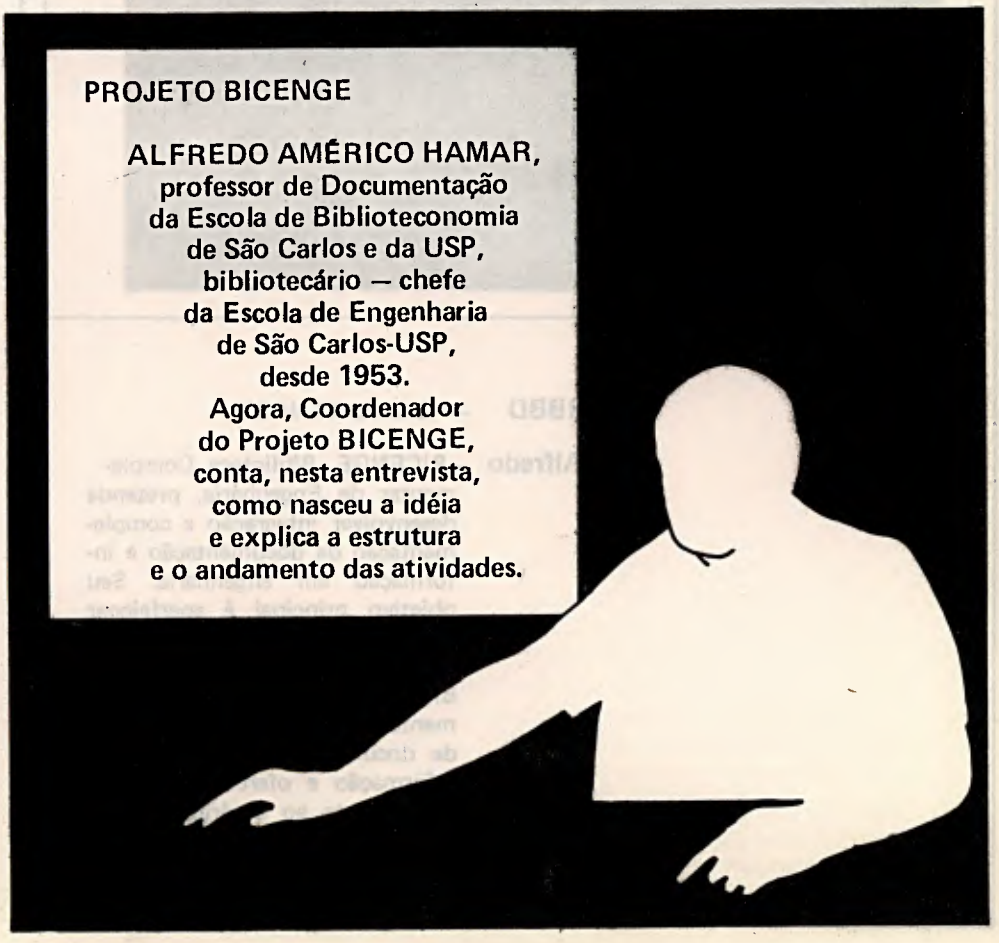
Procura desenvolver o mecanismo de participação e ação cooperativa para que as entidades não se limitem apenas à ação isolada. Nesta fase de implantação, sua sede se localiza no Ministério de Educação, Colégio dos Estados, Av. L2 Sul Q.604 Brasília, D.F.

RBBD – Como nasceu a idéia de sua criação?

Alfredo – Através da Comissão de Especialistas de Ensino de Engenharia (CEEEng. instituída por portaria ministerial nº 667, de 30 de outubro de 1971), foi realizado um diagnóstico da situação de ensino e suas condições de infra-estrutura. Entre as carências, foi constatada a maior precariedade na parte de recursos bibliográficos.

RBBD – Quem participa do grupo de implantação?

Alfredo – Houve uma Comissão de Implan-



Digitalizado gentilmente por:

tação composta por representantes das seguintes instituições: a) Departamento de Assuntos Universitários – MEC: Prof. Dr. Ruy Carlos de Camargo Vieira, coordenador da Comissão, Prof. Hamilton Savi e Prof. Alfredo Américo Hamar; b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia, IBICT, Prof. Raimundo Nonato Fialho Mussi, Profa. Lea Tania Albuquerque de Aquino; c) Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP: Prof. Miguel Martins Chaves e Prof. Antonio Carlos Maron; d) Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Prof. Paulo Roberto da Silva, Enga. Célia Maria Guimarães Anchieta.

RBBD – Como está estruturado o projeto?

Alfredo – A Comissão está desenvolvendo suas atividades a fim de definir algumas providências iniciais para atender a implantação da BICENGE, principalmente com relação às suas primeiras atividades. Por decisão de seus membros foram tomadas as seguintes iniciativas: a) elaboração de um "Convênio" a ser firmado entre o DAU/MEC, CNPq/IBICT, FINEP e CONFEA que, entre as diferentes cláusulas, prevê a conjugação de esforços e recursos com vistas à implantação da BICENGE e o seu início de funcionamento; b) pelo referido "Convênio" foram ampliados os objetivos da BICENGE, que passaram a abranger toda a área de engenharia: ensino, pesquisa e aplicação profissional, que, inicialmente pelo projeto, visava à, área de ensino e pesquisa.

RBBD – Quais são os objetivos?

Alfredo – Os objetivos, após reformulados, consistem atualmente em:

- estabelecer mecanismos de coordenação entre os centros de documentação e informação, concernentes à área;
- fomentar a cooperação e intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação na área;
- estabelecer uma estratégia, de âmbito nacional, de desenvolvimento do sistema de documentação e informação da área, através dos seguintes sub-programas:
  - análise de oferta e demanda quanto a documentos e serviços;
  - fortalecimento de acervos e centros de documentação;
  - fomento a núcleos de análise de informação;
  - melhora nos serviços de atendimento a usuários;
  - emprego de novas tecnologias;
  - elaboração de fontes referenciais;
  - elaboração de estatísticas e cadastros;
  - formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
  - diagnósticos e estudos sócio-econômicos de interesse dos profissionais de engenharia.
- promover a produção documentária nacional na área de engenharia e a sua indexação;
- atuar supletiva e temporariamente na manutenção de acer-

Digitalizado gentilmente por:

vos e no atendimento aos usuários, enquanto não existirem os competentes núcleos de informação ou documentação; coordenar suas atividades com as demais do Sistema Nacional de Informações em Ciência e Tecnologia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia será inicialmente o executor do projeto BICENGE, ficando responsável, perante as partes interessadas, signatárias do "Convênio", pelo fiel cumprimento das disposições estabelecidas nos instrumentos que forem firmados conjunta ou separadamente.

Em decorrência da função atribuída ao CONFEA, a coordenação da BICENGE funcionará no Colégio dos Estados em Brasília; serão também instalados, nessa fase inicial, dois núcleos regionais que funcionarão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

RBBD — Qual o suporte material e financeiro do Projeto?

Alfredo — Estão sendo mantidos contatos com outras instituições oficiais de engenharia: ministérios, secretarias estaduais e municipais e empresas paraestatais da área de engenharia, visando ao estabelecimento de convênios de colaboração e captação de recursos financeiros e materiais.

RBBD — Como está o andamento dos trabalhos?

Alfredo — No momento estão em elaboração os programas de ação inicial que consistem em:

- Integração das bibliotecas ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas, que consistirá no fornecimento da coleção do catálogo em microformas e aparelho de leitura às instituições de ensino de engenharia.
- Bibliografia de engenharia, constando de dois sub-projetos, a saber:
  a) Curso de Engenharia — Bibliografia;
  b) Bibliografias especializadas de engenharia.
- Levantamento de periódicos nacionais de engenharia;
- Fortalecimento de acervos: Levantamento e análise de coleções de periódicos através do Catálogo Coletivo Nacional do IBICT;
- Cadastro de bibliotecas, serviços de documentação e sistemas de informação em engenharia existentes no Brasil.

Digitalizado gentilmente por:

Documentos

EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA SUA REALIZAÇÃO (1978) *

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FIAB)

A utilização em comum de seus acervos específicos é um dos elementos imprescindíveis à cooperação internacional entre as bibliotecas. Do mesmo modo que nenhuma biblioteca pode ser auto-suficiente no atendimento de todas as necessidades de informação de seus usuários, também nenhum país pode almejar a auto-suficiência. Para que o serviço bibliotecário de um país seja eficaz será preciso desenvolver métodos que possibilitem o acesso a materiais existentes em outras coleções em outros países. O objetivo do empréstimo internacional é proporcionar de um país a outro, da forma mais segura e mais rápida, os documentos que não existam no país que os solicita.

As Diretrizes que se seguem, aprovadas pelo Comitê Permanente da Seção de Empréstimo entre Bibliotecas da FIAB, em 1978, constituem uma revisão de vulto das

* Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos, Professor do Departamento de Biblioteconomia da UNB.

Digitalizado gentilmente por:

Normas aprovadas pela FIAB em 1954. Embora não sejam de adoção compulsória, e ainda que cada país deva estabelecer seus próprios critérios que regulem o empréstimo entre bibliotecas, recomenda-se com instância que cada país e cada biblioteca as adotem como base para realização do empréstimo internacional. São precedidas de uma declaração de princípios sobre o empréstimo internacional aprovada em 1976 por bibliotecas nacionais e pelo Comitê Permanente da Seção de Empréstimo entre Bibliotecas da FIAB e são acompanhadas de comentários que procuram elucidar e detalhar certos aspectos das referidas Diretrizes.

PRINCÍPIOS DO EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL

1. Todo país deve assumir a responsabilidade de proporcionar a qualquer outro país, por empréstimo ou fotocópia, exemplares de suas próprias publicações, certamente aquelas editadas a partir da presente data e, tanto quanto possível, as publicadas em anos anteriores. Existem várias modalidades de um país se desincumbir de tal responsabilidade e, dentre elas, parece oferecer especiais vantagens a existência de coleções nacionais destinadas a empréstimo/fotocópia.

2. Cada país deve contar com um ou mais de um centro nacional que atue como um canal tanto para a expedição como para o recebimento de solicitações, embora possa haver situações em que os pedidos possam dispensar a utilização desse canal. Esses centros devem estar intimamente ligados à biblioteca nacional, no caso de não fazerem parte da mesma.

3. Cada país deve procurar desenvolver um eficiente sistema nacional de empréstimo, uma vez que os sistemas nacionais de empréstimo representam a infra-estrutura indispensável do empréstimo internacional.

4. Fotocópias ou microfilmes deverão, tanto quanto possível, ser fornecidos em lugar do empréstimo de exemplares originais.

5. Para o encaminhamento dos pedidos deverão ser usados métodos rápidos e, quando se tratar de longas distâncias, deverá ser usada a via aérea para a remessa e a devolução dos documentos.

6. Todos os pedidos deverão ser tratados de forma rápida e eficiente em todos os pontos: na biblioteca solicitante, no centro ou centros nacionais e na biblioteca que atenderá aos pedidos.

7. Deverão ser adotados procedimentos padronizados e simples principalmente para a solicitação de itens e para a cobrança de qualquer pagamento.

DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

N.B.: O termo 'empréstimo' abrange o fornecimento de reproduções fotográficas e de outros tipos em lugar de documento original.

1. Centro nacional para o empréstimo internacional

1.1 Cada país (ou, em nações federativas, cada estado ou província) deve contar com um centro para o empréstimo internacional. Suas funções principais seriam:

a) atuar como ponto focal para o recebimento de pedidos procedentes do exterior;

b) atuar como ponto focal para o encaminhamento a países estrangeiros dos pedidos feitos por bibliotecas de seu próprio país;

c) compilar, com a colaboração das

Digitalizado gentilmente por:

bibliotecas do país, estatísticas relativas ao movimento de empréstimo internacional, enviando anualmente os respectivos dados para o Escritório de Empréstimo Internacional da FIAB.

1.2 Os centros de empréstimo internacional poderão e deverão, quando possível, desincumbir-se também das seguintes funções:

a) atuar como centro para o empréstimo entre bibliotecas a nível nacional;

b) ser o principal centro nacional de organização e manutenção de catálogos coletivos;

c) ter acesso direto aos acervos mais significativos do país;

d) proporcionar um serviço de informações sobre empréstimo entre bibliotecas;

e) ter a responsabilidade pelo planejamento, implementação e supervisão de um eficiente sistema nacional de empréstimo entre bibliotecas, no caso em que esta função não esteja sendo realizada de forma adequada por outra instituição.

Comentário

Os centros nacionais são recomendados porque representam, na maioria dos casos, a forma mais simples e mais eficaz de levar a cabo as funções enumeradas nos pontos 1.1 e 1.2 e, também, de garantir a observância de outras recomendações, como, por exemplo, 2.4. Eles também facilitam tanto o encaminhamento de pedidos quanto o atendimento de empréstimos por outros países. Admite-se, no entanto, que em alguns países poderão ser encontradas soluções alternativas. Para esses países e aqueles que ainda não contam com um centro nacional fazem-se as seguintes recomendações:

1.1.a Deverão ser publicados guias, que sejam tão abrangentes quanto possível, para facilitar o encaminhamento de pedidos pelos outros países. Todas as bibliotecas dentro de um país deverão realizar o máximo de esforços para adotar os mesmos procedimentos ao lidar com os pedidos recebidos de outros países e, quando necessário, ao reencaminhar tais pedidos a outras bibliotecas para atendimento.

1.1.b Cada biblioteca deve assumir a responsabilidade de verificar se não existe, em qualquer outra biblioteca do país, um exemplar acessível ao empréstimo de uma obra solicitada, antes da encaminhar um pedido ao exterior.

1.1.c A coleta de dados estatísticos, que é essencial para o acompanhamento de tendências e da eficiência, deve ser realizada em âmbito nacional.

1.2 É imprescindível qua exista uma forte coordenação para que os requisitos internacionais e as responsabiiidades de um país onde não exista um centro nacional sejam satisfeitos de modo eficiente. Um órgão coordenador poderá ter condições de preencher algumas das funções de um centro nacional.

2. Procedimentos a serem seguidos na solicitação de empréstimo

2.1 Todos os pedidos serão feitos nos formulários autorizados pela FIAB, a menos que haja uma determinação diferente feita pela biblioteca à qual se enviam os pedidos.

2.2 Para evitar que sejam remetidos ao exterior pedidos inadequados ou inexatos a biblioteca solicitante verificará e, quando necessário, completará os detalhes bibliográficos dos itens solicitados, na medida do possível, indicando a fonte de referência, quando viável. Quando for necessário, os detalhes serão verificados ou completados pelo centro nacional.

2.3 As bibliotecas solicitantes deverão manter um arquivo de todos os pedidos, cada um dos quais receberá um número consecutivo.

2.4 Deverão ser feitos todos os esforços admissíveis para assegurar que não existe no próprio país um exemplar acessí-

Digitalizado gentilmente por:

vel por empréstimo antes de enviar um pedido ao exterior. Documentos que existam no país, mas que estejam sendo temporariamente utilizados, não deverão ser solicitados por empréstimo ao exterior.

2.5 Os pedidos deverão ser enviados pelo meio mais rápido existente.

Comentário

Os *pedidos de empréstimo* deverão, normalmente, ser encaminhados através dos centros nacionais, pois, ao contrário, torna-se muito difícil assegurar-se de que não existe no país outro exemplar acessível por empréstimo, além do que os empréstimos são dispendiosos. Os *pedidos de fotocópias* poderão, contudo, em casos apropriados, ser encaminhados diretamente a bibliotecas no exterior, não necessariamente no país onde tenham sido publicados os documentos.

2.1 Existem atualmente dois formulários autorizados: a versão antiga com seções destacáveis e o formulário em três partes introduzido em 1975.

Sempre que possível, os formulários devem ser preenchidos a máquina de escrever.

2.2 Pedidos que apresentam deficiências causam atrasos e talvez tenham de ser devolvidos para verificações adicionais.

Quando um pedido se apresenta insatisfatório, porque a biblioteca solicitante não dispõe de recursos bibliográficos suficientes para fazer a verificação, o mesmo deverá ser verificado pelo centro ou centros nacionais antes de ser despachado.

2.4 No caso de existir mais de um centro no país essa tarefa caberá ao centro que for mais apropriado em cada caso.

2.5 Meios rápidos incluem telex, via aérea e computador.

3. Procedimentos a serem adotados no atendimento

3.1 É da responsabilidade especial de cada país proporcionar, em caráter de empréstimo internacional, suas próprias publicações, isto é, sua produção bibliográfica nacional. Nenhum país ou biblioteca tem a obrigação de proporcionar uma obra que tenha sido solicitada, porém deverão ser feitos esforços adequados para atender os pedidos internacionais.

3.2 Os itens serão remetidos diretamente para a biblioteca solicitante exceto nos casos em que, por razões administrativas, for pedido especificamente que os mesmos sejam enviados a um centro nacional.

3.3 Todos os documentos emprestados deverão ser identificados de forma legível com o nome da biblioteca à qual pertençam.

3.4 Os pacotes que contenham itens remetidos em atendimento a pedidos de empréstimo deverão ser identificados da seguinte maneira e de modo legível: 'EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL ENTRE BIBLIOTECAS. (Acordo Internacional de 1978)'.

3.5 Nenhuma biblioteca que receba um pedido deverá retê-lo por mais de uma semana (duas semanas no caso de pedidos difíceis) antes de fornecer o item solicitado ou devolver o pedido ao centro nacional ou à biblioteca solicitante.

3.6 Na impossibilidade de satisfazer um pedido, a biblioteca solicitante deverá ser notificada imediatamente.

3.7 Existindo a possibilidade de um sério atraso no atendimento de um pedido, a biblioteca solicitante deverá ser notificada imediatamente.

Comentários

3.1 Destaca-se a responsabilidade que cabe a cada país de fornecer exemplares de sua própria

Digitalizado gentilmente por:

produção bibliográfica: sem essa responsabilidade estarão seriamente ameaçadas tanto a disponibilidade quanto a rapidez de atendimento. Essa responsabilidade é um elemento essencial da Disponibilidade Universal de Publicações.

3.4 São necessárias indicações precisas no exterior dos pacotes, a fim de evitar problemas com a alfândega.

3.5 Entre os pedidos difíceis incluem-se aqueles que exigem verificações bibliográficas de vulto e os que são atendidos por meio de cópias dos itens em questão.

3.6 & 3.7 Deixar de informar quanto à impossibilidade de atendimento ou a ocorrência de atrasos nesse atendimento provoca atrasos adicionais e deixa a biblioteca solicitante numa situação de incerteza.

Nos países onde não exista um centro nacional deverão ser adotados procedimentos rápidos para a transmissão a outras bibliotecas dos pedidos que não possam ser atendidos. Não sendo possíveis esses procedimentos, os pedidos deverão ser devolvidos imediatamente à biblioteca solicitante.

4. Condições de Atendimento

4.1 Quando se fornecem fotocópias as bibliotecas fornecedoras e solicitantes deverão acatar toda e qualquer disposição que seja necessária para cumprir com os regulamentos pertinentes ao direito autoral.

4.2 Os documentos que forem recebidos pela biblioteca solicitante em sua forma original serão utilizados de conformidade com os regulamentos normais da biblioteca, a não ser que a biblioteca fornecedora estipule certas condições para isso.

4.3 Os itens deverão ser despachados pelo serviço postal mais rápido existente.

Comentário

4.3 Reconhece-se que em alguns casos o despacho por via aérea, embora desejável, não seja possível porque seus custos não poderão ser arcados nem pela biblioteca fornecedora nem pela biblioteca solicitante. Apesar disso, recomenda-se com insistência que se utilizem métodos rápidos de transporte, uma vez que métodos mais lentos levarão as bibliotecas a relutarem em emprestar e trarão transtornos para o usuário.

5. Período de empréstimo

5.1 O período de duração do empréstimo, que será em todos os casos indicado de modo específico e claro, será normalmente de um mês, excluindo-se o tempo necessário para a remessa e devolução dos documentos. A biblioteca fornecedora poderá ampliar ou reduzir esse limite de tempo.

5.2 As solicitações para prorrogação do período de empréstimo deverão chegar à biblioteca fornecedora antes de que se tenha expirado o período regular de empréstimo.

6. Procedimento para devolução

6.1 Os documentos emprestados deverão ser devolvidos pelo serviço postal mais rápido existente. Os pacotes levarão a indicação: 'EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL ENTRE BIBLIOTECAS. (Acordo Internacional de 1978)'.

6.2 As bibliotecas solicitantes observarão, na devolução dos documentos, quaisquer disposições especiais determinadas pelas bibliotecas fornecedoras no que se refere à embalagem, registro postal etc.

6.3 Os documentos serão devolvidos diretamente à biblioteca fornecedora exceto nos casos em que se estipule especificamente que a devolução seja feita ao centro nacional.

Digitalizado gentilmente por:

Comentário

6.3 Exigências especiais poderão ser feitas com relação à embalagem apropriada no caso de documentos frágeis ou o registro postal no caso de itens raros.

7. Recibos

Não serão emitidos recibos quer para o fornecimento de um item quer para sua devolução à biblioteca fornecedora, a menos que haja uma exigência específica para isso.

8. Responsabilidade por perdas ou danos

A partir do momento em que uma biblioteca despacha um item para uma biblioteca solicitante e até seu retorno, a biblioteca solicitante será normalmente responsável pela ocorrência de quaisquer danos ou perdas e pagará à biblioteca fornecedora a totalidade do valor estimado da respectiva perda ou dano, incluindo, quando exigido, o pagamento das despesas administrativas respectivas.

Comentário

É do interesse de todas as partes que se garanta a embalagem adequada de todos os itens. As reclamações por perdas e danos feitas pelas bibliotecas fornecedoras não poderão ser acolhidas com seriedade se a embalagem que tiverem feito tiver sido inadequada.

Espera-se que as bibliotecas fornecedoras colaborem, quando necessário, na realização das investigações junto aos correios em casos de perdas ou danos.

9. Pagamento

Os procedimentos contábeis e de pagamento deverão ser reduzidos ao mínimo. Os pagamentos serão feitos ou dispensados de conformidade com os acordos estabelecidos entre os dois países envolvidos. Deverão ser dispensados os pagamentos entre centros nacionais ou bibliotecas individuais que recebam e forneçam uma quantidade semelhante de pedidos satisfeitos. O pagamento poderá ser dispensado quando a quantidade de itens fornecidos a um determinado país ou a uma determinada biblioteca seja tão pequena que não justifique os procedimentos contábeis exigidos para isso.

Comentário

Incluem-se entre os métodos simplificados de pagamento:

a) sistemas de pagamento antecipado em que os centros nacionais ou as bibliotecas compram antecipadamente uma certa quantidade de cupons e mandam, com cada pedido, um número apropriado desses cupons;

b) contas em depósito, situação em que a biblioteca fornecedora controla uma quantia depositada por uma biblioteca solicitante dela deduzindo as importâncias correspondentes a cada item fornecido;

c) pagamento de uma tarifa única, quando se ressarcem os custos médios e não os custos de cada atendimento, ou pagamentos unitários em que se cobra um número limitado de unidades. Qualquer desses métodos pode ser combinado com o pagamento antecipado ou as contas em depósito.

O pagamento pode ser feito pelos centros nacionais, que poderão ser ressarcidos pelas bibliotecas solicitantes em seus respectivos países, ou diretamente pelas bibliotecas solicitantes, de conformidade com o sistema adotado pelo país solicitante. Em todos os casos, devem ser obedecidas as exigências da biblioteca ou país fornecedor, as quais devem ser tão simples e claras quanto possível.

Podem ser adotadas práticas diferentes para empréstimos e para fotocópias ou outras reproduções remetidas em lugar do empréstimo de originais. Por exemplo, é possível que dois países ou um grupo de países cheguem a um acordo que permita dispensar a cobrança das despesas

Digitalizado gentilmente por:

com empréstimo mas não com o fornecimento de fotocópias.

10. Estatística

As bibliotecas que participem do empréstimo internacional deverão manter estatísticas dos pedidos recebidos e enviados para outros países e também dos que tiverem sido satisfeitos em cada caso. Essas estatísticas serão anualmente remetidas para o centro nacional ou associação nacional que as encaminhará ao Escritório de Empréstimo Internacional da FIAB.

Comentário

As estatísticas a serem compiladas deverão incluir:

1. O total de pedidos enviados ao exterior e o total que tiver sido satisfeito por a) empréstimo e b) fotocópia.

2. O total de pedidos recebidos do exterior e o total que tiver sido satisfeito por a) empréstimo e b) fotocópia.

Essas estatísticas deverão ser organizadas, de preferência, em ordem numérica decrescente do total de pedidos e atendimentos, por país.

Quando não for possível obter dados relativos à taxa de satisfação correspondente a todos os pedidos, poder-se-á fazer uma estimativa dos mesmos a partir de amostragens.

Uma análise mais completa das estatísticas recomendadas encontra-se no *IFLA Journal*, v. 3, nº 2, p. 117-126, 1977 ("International lending statistics").

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

SÃO PAULO (CIDADE) Leis municipais, etc. Lei 8872, 23 mar. 1979. Autoriza celebração de convênio com a Câmara Brasileira do Livro. **Diário Oficial do Município**, São Paulo, 24 mar. 1979. p. 1, col. 1-2, p. 2, col. 1.

1. Convênios — Prefeitura do Município de São Paulo. 2. Convênios — Câmara Brasileira do Livro. 3. Catalogação na fonte.

LEI Nº 8.872, DE 23 DE MARÇO DE 1979

Comentários

A Lei nº 8.872, promulgada pelo Prefeito Olavo Egydio Setubal em 23 da março de 1979, não foi a primeira; precederam-na as Leis nºs 7.984 a 8.315, datadas, respectivamente, de 18 de dezembro da 1973 e de 4 de novembro de 1975, qua autorizavam, igualmente, a celebração de convênio com a Câmara Brasileira do Livro para prestação de serviços da Catalogação-na-Fonte.

O Centro de Catalogação-na-Fonta, criado pela Câmara Brasileira do Livro com esse objativo, iniciou suas atividades em 1º de julho de 1971. Em novembro do mesmo ano, iniciativa semelhante foi adotada no Sindicato Nacional dos Editoras e Livreiros, no Rio de Janeiro. Os dois centros, trabalhando em colaboração, estabeleceram as bases do programa brasileiro de catalogação-na-Fonta centralizada.

Em dois anos de funcionamento desenvolveu-se a Catalogação-na-Fonte de forma a sensibilizar o Prafeito José Carlos de Figueiredo Ferraz, qua, reconhecendo a utilidade do

Digitalizado gentilmente por:

serviço, assinou o primeiro convênio em 16 de agosto de 1973.

O apoio da Prefeitura do Município de São Paulo à catalogação-na-fonte não sofreu solução de continuidade, em virtude, precisamente, de subvenções fornecidas em razão desses convênios.

De acordo com o texto da Lei que a Revista da FEBAB publica neste número, propõe-se a Câmara Brasileira do Livro a prosseguir nos serviços que vinha prestando de provar as editoras de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com os dados bibliográficos que devem ser impressos em suas publicações. Facilitando a divulgação dos livros através de sua auto-identificação e o seu processamento nas bibliotecas, favorece tanto a classe editorial como os bibliotecários e o público em geral.

Mas além da finalidade precípua do Centro, qua é a produção da ficha catalográfica, propõe-se também a Câmara a colaborar com a Prafeltura, fornecendo, mensalmente, aos Departamentos de Bibliotecas Públicas a de Bibliotecas Infanto-Juvenis, listas de títulos processados na fonte e resumos dos livros que já tenham sido publicados e por ela recebidos.

A esses serviços, destinados exclusivamente às bibliotecas municipais, acrescentam-se outros, que visam complementar a Catalogação-na-Fonte, facilitando a elaboração dos catálogos das bibliotecas que utilizam os dados: listas de cabeçalhos uniformes dos nomes e de rubricas dos assuntos que aparecem nas fichas impressas nas publicações.

De interesse geral, além da própria ficha catalográfica, a subvenção da Prefeitura permitiu a publicação do catálogo dos livros processados no Centro de Catalogação-na-Fonte, intitulado "OFICINA DE LIVROS: NOVIDADES CATALOGADAS NA FONTE", que teve até agora, desde que se iniciou, em 1974, periodicidade irregular quanto aos números e constante quanto aos volumes, correspondentes aos anos de 1974, 75, 76, 77 e 78 (no prelo)

Em relação aos convênios anteriores, o mais recente apresenta apenas duas novidades; a publicação somente anual de OFICINA DE LIVROS e os resumos dos livros, incluídos no verso das fichas dos anuários desde 1975, devem ser encaminhados às bibliotecas da Prefeitura antes da impressos nesse catálogo.

A cooperação da Prefeitura com a Câmara Brasileira do Livro permitiu a manutenção de um serviço útil não só à comunidade bibliotecômica brasileira mas de outros países; possibilitando a transferência de informações bibliográficas em nível internacional, atende ao programa do Controle Bibliográfico Universal: "tornar rapidamente acassível, em nível universal e dentro de padrões aceitáveis internacionalmente, dados bibliográficos básicos de cada obra publicada em todos os países".

LEI Nº 8.872, DE 23 DE MARÇO DE 1979

Autoriza celebração de convênio com a Câmara Brasileira do Livro, e dá outras providências.

OLAVO EGYDIO SETUBAL, Prefeito do Município da São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 8 da março de 1979, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com a Câmara Brasileira do Livro, visando a prestação de Serviços de Catalogação na Fonte, de acordo com o texto anaxo, rubricado pelo Presidente da Câmara a pelo Prefeito como parte integrante desta lei.

Art. 2º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento de cada exercício financeiro.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 23 de março de 1979, 426º da fundação de São Paulo.

OLAVO EGYDIO SETUBAL, PREFEITO
MARIA KADUNC, Secretário dos Negócios Jurídicos
SÉRGIO SILVA DE FREITAS, Secretário das Finanças
SÁBATO ANTÔNIO MAGALDI, Secretário Municipal de Cultura
CLÁUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Chefia do Gabinete do Prefeito, em 23 de março de 1979.

LUIS FILIPE SOARES BAPTISTA, Secretário-Chefe do Gabinete

TEXTO ANEXO A QUE SE REFERE A LEI Nº 8.872, DE 23 DE MARÇO DE 1979

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEI-

Digitalizado gentilmente por:

TURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO.

Aos de de 197 , é firmado o presente termo de convênio entre a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Senhor Olavo Egydio Setúbal, daqui por diante denominada tão somente "PREFEITURA", e a CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede nesta Capital, na Avenida Ipiranga, nº 1.267, 10º andar, declarada de utilidade pública pela Lei estadual nº 1.199, de 9 de outubro de 1951, doravante designada apenas "CÂMARA", ora representada por seu Diretor Presidenta, Senhor Mário Fittipaldi, R.G. nº 752.209, ficando justo e convencionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A "CÂMARA" continuará mantendo em funcionamento as suas instalações, equipamentos, material, obras técnicas e pessoal especializado, o Centro de Catalogação na Fonte, criado por recomendação do II Encontro de Editores e Livreiros, e retificado no IV Encontro das mesmas entidades empresariais; providenciará, outrossim, para que cada obra, ao ser impressa a editada para distribuição no mercado, contenha, como elemento informativo nela íntegrado, sua própria ficha catalográfica completa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para consecução de seus fins, a "CÂMARA" se propõe a:

1 — adquirir novos equipamentos, material e obras técnicas, necessários à boa execução dos serviços, assim como ampliar, de acordo com as suas necessidades, o quadro de pessoal do Centro de Catalogação na Fonte;
2 — prosseguir nos serviços de catalogação de obras editadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, sem prejuízo das que o forem em São Paulo;
3 — efetuar as seguintes publicações, necessárias à complementação dos serviços técnicos das bibliotecas que utilizarem a Catalogação na Fonte:
   a) listas dos assuntos constantes das fichas catalogadas da C.C.F.;
   b) listas de entradas padronizadas de nomes, a fim de possibilitar e uniformidade dos catálogos;
4 — publicar, todos os anos, o "Catálogo Anual" dos títulos processados no Centro de Catalogação na Fonte;
5 — fornecer às bibliotecas da Prefeitura, mensalmente, listas de livros catalogados na fonte; resumos dos livros, à medida que forem recebidos pelo Centro de Catalogação na Fonte; e os materiais indicados nos Incisos "3" e "4" desta cláusula, nas devidas oportunidades.

CLÁUSULA TERCEIRA

Em contraprestação, e a título de cooperação no custeio das despesas com o funcionamento e a ampliação dos serviços do Centro de Catalogação na Fonte, conforme previsto nas cláusulas precedentes, a "PREFEITURA" concederá anualmente à "CÂMARA" subvenção em dinheiro, a ser paga em quatro parcelas trimestrais iguais, obedecidas as normas regulamentares.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

No primeiro ano deste convênio, e subvenção será de Cr$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil cruzeiros), e nos exercícios subsequentes esse valor será reajustado em porcentagem idêntica à da correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, nos 12 (doze) meses anteriores e junho do ano da elaboração da proposta orçamentária do Município.

Parágrafo único — A distribuição dos recursos de que trata esta subcláusula deverá ser estabelecida pele Secretaria Municipal de Cultura quando da elaboração das respectivas propostas orçamentárias. No primeiro ano deste convênio, os referidos recursos estarão assim distribuídos:

1 — Cr$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil cruzeiros), a título de subvenções sociais.
1 — Cr$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil cruzeiros), a título de contribuições para despesas de capital.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Nenhum pagamento será feito em razão deste convênio, antes de prestadas pela "CÂMARA" e aprovadas pela "PREFEITURA" es

Digitalizado gentilmente por:

contas relativas à aplicação dos recursos provenientes da subvenção relativa ao exercício imediatamente anterior.

CLÁUSULA QUARTA

A "PREFEITURA" fiscalizará o cumprimento das obrigações assumidas pela "CÂMARA", por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, que poderá designar elemento para esse fim, devendo ser-lhe facilitados os meios de verificação, sob pena de rescisão deste convênio e consequente devolução do montante já pago da subvenção relativa ao exercício em curso.

CLÁUSULA QUINTA

A qualquer tempo a "PREFEITURA" ou a "CÂMARA" poderão denunciar este convênio, notificada a outra parte, pelos meios comuns, com antecedência, de modo que a rescisão opere efeitos a partir do primeiro dia do trimestre civil imediatamente seguinte.

CLÁUSULA SEXTA

O presente convênio é celebrado por tempo indeterminado, a partir de 1º de janeiro de 1979.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O descumprimento, pela "CÂMARA", de qualquer das obrigações ora assumidas, autorizará a "PREFEITURA" a rescindir o presente convênio, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, sustando os pagamentos das parcelas ainda pendentes, sem que daí decorra a "CÂMARA" o direito a qualquer paga ou indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas da "PREFEITURA" com a execução deste convênio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas na Secretaria Municipal de Cultura.

CLÁUSULA OITAVA

Para atender às despesas relativas à elaboração deste convênio, a "CÂMARA" efetuou o recolhimento do preço respectivo pela Guia nº de de de

---

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria 324, 25 abr. 1979. Dispensa Janice de Mello Monte-Mór da função de confiança de Diretor da Biblioteca Nacional da Secretaria de Assuntos Culturais. **Diário Oficial**, Brasília, 27 abr. 1979. Seção I, Parte I, p. 5947.

1. Biblioteca Nacional — Diretores.

PORTARIA Nº 324 DE 25 DE ABRIL DE 1979

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com o disposto no artigo 7º , item II, do Decreto número 77.336, de 25 de março de 1976,

RESOLVE

Dispensar JANNICE DE MELLO MONTE-MÓR da função de confiança de Diretor da Biblioteca Nacional da Secretaria de Assuntos Culturais, Código LT-DAS-101.2, da Tabela Permanente deste Ministério, de que trata o Decreto nº 77.728, de 01 de junho de 1976.

EDUARDO PORTELLA

Digitalizado gentilmente por:

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Portaria 325, 25 abr. 1979. Designa Plínio Doyle Silva para Diretor da Biblioteca Nacional. Diário Oficial, Brasília, 27 abr. 1979. Seção I, Parte I, p. 5947.

1. Biblioteca Nacional — Diretores.

PORTARIA Nº 325 DE 25 DE ABRIL DE 1979

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com o disposto no artigo 7º , item II, do Decreto número 77.336, de 25 de março de 1976,

RESOLVE

Designar PLÍNIO DOYLE SILVA para exercer a função de confiança de Diretor da Biblioteca Nacional da Secretaria de Assuntos Culturais, Código LT-DAS-101.2, constante da Tabela Permanente deste Ministério, de que trata o Decreto nº 77.728, de 01 de junho de 1976.

EDUARDO PORTELLA

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 83.444, 10 maio 1979. Institui o Grupo de Trabalho Especial destinado a estudar e propor medidas para a formulação de uma política global de Informática no país, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 11 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 6682.

1. Informática — Brasil.

Decreto nº 83.444 de 10 de maio de 1979

Institui o Grupo de Trabalho Especial destinado a estudar e propor medidas para a formulação de uma política global de Informática no País, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituído o Grupo de Trabalho Especial, para estudar e propor sugestões específicas com vistas à reestruturação dos órgãos envolvidos no setor de informática e à formulação de uma política global de informática.

Art. 2º — O Grupo de Trabalho Especial de que trata o artigo anterior, sob a coordenação do representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, será constituído dos seguintes membros:

— Representante do Ministério das Relações Exteriores;
— Representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
— Representante do Serviço Nacional de Informações;
— Representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Parágrafo 1º — Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelos respectivos Ministros de Estado.

Parágrafo 2º — Os membros do Grupo de Trabalho desempenharão suas atribuições sem prejuízo de seus encargos normais nos órgãos em que servem.

Parágrafo 3º — De acordo com a conveniência dos trabalhos e dependente de indicação dos respectivos Ministros, poderão ser convocados, na qualidade de Assessores ou Assessores

Digitalizado gentilmente por:

Técnicos, outros elementos pertencentes aos órgãos representados no Grupo de Trabalho.

Art. 3º — O Grupo de Trabalho a que se refere este Decreto deverá apresentar relatório de seus trabalhos, acompanhado de propostas de medidas legais ou regulamentares que se fizerem necessárias à adequada disciplina do assunto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sua instalação.

Art. 4º — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República providenciará o apoio logístico e administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos do Grupo

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 10 de maio de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

João B. de Figueiredo
R.S. Guerreiro
Danilo Venturini
Octávio Aguiar de Medeiros
José Maria de Andrada Serpa
Mario Henrique Simonsen

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Contratos 001-CLL, 002-CLL, 003-CLL e 004-CLL 6 mar. 1979. Celebrados entre o INL e a Livraria Editora Cátedra Limitada, dispondo sobre contratos de co-edição da publicação **Cartilha Anticrítica** de Luiz F. Papi, **O fabuloso e harmonioso Pixinguinha** de Edegar de Alencar, **Esmeraldas e Diamantes** de Sindulfo Santiago, **Narrativa** de Raul Pompéia. **Diário Oficial**, Brasília, 15 mar. 1979. Seção I, Parte I, p. 3969.

1. Contratos — Instituto Nacional do Livro. 2. Co-edições.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Convênio s.n., 12 mar. 1979. Celebrado entre a Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, dispondo sobre condições de execução do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros. **Diário Oficial**, Brasília, 22 mar. 1979. Seção I, Parte I, p. 4280.

1. Convênios — Biblioteca Nacional. 2. Microfilmagem. 3. Biblioteca Nacional — Periódicos.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Serviço de Direitos Autorais. Registro de publicações em fevereiro de 1979. **Diário Oficial**, Brasília, 26 mar. 1979. Seção I, Parte I, p. 4407.

1. Biblioteca Nacional — Publicações. 2. Direitos Autorais.

Digitalizado gentilmente por:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Convênio s.n., 31 mar. 1978. Termo aditivo firmado em 31 de março de 1978, entre o MEC por intermédio da Secretaria Geral, e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — — PRODASEN, com a interveniência da Biblioteca Nacional, dispondo para a instalação de um terminal de teleprocessamento de dados na Biblioteca Nacional. Diário Oficial, Brasília, 9 abr. 1979. Seção I, Parte I, p. 5076.

1. Biblioteca Nacional — Terminal de computador. 2. PRODASEN.

ASSOCIAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO. Carta Aberta s.n. 9 abr. 1979. Dispõe sobre pronunciamento das Associações de Classe do Funcionalismo do Município de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 19 abr. 1979. p. 87.

1. Servidores municipais — São Paulo (cidade). Vencimentos.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Carta-Contrato s.n., 15 fev. 1979. Dispõe sobre serviços de vigilância das dependências do prédio da Biblioteca Nacional no exercício de 1979. Diário Oficial, Brasília, 12 abr. 1979. Seção I, Parte I, p. 3551.

1. Biblioteca Nacional — Vigilância.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Convênio s.n., 16 mar. 1979. Celebrado entre o INL e a Universidade Federal do Piauí, dispondo sobre comodato referente ao Carro — Biblioteca. Diário Oficial, Brasília, 16 abr. 1979. Seção I, Parte I, p. 5341.

1. Convênios — Instituto Nacional do Livro. 2. Carros-Biblioteca. 3. Universidade Federal do Piauí.

Digitalizado gentilmente por:

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria 534, 2 maio 1979. Institui o Sistema de Informática do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 8 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 6406.

1. Informática. 2. Ministério da Aeronáutica.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Serviço de Direitos Autorais. Registro de publicações em março de 1979. Diário Oficial, Brasília, 10 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 6596.

1. Biblioteca Nacional — Publicações. 2. Direitos autorais.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria 411, 10 maio 1979. Designa o professor Geraldo Noronha de Andrade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como representante deste Ministério, junto ao Comitê Assessor Científico da Biblioteca Regional de Medicina — BIREME. Diário Oficial, Brasília, 15 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 6790.

1. BIREME — Assessor Científico.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Contrato 011-CLT 15 maio 1979. Celebrado entre o Instituto Nacional do Livro e Enio Matheus Guazelli & Cia. Ltda., dispondo sobre contrato de co-edição do título Trinca de Reis de Maria Heloisa de Almeida Penteado. Diário Oficial, Brasília, 15 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 6790.

1. Contratos — Instituto Nacional do Livro. 2. Co-edições.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Convênio s.n., 25 abr. 1973. Terceiro Termo Aditivo, firmado em 28 abr. 1979, entre o Instituto Nacional do Livro e a Universidade Federal de Minas Gerais complementado por dois Termos Aditivos firmados a 28

Digitalizado gentilmente por:

abr. 1975 e 28 abr. 1977, dispondo sobre prorrogação do prazo de vigência do convênio para que, em forma de Comodato, a Escola de Biblioteconomia da UFMG utilize o carro-biblioteca número 7 de propriedade deste Instituto. **Diário Oficial**, Brasília, 30 maio 1979. Seção I, Parte I, p. 7687.

1. Convênios — Instituto Nacional do Livro. 2. Carros-Biblioteca. 3. Universidade Federal de Minas Gerais.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Serviço de Direitos Autorais. Registro de Publicações em abril de 1979. **Diário Oficial**, Brasília, 4 jun. 1979. Seção I, Parte I, p. 7917.

1. Biblioteca Nacional — Publicações. 2. Direitos autorais.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Convênio s.n., 15 maio 1979. Celebrado entre o INL e a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, dispondo sobre reforço do Subsistema Estadual de Bibliotecas Públicas no Estado de Pernambuco. **Diário Oficial**, Brasília, 7 jun. 1979. Seção I, Parte I, p. 8221.

1. Convênios — Instituto Nacional do Livro. 2. Bibliotecas públicas — Pernambuco.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Contratos CLL-030, CLL-031, CLL-032, CLL-048, 8 jun. 1979. Celebrados entre o INL e IBRASA — Instituição Brasileira de Difusão Cultural Sociedade Anônima, dispondo sobre contratos de co-edição da publicação **Várzea de Açu** de Manoel Rodrigues Mello, **Painel de Gardênia** de Lígia Junqueira, **Síntese Histórica do Livro** de José Barbosa Mello, **Qualquer Coisa é a mesma Coisa** de Ary Quintella: **Diário Oficial**, Brasília, 8 jun. 1979. Seção I, Parte I, p. 8263.

1. Contratos — Instituto Nacional do Livro. 2. Co-edições.

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Noticiário

Coordenadora: Laila Spinelli Gebara

SISTEMA TAUBIP: ORIENTAÇÃO GERAL E PRODUTOS

1 — Orientação Geral

A Divisão de Biblioteca e Documentação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo mantém o Sistema TAUBIP – Total Automação de Biblioteca – para atender serviços de processamento técnico de Monografia, Seriado, "Non Book Materials" e outros documentos, através do computador. Foi planejado para o atendimento de rede de bibliotecas gerais, especializadas e documentação municipal. O Sistema TAUBIP permite a ampla participação de bibliotecas observando a estrutura administrativa e autonomia de cada entidade, mediante a organização de sub-redes. Cada sub-rede é considerada de forma autônoma sob a estrutura da entidade. A entidade que venha participar no sistema TAUBIP deve padronizar seus serviços quanto a:

- *entradas, observando o "Código de Catalogação Anglo-Americano";*
- *uniformização pela ISBD – "Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada";*
- *utilização da lista de cabeçalhos de assunto TAUBIP, ba-*

Digitalizado gentilmente por:

seada na "Lista de cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso de Washington – 8ª edição", complementada pelas Lista de "Cabeçalhos de assuntos do IBICT" e outras especializadas;

- *registro das informações no conjunto de formulários TAUBIP;*
- *adoção dos manuais de serviço do Sistema TAUBIP.*

A participação do Sistema TAUBIP é prevista mediante ajuste legal (contrato) firmado entre a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo e a entidade interessada.

O atendimento às entidades é feito no regime de prestação de serviços, com reembolso das despesas de execução dos produtos ou sob outras alternativas a serem combinadas.

2 – Produtos

O Sistema TAUBIP, planejado de forma integrada e aberta, pode elaborar os seguintes produtos:

2.1 *Relatório de tombo título com índice de tombo volume e índice de tombo volume antigo, referente ao controle exclusivo da unidade e ramais; é apresentado em microficha;*

2.2 *Etiqueta de procedência e com localização dos documentos na unidade e em suas ramais;*

2.3 *Etiqueta de número de chamada;*

2.4 *Catálogo topográfico da unidade e suas ramais, em fichas;*

2.5 *Catálogo de rubrica de assunto e palavra-chave, em fichas e lista anual;*

2.6 *Catálogos de identidade de autoria, em fichas e listas;*

2.7 *Catálogo alfabético dividido, em fichas, para a unidade ou suas ramais, o qual é composto de duas partes:*
a) autor, título e série (obras, artigos de periódicos e analíticas);
b) assunto (obras, artigos de periódicos e analíticas)

2.8 *Catálogo coletivo, em microficha, de todos os documentos do sistema TAUBIP compreendendo as fichas (autor, título, série, secundárias, analíticas e artigos de periódicos) das unidades integrantes, exceto dos documentos de acesso privativo;*

2.9 *Catálogo corrente, incluindo uma ou mais unidades, organizado em 5 partes, em papel formato ofício:*
a) ordem alfabética de autor, título, série e autores secundários;
b) ordem alfabética de cabeçalhos de assunto, com indicação do tipo de documento e referenciação;
c) índice de classificação principal contendo os cabeçalhos de assunto;
d) índice por tipo de documento;
e) índice por nível intelectual compreendendo:
- *ensino de 1º grau;*
- *ensino de 2º grau;*
- *ensino de 3º grau;*
- *geral adulto;*
- *geral infantil;*
- *científico, técnico e pesquisa;*
- *vulgarização;*
- *outros.*

2.10 *Índice permutado de palavras-chave, em listagem, acompanhado das fichas*

Digitalizado gentilmente por:

de indexação coordenada para documentos de assuntos especializados;

2.11 *Relatórios administrativos com diferentes combinações de chaves de recuperação, de acordo com o interesse da unidade;*

2.12 *Lista de controle de remessa de documento a nível de unidade e/ou ramais;*

2.13 *Recuperação de informações a pedido com o limite de combinações até 8 chaves;*

2.14 *Índice remissivo dos documentos incorporados ao Sistema TAUBIP, em microficha.*

Para controle e melhor qualidade de entrada de informações são elaborados relatórios de conferência de uso de coordenação do Sistema TAUBIP e, conforme o caso, para as unidades interessadas.

As informações mais detalhadas sobre o Sistema TAUBIP podem ser obtidas com:

Divisão de Biblioteca e Documentação
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Rua Jurubatuba, 1415 – Centro
09700 São Bernardo do Campo *(SP)*

COMEMORAÇÃO

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

– VINTE ANOS –

Instituição mantida pelas vinte Associações de Bibliotecários, a FEBAB teve sua origem em uma deliberação do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia do dia 26 de julho de 1959, em Salvador, na Bahia. A tese apresentada pelos bibliotecários Laura Garcia Moreno Russo e Rodolpho Rocha Junior, recomendando a criação de um organismo que congregasse associações de classe, foi aprovada por unanimidade. Até 1961, funcionou em São Paulo uma Secretaria Geral sob a responsabilidade de Laura Garcia Moreno Russo. A primeira Diretora eleita e empossada durante o III C.B.B.D. realizado em Curitiba, Paraná, em 1961, ficou assim constituída: Presidente: Laura Garcia Moreno Russo; Vice-Presidente: Fernanda Leite Ribeiro; Secretária Geral: Maria Helena Brandão; 1ª Secretária: Philomena Boccatelli; 2ª Secretária: Odette Senna de Oliveira Penna; 1ª Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite; 2ª Tesoureira: Heloisa Medeiros; Bibliotecária: Cecília Basílio de Souza Reis. Foram então fixados como seus objetivos: a) congregar as Associações de Bibliotecários do País com o objetivo de defender a classe, nos terrenos técnico, cultural, social e econômico; b) contribuir para a solução dos problemas atinentes à classe, quer regionais quer nacionais; c) prestar toda a assistência possível às Associações filiadas; d) servir como centro de Documentação e Informação das atividades biblioteconômicas do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras. Nesse mesmo ano, sua Presidente filiou a FEBAB à FIAB – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, tendo sido, até março de 1966, sede da Secretaria e Tesouraria do "Grupo Regional América Latina" da FIAB, cujos trabalhos estiveram sob a responsabilidade de Laura Garcia Moreno Russo e de Maria Alice de Toledo Leite. Fiel ao

Digitalizado gentilmente por:

objetivo de contribuir para a solução dos problemas atinentes à classe, a FEBAB desenvolveu uma luta inteligente e persistente pela aprovação da Lei 4084/62 e sempre velou por seu cumprimento integral. O trabalho desenvolvido por sua Presidente durante quinze anos, Laura Russo, merece a perpétua gratidão de todos os bibliotecários: a FEBAB cresceu, desenvolveu-se, mas também cresceram os problemas da Biblioteconomia e as soluções sempre foram encontradas, com "uma fé inquebrantável nos destinos da classe". Depois de Laura Russo, Esmeralda Maria de Aragão, de Salvador, na Bahia, regeu os destinos da Federação com dificuldades, mas com o mesmo espírito de servir. Hoje, Antonio Gabriel continua a tradição de servir à profissão e aos profissionais, levando a FEBAB a impor-se no contexto nacional e internacional por promoções biblioteconômicas. "*Transcrito do Jornal da FEBAB, 1* (12): 1, maio 1979".

NOTÍCIA

Já existe uma "Rede Mundial de Informação sobre Normas e Documentos do Tipo Normativo", cujo objetivo é facilitar a transferência de Tecnologia para o desenvolvimento, reduzir as barreiras técnicas ao comércio e estimular a coordenação em matéria de normalização, fomentando a difusão da informação sobre normas. Foi criado em 1977 com a Sigla ISONET.

Carro Biblioteca

"Adultos e crianças poderão retirar livros gratuitamente para leitura domiciliar". Esta frase tem ecoado em vários bairros da periferia da Capital paulista, emitida dos alto-falantes do Carro-Biblioteca. Trata-se de mais um serviço à população, prestado pelo Departamento de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em colaboração com outras entidades, objetivando fazer com que moradores de regiões carentes de recursos culturais tenham acesso fácil à leitura. O Carro-Biblioteca – uma perua Kombi, adaptada com estantes para centenas de livros, dos mais variados assuntos – parte, diariamente, da Biblioteca Central Mário de Andrade, para um determinado roteiro. Ao todo são nove e cada um deles com dois ou três locais de parada. Os roteiros foram escolhidos pelas bibliotecárias do *Departamento, em conjunto com as assistentes sociais da Coordenadoria do Bem Estar Social*, num trabalho que permitiu localizar pontos "estratégicos", ou seja, locais onde percebeu-se, através de levantamentos, a existência de "um público a ser atendido pelo recurso do livro". Transcrito do *Biblioteca Pública Informativa*, nº 6, ago. 1979, p. 3.

Padrões Mínimos para Bibliotecas Universitárias

A Association of Research Libraries (ARL) e a Association of College and Research Libraries (ACRL) organizaram, em 1978, um primeiro esboço de padrões mínimos para Bibliotecas Universitárias. A forma final pode ser encontrada no periódico *College Research Libraries News*. Washington, (4):101-10, Apr. 1979.

Aquisição de Materiais de Bibliotecas Latino-Americanas

Resultante do Seminário para aquisição de Materiais de Bibliotecas Latino-

Digitalizado gentilmente por:

-Americanas, 21, foram editados por Louella Vine Wetherbee e Anne H. Hordan os trabalhos e relatório final. O título da obra é "Twenty years of Latin American Librarianship". Seu conteúdo gira em torno de aquisição de materiais de bibliotecas em países específicos ou áreas da América Latina e projetos bibliográficos correntes. A publicação inclui ainda relatórios sobre o desenvolvimento de bibliotecas especializadas, sobre novas técnicas de informação e documentação. Maiores informações: National Educational Laboratory Publishers, Inc. P.O. Box 1003, Austin TX 78767 Estados Unidos.

Informação e Documentação — Periódicos —

A FID está publicando o periódico — *International Forum on Information and Documentation*, cuja finalidade é cobrir questões de teoria da informação tais como: comunicação científica, disseminação da informação, treinamento e educação do usuário, necessidades da informação, sistemas nacionais e internacionais de educação, etc. Os interessados podem dirigir-se a: International Federation for Documentation. P.O. Box 30115, 2500 GC The Hague, Holanda.

Custo de Periódicos e Livros

D. Kent Halstead, do National Institute of Education, Washington EUA, compilou dados comparativos sobre o aumento do preço de livros e periódicos em Universidades Americanas. Estes dados foram publicados em: "Higher Education Price" e "Price Indexes 1978 Supplement". Endereço: U.S. Departament of Health. Education, and Welfare. Office of Education. U.S. Governament Printing Office Washington, D.C. Estados Unidos.

Conselho Federal de Biblioteconomia

O novo endereço do CFB é: SQLRN — 712/713 — Bloco A, Entr. 31, sobreloja, sala 02, 70760 — Brasília — DF.

CONGRESSOS

UNISIST II

A UNESCO promoveu, de 28/04 a 01/06/79, o 2º UNISIST Conferência Intergovernamental para o Desenvolvimento da Informação Científica e Tecnológica, cujo objetivo é estudar e refletir como fazer uso efetivo das fontes e recursos da informação. Maiores informações: UNESCO. General Information Programme, 7 Place de Fontenoy, 75700-Paris, FRANÇA.

Centro Nacional de Periódicos

Promovida pela American Library Association, realizou-se, em junho, em Dallas, conferência sobre a criação de um "Centro Nacional de Periódicos" nos Estados Unidos.

Bibliotecas de História

Em março de 1980, realizar-se-á o 6º Seminário de Bibliotecas de História, em Austin, Texas, promovido pelo *Journal of Library History*. Maiores informações: Dr. Donald G. Davis Jr., Editor, Journal of Library History, Graduate School of Library Science, University Station, Austin, TX 78712. Estados Unidos.

Digitalizado gentilmente por:

Aquisição de materiais de Bibliotecas Latino-Americanas

O 24º Seminário sobre a Aquisição de Materiais de Bibliotecas Latino-Americanas (SALALM) foi realizado na Universidade da California, Los Angeles, de 17 a 22 de junho de 1978. O tema central: "Pesquisas no Caribe e Recursos Materiais na Europa e Américas". O referido seminário teve como principal finalidade o controle e disseminação da informação bibliográfica sobre todos os tipos de publicações latino-americanas e o desenvolvimento do acervo das bibliotecas da América Latina como suporte de pesquisa educacional.

Reunião da IFLA

De 27 de agosto a 1º de setembro realizou-se a reunião da IFLA, cujo tema central versou sobre organização e administração de bibliotecas. A seção de Bibliotecas Infantis da IFLA promoveu uma mesa-redonda sobre "Centros de Informação e de Pesquisa sobre Literatura Infantil", de 30 de junho a 4 de agosto.

Planejamento de Bibliotecas

De 23/09 a 05/10, foi realizado em Londres treinamento para bibliotecários sobre Planejamento e construção de Bibliotecas. Seu objetivo é o entrosamento do Bibliotecário e o arquiteto. Detalhes poderão ser obtidos: Miss Brenda Ferry, Courses Dept. British Council, 65 Davies Street, London, W 1 Y 2 AA. Inglaterra.

CONGRESSOS

Foi realizado de 14 a 19 de outubro de 1979 o IV Congresso Brasileiro de Arquivologia, no Rio de Janeiro. Contatos podem ser mantidos no seguinte endereço: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Praia do Botafogo, 186, sala B-217, Rio de Janeiro – RJ 22253.

COMENTÁRIOS

A propósito da Semana Nacional da Biblioteca

Promovida pela Associação Paulista de Bibliotecários, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, coordenada pela Divisão de Bibliotecas e Documentação dessa Prefeitura, foi comemorada a Semana Nacional da Biblioteca com um programa intenso e divulgada por toda a imprensa local. O apoio do Sr. Prefeito Antonio Tito Costa e o Secretário da Educação, Cultura e Esportes, Sr. Fernando Leça Nascimento foi de real significado, merecendo os agradecimentos de todos os bibliotecários paulistas.

Líderes da classe foram homenageados no dia 12 de março por aquela Prefeitura e foram convidados a visitar as bibliotecas da rede, bem como a participar da inauguração da mini-biblioteca na Cidade da Criança em São Bernardo do Campo. Houve visitas de alunos da 4ª série do MOBRAL às bibliotecas e lançamento do jornal da Biblioteca Municipal "Malba Tahan" de Rudge Ramos.

No dia 17 aconteceu um evento: o III Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e o V Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo. O tema escolhido

Digitalizado gentilmente por:

foi: "Automação de bibliotecas e aplicação das ISBDs no controle documentário", com três trabalhos básicos de Maria Luiza Monteiro da Cunha, Dinah Población e Alfredo Américo Hamar, que estão sendo publicados neste número da RBBD. O enfoque maior recaiu na implantação do projeto TAUBIP; discutiu-se, ainda, assuntos à volta do sistema automatizado de informação e implantação de um sistema estadual de bibliotecas públicas. Entre os vários debatedores, destacamos:

– Manoelito de Azevedo Ferreira, representante do Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura (CIMEC) que ressaltou os seguintes tópicos:

1. A qualidade de informação produzida por um sistema automatizado depende do eficiente tratamento fornecido pelo Homem, na medida em que, se for inadequada ou imprecisa, não será a Máquina que irá corrigi-la;

2. A análise da informação nacional, através do CIMEC, tem sido desenvolvida com vários projetos: cadastramento do corpo docente universitário brasileiro; elaboração de Banco de Pesquisas, cujo primeiro resultado é o Catálogo de Teses; implantação do projeto CALCO junto à Biblioteca Nacional.

Com relação aos ISOs e às ISBDs, observou que os primeiros voltam-se para a definição do continente do material bibliográfico, enquanto que as segundas "buscam definições para a estrutura e forma de conteúdo". Ao reportar-se ao intercâmbio que deve existir entre as bibliotecas como suportes de redes e sistemas de informação, falou sobre a necessidade de padronização do formato de intercâmbio a nível internacional. A Biblioteca Nacional, como representante brasileira do Controle Bibliográfico Universal, transporia as informações padronizadas, a nível nacional, através do Sistema CALCO, para a forma internacional que, no caso de bibliotecas gerais, públicas, é o UNIMARC.

– Regina Carneiro, bibliotecária-chefe de catalogação na Câmara Brasileira do Livro, coordenadora do Sub-Grupo de Catalogação do Grupo de Bibliotecários em Documentação e Informação em Processos Técnicos da APB, comentou que foi iniciada a aplicação das ISBDs para a descrição bibliográfica de monografias através do Grupo que coordena. Porém, o esforço deste Grupo é insuficiente, a seu ver. Ressaltou que seria preciso o auxílio de todos os bibliotecários, particularmente dos professores, pois é indispensável que exista treinamento sistemático dos futuros profissionais na aplicação das ISBDs.

– Rosemarie Appy, diretora da Divisão de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo, ressaltou que as ISBDs tratam da descrição bibliográfica a mais detalhada possível, e dirigem-se às bibliografias nacionais e aos sistemas nacionais de catalogação. Especificamente no Brasil, a catalogação de periódicos, através do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, a cargo do IBICT/CNPq, não obedece às ISBDs e ao UNIMARC. Porém, já está em estudo naquele órgão a integração às normas e formatos internacionais. Quando isto acontecer, declarou, as bibliotecas ao aderirem ao sistema, deixarão de realizar individualmente a catalogação descritiva pormenorizada, adotando o registro elaborado pelo órgão central.

– Terezine Arantes Ferraz, diretora da Biblioteca do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, abordou o assunto sobre a coordenação do Controle Bibliográfico Universal (CBU). Como já havia ressaltado o representante do CIMEC, a Biblioteca Nacional é a instituição

Digitalizado gentilmente por:

que mais se ocupa do CBU no que diz respeito a material bibliográfico, e o IBICT atém-se ao controle das publicações periódicas e material monográfico através do Catálogo Coletivo Nacional. A seu ver, caberia à Biblioteca Nacional a responsabilidade do CBU, enquanto que o IBICT seria o órgão mais indicado para a coordenação das atividades.

No debate foram feitas perguntas relevantes por parte dos participantes do evento, tais como: "qual o custo do sistema TAUBIP e, em decorrência, quantas prefeituras do Estado de São Paulo poderiam implantar um sistema equivalente?" A resposta, por parte do gerente da Divisão de Processamento de Dados da PROSBC, São Bernardo do Campo, Luís Carlos Veiga, foi que o TAUBIP custou aproximadamente Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), sendo que os prefeitos interessados deveriam arcar com o ônus da implantação dos títulos do acervo de suas bibliotecas.

Dinah Población, ao ser inquerida quanto à questão da transferência do Sistema TAUBIP para outras entidades interessadas, esclareceu que o sistema poderá ser comprado se estas entidades possuírem computador. Em caso contrário, as instituições poderão adquirir os serviços da Prefeitura de São Bernardo do Campo, através de convênio.

Quanto à implantação do sistema TAUBIP nas Bibliotecas Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo, May Brooking Negrão, Diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas daquela cidade, informou que toda decisão a nível da Prefeitura está a cargo da PRODAM, Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Terminando os debates do painel, seguiu-se uma sessão sobre "Bibliotecas Públicas e Escolares", onde Cecília d'Ottaviano Armentano, Diretora da rede, relatou a implantação de sistema estadual de Bibliotecas Públicas. Um enfoque especial também foi dado às Bibliotecas Infantis, falando D. Lenyra Fracarolli e Nancy Westphalen Correa. Palavras da Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, transcritas a seguir, foram extraídas de seu pronunciamento, por ocasião do evento, quando lançou a Campanha do Ano da Biblioteca Infantil Brasileira:

"1. Conscientizar a população do problema da falta de bibliotecas infantis e conseqüente inexistência do hábito de leitura entre crianças e jovens;

2. elevar o padrão cultural da juventude brasileira a fim de prepará-la melhor para a vida profissional;

3. proporcionar às crianças e jovens condições de desenvolver integralmente suas capacidades por meio da leitura, uso de audiovisuais e outras atividades educativas e recreativas;

4. atingir esses objetivos sensibilizando toda comunidade e, em especial, os poderes públicos, empresas particulares, clubes de serviço, educadores, pais e crianças."

Digitalizado gentilmente por:

Resenhas

Coordenadora: Inês Imperatriz

HICKS, W.B. & TILLIN, A.M. *Managing multimedia libraries*. **New York, Bowker, 1977. 264 p.**

TILLIN, A.M. & QUINLIN, W.J. *Standards for cataloging non-print materials*. **4. ed. Washington, Association for Educational Communications and Technology, 1976. 230 p.**

As bibliotecas estão tentando satisfazer a demanda da sociedade moderna, expandindo as suas atividades. Entretanto, a transição da biblioteca tradicional para uma biblioteca de multimeios não é de todo fácil. O volume de materiais de vários tipos (impressos, audiovisuais, etc.) traz novos desafios quanto aos seguintes itens: 1) seleção, controle e utilização dos materiais; 2) novas habilidades no que diz respeito a recursos humanos; 3) maiores verbas. A implantação do serviço de multimeios requer uma administração dinâmica que sistematicamente analise, estruture e avalie esses materiais, perpetuando a mudança.

Managing multimedia libraries tem como objetivo o fornecimento de elementos para a administração desse tipo de bibliotecas, através da aplicação da metodologia de sistemas, e do auxílio ao bibliotecário para a solução de pro-

Digitalizado gentilmente por:

blemas gerados pelas características peculiares dos multimeios. O livro é organizado em três partes, em que são estudados: 1) a filosofia e os objetivos de todos os tipos de bibliotecas – escolares, públicas, universitárias e especializadas – com especial ênfase à introdução de multimeios (materiais não impressos), para que a biblioteca esteja apta a informar, educar, possibilitar experiência cultural e desenvolvimento, além de recreação significativa para o indivíduo e para a sociedade (p. 13); 2) a estrutura da organização, as funções e responsabilidades do pessoal e o seu relacionamento dentro do sistema; 3) orçamento, seleção, aquisição e processamento técnico dos multimeios, bem como a administração de serviços públicos (circulação e referência); há um capítulo sobre revisão e discussão de alguns itens de interesse futuro. Finalizam a obra a bibliografia de cada capítulo, um apêndice descritivo das categorias profissionais na biblioteca e um índice de assuntos.

Mais detalhes sobre o processamento técnico, em especial a catalogação, poderão ser encontrados na obra a seguir.

Standards for cataloging nonprint materials destina-se a apresentar as regras de catalogação de multimeios, propondo-se a facilitar o seu entendimento. Através de exemplos, os autores procuraram demonstrar a sua flexibilidade e a sua interpretação prática, pois para diferentes centros de multimeios há uma variação de regras e sugestões. A obra está dividida em duas partes e no final apresenta sete apêndices e um índice de assuntos. A 1ª parte é dedicada às *Regras básicas de catalogação*, com os seguintes capítulos: 1) Elementos do catálogo; 2) Arranjo dos elementos do catálogo; 3) Fonte de informação; 4) Entrada principal; 5) Título/Designador de multimeios/Estabelecimento da responsabilidade do autor; 6) Edição; 7) Imprenta; 8) Colação; 9) Série; 10) Notas; 11) Outros dados identificadores e de organização. A extensão da informação e descrição dos elementos apresentados na ficha ou livro catalográfico vão depender das necessidades dos usuários e da finalidade para a qual o catálogo é compilado. A 2ª parte é destinada à *Catalogação de multimeios específicos*, abrangendo os capítulos relacionados a seguir: 1) Objetivos; 2) Arranjo dos elementos no catálogo; 3) Estilo; 4) Pontuação; 5) Formato; 6) Cabeçalhos de assunto; 7) Números de classificação; 8) Catalogação de multimeios específicos: regras e modelos de fichas. Para todos os tipos de multimeios há exemplos de fichas catalográficas, desde as mais simples às mais completas, indicando-se ainda a solução dos vários problemas que possam surgir no decorrer da aplicação das regras propostas. Os apêndices incluem: 1) Tabela de descrição física de multimeios; 2) Glossário; 3) Abreviaturas; 4) Abreviaturas dos nomes dos Estados dos E.U.A.; 5) Equivalência métrica; 6) Bibliografia; 7) Sugestões de designadores e códigos de materiais impressos.

A obra indica as referências de *Anglo American Cataloging Rules* para a consulta das regras originais. Não se trata, contudo, de um manual; para o seu manuseio, presume-se que se tenha conhecimento prévio de catalogação, classificação e análise de assuntos.

Os autores de *Managing multimedia libraries* são Warren B. Hicks, Diretor de Serviços de Biblioteca do "Chabot College", em Hayward, California, E.U.A. e Alma M. Tillin, Bibliotecária de Serviços Técnicos do Centro de Bibliotecas em Berkeley, California, E.U.A.; a autora citada acima é também co-autora de *Standards for cataloging nonprint materials*, ao lado de William J. Quinly, da Florida State University, E.U.A.

Digitalizado gentilmente por:

A apresentação física das duas obras é bem cuidada e os tipos claros facilitam a consulta.

Leda Maria Brunelli
Faculdade de Ciências Farmacêuticas-USP

Maria Christina S. Souza
Escola de Comunicações de Artes - USP

NORTON, F.J. *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal, 1501-1520.* Cambridge, Cambridge University Press, 1978. xxiii, 581 p.

Em 1966, o Autor publicava sua obra *Printing in Spain: 1501-1520*, que basicamente serve como introdução à parte referente à Espanha neste catálogo. Na atualidade, ele pode ser considerado o maior conhecedor da imprensa da Península Ibérica para este período.

O catálogo se divide em duas partes; obras impressas em Espanha e obras impressas em Portugal. Iniciou o Autor a feitura desse catálogo para os livros impressos na Espanha, em 1955, e para os de Portugal em 1960, examinando-os, se possível, *de visu*. Quando não o conseguia, fazia-o através de fotocópias. Examinou, além das bibliotecas públicas espanholas e portuguesas, as coleções de particulares, assim como as das grandes bibliotecas fora da Península Ibérica. Menciona algumas das obras existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, principalmente as que vêm citadas no *Catálogo da Exposição Permanente dos Cimélios da Biblioteca Nacional*, de João Saldanha da Gama (Rio, 1855).

Embora a maior parte da Biblioteca Real de Portugal tenha sido destruída no terremoto de Lisboa de 1755, ficou intacta a do Infantado, que formou, incluindo a doação da biblioteca de propriedade do bibliógrafo português, Diogo Barbosa Machado, a nova Biblioteca Real e que reunia preciosidades tão importantes quanto as da antiga Biblioteca. Com a invasão francesa, a família real portuguesa mudou-se para o Brasil, trazendo consigo a Biblioteca Real, que iria ser o núcleo inicial de nossa Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Assim, existem na Biblioteca Nacional do Rio inúmeras obras do século XVI, tanto portuguesas como espanholas. Lamenta-se, apenas, que até hoje nada se tenha feito de concreto para se publicarem os levantamentos realizados, – para Portugal (*) –, e iniciados há alguns anos, – para a Espanha.

Este catálogo é um exemplo, quase que clássico, de bibliografia textual, tal a minúcia de descrição bibliográfica apresentada.

O autor teve o cuidado de incluir 185 obras espanholas perdidas, ou por estarem fora de lugar, ou por terem sido roubadas. Cita também obras, em número de 57, que não foram localizadas, mas que se sabe terem existido nos últimos cem anos, conforme menções feitas em fontes mais antigas.

Das 43 obras mencionadas para Portugal, 34 são descritas baseadas nos próprios exemplares, quatro em fotocópias e as cinco restantes são obras não mais encontradas, referidas em citações de terceiros.

A parte de Portugal, aliás, é precedida de estudo mais detalhado sobre a imprensa portuguesa e seus tipógrafos, indicando inclusive os tipos empregados,

(*) É de nosso conhecimento que será publicado no *Boletim* da Biblioteca da Universidade de Coimbra uma relação, no estilo dos *Short-Title Catalogues* do *British Museum*, pelo abade Fr. Francisco Leite de Faria.

Digitalizado gentilmente por:

de acordo com o *Repertório dos Tipos*, idealizado por Konrad Haebler.

O plano da obra consiste de: prefácio, referências bibliográficas, introdução e a obra propriamente dita. A numeração é em separado para as obras espanholas e portuguesas. Estas últimas ainda levam um P maiúsculo à frente do número para distingui-las das obras espanholas. O arranjo é alfabético por local de impressão. As tipografias estão em ordem cronológica de seu início na cidade, assim como a relação das obras impressas pelas mesmas tipografias.

Quando só é mencionado o local de impressão, mas não o nome do impressor, o Autor coloca-as sob a rubrica *Unassigned*. Quando desconhece tanto o local, como o tipógrafo, ele as coloca no final das partes sob a indicação de *Place of Printing and Printer not Identified*.

Norton faz a descrição bibliográfica da seguinte maneira: sobrenome do autor e prenomes; quando se trata da Bíblia ou partes dela, a entrada é por *Bíblia*, assim também para *Constituições* (i. é., estatutos monásticos ou diocesanos), *Indulgências* e *Liturgias*. Seguem-se o título, tamanho do livro, assinaturas, quando existentes, número de páginas ou folhas, tamanho do espelho tipográfico e os tipos empregados. Descreve pormenorizadamente a folha de rosto, copia as primeiras linhas do texto com barras verticais, que servem para assinalar a interrupção da linha. Faz isto com diversas páginas, dependendo da apresentação das várias partes da obra. Termina copiando as linhas finais do livro. Seguem-se as indicações das fontes bibliográficas onde vem descrita ou citada cada obra e as siglas das bibliotecas onde pode ser encontrada. Em alguns casos, quando se torna necessário, há comentários mais específicos.

Encerra o volume um índice geral de autores, assuntos e títulos das obras anônimas; há um índice de nomes que não sejam os dos autores das obras; incluem-se também um índice de assuntos e *Addenda* contendo uma ampliação e cinco novas entradas.

Trata-se de obra indispensável para os estudos bibliográficos da Península Ibérica.

Rosemarie Erika Horch
Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo

SÃO PAULO (Estado) Departamento de Artes e Ciências Humanas. Divisão de Bibliotecas. *Guia das Bibliotecas do Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. 399 p.

O Departamento de Artes e Ciências Humanas da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, através da sua Divisão de Bibliotecas, criada pelo Decreto 7.730 de 23.03.76, realizou o cadastramento das bibliotecas do Estado para a publicação deste *Guia*. O levantamento inclui bibliotecas dos governos estadual e municipal, faculdades isoladas e entidades culturais, tendo por coordenadora a bibliotecária Cecília D'Ottaviano Armentano, Diretora da Divisão de Bibliotecas daquela Secretaria, contando com a colaboração de Rosaly Fávero Krzyzanowski, Secretária do Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região, que forneceu os dados já coletados por aquela entidade. Esta publicação que está sendo agora distribuída e divulgada pode ser considerada como o resultado inicial da pesquisa efetuada.

As informações contidas para cada biblioteca são as seguintes: a) nome,

Digitalizado gentilmente por:

entidade à qual pertence e endereço; b) nome do responsável pela biblioteca e seu número de inscrição no Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região; c) número de inscrição da biblioteca no Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região; d) número de inscrição da bibliotcca no Instituto Nacional do Livro; e) acervo total; f) média mensal de consultas; g) sistema de classificação adotado; h) sistema de catalogação adotado, e por fim tipos de catálogos. Do volume constam os seguintes ítens: a) lista de abreviaturas adotadas; b) lista de convenções que são usadas para caracterizar a estrutura e organização das bibliotecas; c) definição de biblioteca e biblioteconomia; d) relação das bibliotecas numeradas em ordem crescente e divididas em quatro categorias, a saber, Públicas, Escolares, Universitárias e Especializadas, por sua vez dentro de cada categoria arranjadas em ordem alfabética por nome de cidade; e) bibliografia consultada; f) índice geográfico remetendo para a página e número da biblioteca; g) índice alfabético das bibliotecas indicando o respectivo número de cadastramento.

Objetivando dar um dimensionamento da quantidade e qualidade das bibliotecas já existentes, e servindo de orientação para a futura reorganização das mesmas mediante os dados coletados, este *Guia* possibilita apontar as regiões do Estado ainda carentes de bibliotecas.

Cláudia Lúcia A. do Nascimento
Instituto de Química – USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas. *Guia das bibliotecas da Universidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo, 1978. 122 p.
(DBD – CODAC – USP, Caixa Postal 8191, 01000 – S. Paulo)

A responsabilidade da organização do *Guia* cabe, pelo seu Corpo Executivo, ao GISBUSP (Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas da USP), que congrega as bibliotecas pertencentes às unidades da Universidade de São Paulo.

Fornecidos pelas bibliotecas participantes, através do preenchimento de formulários, os dados apresentados nesta segunda edição atualizam os da edição de 1973, seguindo os mesmos moldes.

As bibliotecas, identificadas pela sigla da unidade mantenedora, estão agrupadas de acordo com o tipo de atuação da unidade em: *A, Unidades* cuja finalidade primordial é o ensino, incorporando-se a esse grupo a Divisão de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais; *B, Unidades associadas* (museus e institutos), voltadas principalmente à pesquisa; e *C, Unidades* que, localizadas na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", embora administrativamente desligadas da Universidade, com ela mantêm vínculos diversos (caso do Centro Tecnológico de Hidráulica e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Para cada biblioteca são dadas informações para facilitar a sua localização (endereço, telefone, caixa postal, horário de funcionamento, nome do responsável), assim como aspectos concernentes aos seguintes ítens: especialidade, acesso, serviços especiais, equipamento reprográfico, acervo, catálogos para o público, organização do acervo, classificação, leitores inscritos, movimento anual, pessoal, área, publicações da biblioteca, material para permuta corrente.

Digitalizado gentilmente por:

A distribuição espacial das bibliotecas é dada por três mapas: Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Cidade de São Paulo (fora da Cidade Universitária) e Estado de São Paulo (cidades onde se localizam os 4 "campi").

São apresentados resumos estatísticos no que tange a: acervo, movimento e pessoal, para cada uma das três áreas do conhecimento (Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Tecnologia e Ciências Humanas) e um quadro global por área de conhecimento.

O índice de assuntos, apresentado em ordem de classificação, dá mostra da variedade de assuntos abrangidos pelos acervos das bibliotecas integrantes do GISBUSP.

Num exame das informações sobre cada biblioteca, verifica-se que é na Universidade de São Paulo (Biblioteca Central da Divisão de Biblioteca e Documentação) que se localiza a sede do Catálogo Coletivo de Livros e Periódicos do Estado de São Paulo, sede regional do Catálogo Coletivo Nacional, e que diversas de suas bibliotecas se constituem em subcentros da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), tais como: Conjunto das Químicas, Escola de Enfermagem, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Faculdade de Odontologia.

A maioria delas realiza empréstimos entre bibliotecas, o que propicia a estudantes e docentes o acesso à literatura necessária à atividade de pesquisa e ensino, pertencente a acervos de bibliotecas de outras unidades. Além disso, é possível a obtenção de cópias de trabalhos somente existentes em outros estados do País ou mesmo apenas no Exterior, através de serviços similares.

As bibliotecas, em quase sua totalidade, participam de grupos especializados da Associação Paulista de Bibliotecários (Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em ...): Biomedicina, Ciências Agrícolas, Ciências Sociais e Humanas, Processos Técnicos, Tecnologia.

Algumas realizam trabalhos de projeção nacional, ligados à sua especialidade, tais como: indexação exaustiva da literatura nacional de Odontologia, publicada como BBO (Faculdade de Odontologia); compilação da *Bibliografia Brasileira de Medicina Veterinária e Zootecnia* (Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia); compilação do *Vocabulário de Saúde Pública* (Faculdade de Saúde Pública).

As bibliotecas da Universidade de São Paulo são depositárias de um acervo total de mais de 2.300.000 volumes (livros e periódicos), atingindo os livros aproximadamente um total de 1.045.000 volumes. Dos periódicos, cujo número total de títulos se aproxima de 60.000, 22.000 são títulos correntes.

O atendimento de cerca de 56.500 inscritos, que fizeram circular, em 1977, mais de 1.700.000 itens (1.200.000 consultas e 500.000 empréstimos domiciliares) e o fornecimento de cerca de 2.800.000 cópias reprográficas, foram realizados por 570 funcionários (217 bibliotecários, 196 funcionários administrativos, 118 auxiliares e 40 de outras categorias).

O objetivo do *Guia* é divulgar os recursos e serviços que a Universidade de São Paulo, através de seu Sistema de Bibliotecas, coloca à disposição não somente de seu corpo docente, corpo discente e corpo de pesquisadores, mas também de outros estudiosos e instituições, como prestação de serviços à comunidade, tanto em âmbito regional como nacional, inserindo-se internacionalmente no campo da informação científica.

Josefa Naoco Uratsuka
Instituto de Pré-Ilistória – USP

Digitalizado gentilmente por:

BAMBERGER, R. *Como incentivar o hábito da leitura;* tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1977. 118 p.

Como parte do desenvolvimento do livro a longo prazo, o programa de promoção de hábito de leitura da UNESCO foi evidenciado por ocasião do Ano Internacional do Livro em 1972. Pesquisas sobre o assunto vêm sendo compendiadas, dentre as quais se inclui o presente volume, preparado pelo Dr. Richard Bamberger, eminente autoridade no assunto e Diretor do Instituto Internacional de Literatura Infantil e Pesquisa sobre Leitura, de Viena.

Como Incentivar o Hábito da Leitura, publicado em convênio com o INL, reflete laborioso estudo, "apesar de modesto no tamanho" (p. 10). A obra possibilita aos professores, bibliotecários, pais e educadores em geral a obtenção de maiores informações e diretrizes sobre assunto tão relevante e indispensável à formação intelectual do aluno e de pessoas em vários níveis de idade.

A publicação é dividida em dez partes, mencionadas a seguir: I. *A importância da leitura para o indivíduo e para a sociedade*, em que são focalizados os processos técnicos da leitura, a sua amplitude e relevância na sociedade moderna; II. *Apanhado da situação da leitura em todo o mundo*, apresentando levantamento dos dados obtidos em diversos países, inclusive informações sobre não-leitores; são ainda estudados os processos que tornam os hábitos de leitura de certa forma temporários e é reafirmada a necessidade de torná-los eficazes e permanentes.

O Capítulo III, destinado ao *Ensino Eficaz da Leitura*, aborda o conceito, a natureza, a finalidade e os métodos especiais para a leitura; há também uma sugestão para se combinarem as tendências na escola com a leitura particular, através dos "passaportes do leitor", sistema criado nas escolas austríacas, que propõe "ajuda para a criança medir o próprio progresso individual e lhe oferece uma clara motivação para acentuá-lo" (p. 30).

No capítulo seguinte, são relatados os *Resultados da Pesquisa sobre Motivação para a Leitura e Interesse de Leitura*, caracterizando-se "motivação" e "interesse", bem como as fases de leitura, os tipos de leitor, o aspecto sociológico da motivação e do interesse da leitura, os tipos principais de leitura como expressão de motivação e alguns resultados da pesquisa no campo dos interesses pertinentes.

Entretanto, "não são apenas o conteúdo e os temas do material de leitura que se revelam decisivos para o interesse de leitura, mas vários outros fatores se revestem de importância especial para o leitor jovem e não experimentado" (p. 53).

No capítulo *Fatores que Influem nos Interesses de Leitura* são estudados a seleção do tipo e do comprimento da linha, as ilustrações nos livros das crianças, as oportunidades de ler ou a disponibilidade de livros, o tempo para ler; nesse particular, o Autor enfatiza a "tarefa do futuro", que consiste em orientar as crianças para uma leitura sistemática e aumentar o tempo gasto diariamente em leitura, pois se este for abandonado ao acaso, a televisão e outras ocupações se mostrarão mais convidativas (p. 56). São ainda abordados os interesses de leitura e a dificuldade do texto, além dos fatores que inibem o desenvolvimento dos interesses de leitura, tais como leitura automática e sucessiva de textos, ensino sem métodos diferenciados, etc.

O capítulo VI trata dos *Métodos para Determinar Interesses de Leitura*

Digitalizado gentilmente por:

Individuais, recomendando o Autor que "os professores e bibliotecários devem familiarizar-se com os vários métodos de pesquisa de interesses" (p. 63). São abordados vários tipos de materiais e de testes aplicáveis para tal finalidade.

A *Promoção do Desenvolvimento dos Interesses e da Motivação da Leitura e do Hábito de Ler* (Cap. VII) deve iniciar-se o mais cedo possível a fim de tornar-se eficaz (p. 67). São apresentadas sugestões para as diversas faixas etárias, desde o período pré-escolar até a idade adulta. As influências educacionais e ambientais são sobremodo relevantes, desde que os pais desempenham importante papel na manutenção do interesse pela leitura. São formulados diversos conselhos para facilitar essa incumbência dos pais, das instituições de ensino e das bibliotecas. As mostras de livros, cursos, reuniões, clubes do livro e de leitura, programas de livros, etc. são também comentados.

No capítulo VIII o Autor propõe as *Tarefas de Pesquisa*, em parte iniciadas e desenvolvidas, mas que necessitam da contribuição de diversos países. São propostos dez itens principais para a concretização desse estudo.

O *Sumário* (Cap. IX) apresenta um apanhado das idéias básicas da obra e atividades resultantes, bem como sugestões para determinar e desenvolver interesses e hábitos permanentes de leitura.

No *Pronunciamento Final* (Cap. X), o Autor adverte sobre os inconvenientes do material nocivo de leitura, dos meios errôneos de sua utilização, da ausência de espírito crítico e as suas consequências; retoma o papel importante da leitura nos processos de formação intelectual do indivíduo e enfatiza a necessidade do pleno conhecimento dos efeitos da leitura por parte dos responsáveis pelos programas educacionais.

É intenção do Autor que sua obra sirva de orientação e estímulo àqueles que se preocupam em conseguir que os benefícios da leitura sejam compartilhados por todos.

Finalizam a publicação a bibliografia utilizada, uma relação de publicações periódicas que tratam de pesquisas sobre leitura e literatura infantil e uma lista de instituições que tratam de problemas de leitura e literatura infantil em diversos países.

Inês Maria de M. Imperatriz
Instituto de Química – USP

LANÇAMENTOS

GARFIELD, E. *Citation indexing: its theory and application in science, technology, and humanities*. New York, Wiley, 1978. 288 p. (Information Science Series)

Discute os problemas conceituais e históricos da indexação de citações; mostra como se elabora um índice de citações; descreve sua utilidade como instrumento de pesquisa e analisa o futuro da indexação de citações.

Digitalizado gentilmente por:

JOSEY, E.J., ed. *The information society: issues and answers*. London, Mansell, 1978. 152 p. (Neal Schuman Professional Books).

Contém 8 ensaios a respeito de temas críticos que vêm sendo enfrentados por bibliotecários e especialistas da informação na sociedade atual. Analisa o impacto que a sociedade pós-industrial provoca nas bibliotecas, não apenas do ponto de vista do aumento de informações, mas do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e o reflexo das mudanças sociais e econômicas nas bibliotecas. Discute o papel social do bibliotecário e o acesso público à informação.

MITCHELL, B.J.; TANIS, N.E. &JAFFE, J. *Cost analysis of library functions: a total system approach*. JAI Press, 1978. (Foundations in Library and Information Science, 6)

Descreve o programa do desenvolvimento da análise de custos na Biblioteca da Universidade da Califórnia, elaborado com a finalidade de fornecer à administração dados pertinentes ao processo de tomada de decisão. Este programa é apresentado de forma a possibilitar a outras bibliotecas a utilizarem sua metodologia para estabelecer programas similares.

RUBIN, RJ., ed. *A bibliotherapy sourcebook*. London, Mansell, 1978. 416 p. (Neal-Schuman Professional Books)

Antologia de artigos sobre o uso da literatura e da biblioteconomia na terapia. Refletindo a natureza interdisciplinar da biblioterapia, o volume mostra o interesse de bibliotecários, professores, sociólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras e médicos pela área. Uma introdução define e explica a biblioterapia e cada seção é precedida de uma introdução indicando o significado de cada artigo.

Digitalizado gentilmente por:

RUBIN, R.J., ed. *Using bibliotherapy: a guide to the theory and techniques.* London, Mansell, 1978. 250 p. (Neal-Schuman Professional Books)

Apresenta um histórico do uso da literatura com fins terapêuticos e mostra como a biblioterapia é atualmente empregada. Contém recomendações sobre a maneira de selecionar material e conduzir sessões de biblioterapia, bem como sobre a educação e o treinamento dos biblioterapeutas. Três categorias de biblioterapia são descritas: institucional, clínica e desenvolvimentista.

STUEART, R.D. &EASTLICK, J.T. *Library management.* Littletown, Colo., Libraries Unlimited, 1977. 180 p.

O desafio que é administrar bibliotecas vem crescendo a cada ano, influenciado pelo desenvolvimento tecnológico e pela expansão das atividades das bibliotecas e centros de informação que se transformaram em grandes e complexas organizações. O objetivo desta obra é examinar a dinâmica da biblioteca como organização – o comportamento de indivíduos e grupos dentro dela, sua orientação e programas, e a relação da biblioteca com seu pessoal e seus usuários. Os princípios e teorias da administração são tratados no contexto de bibliotecas e centros de documentação. As técnicas de administração aplicáveis a bibliotecas também são aqui discutidas. Cinco assuntos básicos são analisados: planejamento, organização, administração de pessoal, direção e controle.

M. Christina S. Souza
Escola de Comunicações e Artes – USP

Digitalizado gentilmente por:

Levantamento Bibliográfico 1

AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS

por

Thereza Diácoli Quadrelli *

SERVIÇO DE RESUMO E INDEXAÇÃO

BULLETIN SIGNALETIQUE: Part 101 Science de l'Information– Documentation. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1970. Periodicidade: mensal

* CHEFE-SUBSTITUTA DA SECÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS DA BIBLIOTECA CENTRAL DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Digitalizado gentilmente por:

COMPUTING JOURNAL ABSTRACTS. Oxford, National Computing Centre Ltd., 1969.
Periodicidade: semanal

INFORMATION SCIENCE ABSTRACTS. Philadelphia, Pa., American Society for Information Science, Special Libraries Assn. & American Chemical Society, Division of Chemical Literature, 1966.
Periodicidade: mensal

LIBRARY & INFORMATION SCIENCE ABSTRACTS. London, Library Association, 1969.
Periodicidade: bimestral

LIBRARY LITERATURE: an index to library and information science. New York, H.W. Wilson Co., 1964.
Periodicidade: bimestral, com acumulações anuais e de 2 em 2 anos

PERIÓDICOS BÁSICOS

AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE. JOURNAL. Washington, American Society for Information Science, 1950.
Periodicidade: bimestral

ANNUAL REVIEW OF INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY. New York, Wiley, 1966.

FID NEWS BULLETIN. Hague, Federation Internationale de Documentation, 1960.
Periodicidade: mensal

INFORMATION PROCESSING AND MAGEMENT, Oxford, Pergamon Press, 1963.
Periodicidade: mensal

INFORMATION RETRIEVAL & LIBRARY AUTOMATION NEWSLETTER. Mt Airy, Maryland, Lomond Systems Inc., 1965.
Periodicidade: mensal

INFORMATION SYSTEM. New York, Pergamon Press, 1975.
Periodicidade: bimestral

JOURNAL OF DOCUMENTATION: devoted to the recording, organization and dissemination of specialized knowledge. London, ASLIB, 1945.
Periodicidade: trimestral

JOURNAL OF LIBRARY AUTOMATION. Chicago, Ill., American Library Association, 1968.
Periodicidade: trimestral

LIBRARY SCIENCE WITH A SLANT TO DOCUMENTATION. Bangalore, India, Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1964.
Periodicidade: trimestral

PROGRAM: news of computers in libraries. London, ASLIB, 1966.
Periodicidade: trimestral

REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1. Rio de Janeiro, 1975. Anais. Rio de Janeiro, IBICT, 1978. 2 v.

REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2. Rio de Janeiro, 1979. Anais. Rio de Janeiro, IBICT, 1979.
(Em 4 microfichas)

LUHN, H. P. *Selective dissemination of new scientific information with the aid of electronic processing equipment.* New York, International Business Machines Corp., 1959. 21 p.

Digitalizado gentilmente por:

MEADOW. T. *The analysis of information systems*; a programmer's introduction to information retrieval. New York, Wiley, 1967. 301 p.

MIKHAILOV, A. I. *Studies on automatic indexing and abstracting in the USSR*. S.L.p., Vinit. 16 p.

MIKHAILOV, A.I. & GILJAREVSKIJ, R.S. – *An introductory course on informatics/documentations*. Moscow, 1971.

NATIONAL Academy of Sciences, National Academy of Engineering. Commitee of Scientific and Technical Comunication *Scientific and id technical communication*. Washington, National Academy of Sciences, 1969.

PERRY, J.W. & KENT, A *Documentation and information retrieval*. New York, Interscience Publ., 1957. 168 p.

PERRY, J.W.; KENT, A. & BERRY, M. M. *Machine literature searching*. New York, Interscience Publ., 1956. 174 p.

STIBIC, V. T. *Automated information retrieval* – a survey of basic methods AT-52. Eindhovem N.V. Philips Glocilampenjabrieken, 1969.

VAN DIJK, M. *Enregistrement et recherche de l'information documentaire, methodes-moyens, couts*: guide pour le choix d'un equipment. Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1964. 163 p.

VAN DIJK, M. & VAN SLYPE, G. *El servicio de documentación frente a la exposión de la injormación*. Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Técnicas, 1972.

VICKERY, B.C. *On retrieval system theory*. 2. ed. London, Butteworths, 1965, 191 p.

VICKERY, B.C. *Techniques modernes de documentation*: analyse des systèmes de recherche de documents; trad. de l'anglais par J. Céron, R. Lattes, F. Fouquet. Paris, Dunod, 1962. 178 p.

ZAHER, C.R. *Introdução à documentação*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, 1968.

LIVROS BÁSICOS

BECKER, J. & HAYES, R.M. *Information storage and retrieval*: tools, elements, theories. New York, Wiley, 1967.

COMMUNAUTÉ EUROPÉENE DE L'ENERGIE ATOMIQUE; EURATOM. *Enseignement préparatoire aux techniques de la documentation automatique*. Bruxelles, 15-22, février 1960. Bruxelles, EURATOM, 1961. 328 p.

CROSS, R.C.; GARDIN, J.C. & LEVY, F. *L'automatisation des recherches documentaires*: un modèle general "le SYNTOL". Paris, Gauthier-Villars, 1964 260 p.

FAIRTHORNE, R.A. & MOOERS. C.N. *Towards information retrieval*. London, Butterworths, 1961. 211 p.

Digitalizado gentilmente por:

FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo, Polígono; Brasília, Universidade de Brasília, 1973.

FRANK, O. *Modern documentation and information practices* – a basic manual. The Hague, International Federation for Documentation, 1961. 255 p.

GARDIN, J. C.; GROLIER, E. &LEVÉRY, F. *L'organisation de la documentation scientifique*. Paris, Gauthier-Villars, 1964. 269 p.

INSEP *Les ordinateurs et l'informatique*. Paris, L'expansion, 1972.

KENT, A. *Information retrieval and machine translation*. Part 2. New York, Interscience Publ., 1961. 690 p.

KENT, A. *Manual de recuperação mecânica da informação*. São Paulo, Polígono, 1972.

KENT, A. *Specialized information centers*: with assistance of J. Canter. Washington, D.C., Spartan; London, Macmillan, 1965. 290 p.

KENT, A. *Textbook on mechanized information retrieval*. New York, Interscience, 1962. 268 p.

KENT, A. & PERRY, J. W. *Centralised information services*: opportunities and problems. New York, Interscience Publ., 1958. 163 p.

LANCASTER, F. W. *Information retrieval systems:* characteristics, testing and evaluation. New York, Wiley, 1968.

LUHN, H. P. *Row-by-row scanning systems for IBM punched cards as a applied to information retrieval problems*. New York, IBM, 1959.

FONTES CONSULTADAS

STICHTING HET NEDERLANDS. Studiecentrum voor Administratieve Automatisering – International computer bibliography: a guide to books on the use, application and effect of computers in scientific, commercial, industrial and social environments. Manchester, National Computing Centre in co-operation with Stichting Het Nederlands, Studiecentrum voor Administratieve Automatisering. Amesterdam, 1968. 508 p.

ULRICH'S periodicals directory. 16. ed. New York, Bowker, 1975/76.

Digitalizado gentilmente por:

Levantamento Bibliográfico 2

Elaborado pelos organizadores do III Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo.

ISBD

AJE, S.B. La aplicación de la ISBD a las bibliografias nacionales africanas. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 31:235-40, 1977.

_____. Seminário de ISBD (M) y la IBSD (S). *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 30: 60-70, 1976.

ANDERSON, D. Normalización internacional de la catalogación y los registros bibliográficos: el trabajo del Comité de Catalogación de la FIAB. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 27:70-6, 1973.

_____. Listas de control de la Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada de monografias. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas, 28:37-41, 1974.*

AVRAM, H.D. Production, dissemination and use of bibliographic data and summary of the conference. *Library Quartely*, 47:347-69, 1977.

Digitalizado gentilmente por:

BARNET, M.P. Professional developments reviewed: ISBD – What next? *Wilson Library Bulletin*, 47-572-3, 1973.

BERMAN, S. Cataloging Philosophy; a prose poem. *Library Journal*, Sept. 1:2033-5, 1974.

BERRISFORD, P.D. Years's work in cataloging and classification: 1976. *Library Resources & Technical Services, 21:249-73, 1977.*

BRIQUET de LEMOS, A.A. Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG.* /no prelo/

CHAN, L.M. Year's work cataloging and classification: 1975. *Library Resources & Technical Services*, 20:213-5, 1976.

COE, W. A cataloger's guide to AACR chapter 6, separetly published monographs 1974. *Library Resources & Technical Services*, 19:101-20, 1975.

COLE, J.E. AACR 6: Time for a review. *Library Resources & Technical Services*, 314-25, 1974.

DIRETRIZES básicas para a implantação do sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) *Ciência e Informação*, 2:69-72, 1973.

EDGAR, N.L. What every librarian should know about proposed. *American Libraries, 6*:602-7, 1975.

FASANA, P. AACR, ISBD(S) and ISSN: a commet. *Library Resources & Technical Services*, 19:332-7, 1975.

FUSSLER, H.H. & KOECHER, K. Contemporary issues in bibliographic control. *Library Quarterly*, 47:237-52, 1977.

GONÇALVES, N.A.R. A ISBD e sua utilização nas bibliotecas. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 1:59-68, 1973.

GREENBERG, E. Automated cataloging; the state of the art. *Bulletin of the Medical Library Association*, 64: 5-11, 1976.

GUHA, B. Recent advances in document description and representation: ISBD and PRECIS. *Annals of Library Sciense Documentation*, 21:68-73, 1974.

HICKEY, D.J. Theory of bibliographic control in libraries. *Library Quarterly, 47:253-73, 1977.*

IFLA – ISBD(M). International standard bibliografhic description for monographic publications. 1. Standard ed. London, 1974. 36 p. Ed. prelim. 1971. Trad. para o português por Maria Luisa Monteiro da Cunha, publ. pela Biblioteca Central da USP. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 2:137-65, 1973.

IFLA – ISBD(S). International standard bibliographic description for serials. Descrição bibliográfica internacional normalizada das publicações seriadas. Trad. em português baseado no texto francês, por Maria Luiza Monteiro da Cunha e Rosemarie Appy. São Paulo, CODAC/USP, 1975, 43 p.

Digitalizado gentilmente por:

ISBD(M): more notes and usage. *Internacional Cataloguing*. 3(/):3; 3 (4):2--3, 1974.

ISBD(M) checklists. *Internacional Cataloguing*; 2:6-8, 1973.

KALTWASSER, F.G. El control bibliográfico universal. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 25:269--77, 1971.

KELM, C.R. The historical development of the Second Edition of The Anglo--American Cataloguing Rules. *Libr ary Resources & Technical Services*, 22:22-33, 1978.

LAMY-ROUSSEAU, F. Treatment automatisé des documents multimedia avec les systèmes ISBD unifié Lamy--Rousseau et PRECIS. *Library Quarterly*, 47:98-9, 1977.

LIPETZ, B.A. Catalog use in a large research library. *Library Quarterly*, 42:129-39, 1972.

MARCO para um ISBD general. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 30:286-9, 1976.

MONTE-MÓR, J. & GOMES, H.E. Aplicación de la ISBD a las bibliografias nacionales latino-americanas. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 31:251-8, 1977.

MORE ISBD discussion: articles and a forum. *Library Journal*, 98:495-6, 1973.

NEUBAUER, K. & SELBAANN, S. Applicación de la numeración internacional normalizada de libros (ISBN) en las bibliotecas. *Boletin de la Unesco para las bibliotecas*, 29:133--8, 1974.

A NEW management mood. *Library Journal*, March 15:827, 1973.

OSEORN, A.D. The crisis in cataloging. In: OLDING, R.K. *Readings in library cataloguing*. London, Crosby Lockwood & Son, 1966. p. 225-41.

SCHMIEREM, H.F. Current issues in the subject control of information. *Library Quarterly*, 47:326-46, 1977.

SPALDING, S. ISBD: its origin, rationale and implications. *Library Journal*, 15:121-23, 1973.

SPALDING, S. ISBD(S) and titles main entry for serials. *Drexel Library Quarterly*, 11:20-6, 1975.

SWANSON, G. ISBD standard or secret? *Library Journal*, 15:124-30, 1973.

SWANSON, R. Requirements study for future catalogs. *Library Quarterly*, 42:302-15, 1972.

SUPPLEMENTARY ADDITIONS and amendments of "What every librarian should know proposed changes in cataloging rules". *American Library*, 7:85, 1976.

TATE, E.L. International Standards: the road to Universal Bibliographic Control. *Library Resources & Technical Services*, 20:16-24, 1976.

TUTTLE, H.W. From Cutter to computer: technical services in academic and research libraries, 1876-1976.

Digitalizado gentilmente por:

College Research Libraries, 37:421-51, 1976.

UNISIST: sinopsis del estudio sobre la possibilidad de estabelecer un sistema mundial de información científica, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura y el Consejo Internacional de Uniones Cientificas. Paris, Unesco, 1971. 40 p.

WIJASURIYA, D.E.K. Aplicación de la ISBD(M) a las bibliografias nacionales asiáticas. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, 31:241-50, 258, 1977..

Digitalizado gentilmente por:

Abstracts

ISBD. Origin, evolution and acception, by Maria Luisa Monteiro da Cunha, p.

The International Standard Bibliographic Description (ISBD) is the accomplishment of a series of activities carried out in fulfilment of the Resolutions of the International Conference on Cataloguing Principles (Paris, 1961). The Working Party on the Standard Bibliographical Description (SBD) was set up by the International Meeting of Cataloguing Experts (IMCE) in Copenhagen in August 1969 and was given the responsability of making detailed recommendations on the composition, form and order of the SBD based on the outline decisions taken by the I.M.C.E., which, in turn, were based on the consideration of a working paper prepared by Michael Gorman, secretary of the Working Party. The initials ISBD have been used since the publication of the preliminary edition (1971). The primary purpose of the ISBD is to aid international comunication of bibliographic information by (1) making records from different sources interchangeable; (2) assisting in the interpretation of records across language barries; (3) assisting in the conversion of bibliographic records to machine readable form. Besides the ISBD (M) for monographic publications, specialized ISBDs have been or

Digitalizado gentilmente por:

are being prepared for special categories of materials (serials, non-book-materials, printed music, maps, older monographic publications) as well as a general one: ISBD (G).

CDU – 025.31 International Standard Bibliographic Description. Bibliographic Information.

ISBDs and the elements of intercommunication in automated systems as a support for Universal Bibliographic Contral, by Dinah Aguiar Población, p.

From the "International Conference on Cataloguing Principles" in 1961 to the publication of the second edition of the Anglo American Cataloguing Rules in 1978, seversal important events happened which are described here in chronological sequence. It is evident the interrelationship among the ISBDs, the activities of FID, IFLA, CIA, the programs of UNISIST and NATIS and the beguinings of modern computer technology.

CDU 027:007.5 ISBDs. Cataloguing. Libraries automation.

Quality and analysis of information in automation, by Alfredo Américo Hamar, p.

There is a great advantage in the integrated information processing both on bibliographic and subject aspect, requiring uniformization of processing of various types of documents, through the standardization of worksheet and manuals of instruction. The activities of organization, administration and dissemination of information must be interligated. In the automation system the main priority the information analysis as principal support in the system input. It needs also different of information analysis done by a good staff of specialists. The situation on the analysis of knowledge in Brazil must be evaluated.

CDU 007.001.4 (048) Information. Analysis. Automation. Quality. Libraries. Documentation.

Bibliography as a science: from textual critcism to bibliometrics, by Edson Nery da Fonseca, p.

Searching for bibliographic information, although being an important first step of an original study or research, cannot be mistaken for bibliographic research. Bibliography was considered as science after Alfred William Pollard's literary research (1909) on the Shekespeare folios and quartos had been carried out. In 1917, other Englishmen, F.J. Cole and N.B. Eales applied statistics to the analysis of a bibliography on compared anatomy, creating the bibliometrics. Research on this subject confirmed the scientific nature of bibliography, considered by the sociologist Victor Zoltowiski as a concrete science. Its aim is to evaluate extensively the total amount of books as a whole, like demography does with census of the population. Analysing the Bibliographie de la France, Zoltowski, proposed, in 1955, the bases of a macro-bibliographic analysis. Also, with the introduction of the citation indexes (as Science Citation Indexes in 1963 and Social Sciences Citation Index ten

Digitalizado gentilmente por:

years later) appeared the microbibliographic analysis. The possible and hopefully awaited publication of a citation index in Humanities will allow the recovery of citation chains by Henri Lefebvre. This recovery will possibly bring on some rectification in the history of ideas.

CDU 01:31 and 001.891:82.06 Textual bibliography. Bibliographic research, Bibliometrics. Citation Indexes.

Lexicography: an introduction to the study of the dictionary, by Jandira Baptista de Assunção, p.

Study of dictionnaries as manufactured products and pedagogical discourses. Interpretation of typology according to the purpose of each type of dictionary as well as nature, density and scope of the lexicon. Structure of the dictionary entry and problems related to definitions: to correspond to a lexical unity of "n" signs, in the interior of "n" discourses. A comparison between dictionary and thesaurus is given. From the viewpoint of Informatics, the thesaurus has its own purposes, different from the language thesauri – which differ from dictionaries only in the comprehensiveness of the lexicon. But Roget's Thesaurus (1852) presents some peculiarities: the words are arranged by categories and the aim is to show the relationship between "idea and word"; in Informatics the thesaurus is the control instrument of the terminology, whose purpose is to show the relationship between "subject and keyword". We may conclude that the theoretical studies about thesaurus, construction and maintenance, can only be developed if based on the semantic theory, that is, on the levels of "content and expression".

CDU 801.32 Thesauri. Dictionaires. Lexicography.

Thesaurus on Urban Roads, by Eunice R. Ribeiro, p.

Thesaurus on urban roads designed to be applied to special documents under the form of newspaper cuttings. Follows this structure: Pt.1: techniques of its establishment; Pt.2: presentation of the thesaurus.

CDU 025.49:625.712 Thesauri. Urban Roads.

National library networks, cataloging-in-source and other Brazilian experiences, by José Rincon Ferreira et alii, p.

The union catalog and cooperative cataloging represent the best attempts to establish a national library networks in Brazil. The creation of SIC (IBBD'S card reproduction service) in 1942 was the most significant event in Brazilian librarianship in the last 64 years. As a direct consequence CALCO and even cataloging-in-source were developed. Since the number of librarians in the country is inadequate for the amount of published material, the plans for national information networks and a re-evaluation of the feasibility of SNICT are essential to stimulate the creation of a central cataloging-in-source in various areas throught the country.

Digitalizado gentilmente por:

CDU – 021.6 (81) Cooperative cataloging. Cataloging-in-source. Union catalog. Library networks.

Information in enterprise: The role of the library, by Antonio Miranda, p.

Besides human, material and financial resources, a fourth element is part of modern enterprise to garantee the uptodateness of the personnel, the generation of their own knowledge and the increase of their productivity: the information. The educational role of the special library appears when it takes part in manpower development program, providing the efficient use of its resources in order that information can be absorved as much as possible. Information resources must be dealed with as stable percentages like "capital investment". Apart from the basic activities, the library should also provide resources sharing, current awareness, selective dissemination of information and user's training and must integrate in information nets and systems available.

CDU 027.2:025.5(81) Information. Enterprise libraries. Current awareness.

Digitalizado gentilmente por:

Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

Recebemos a Rev. Bras. Bibliotec. Doc. V. 12, nº 1/2 jan. jun. 1979

Nome/*Name:*

Endereço/*Address:*

Data/*Date:*

(a)

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

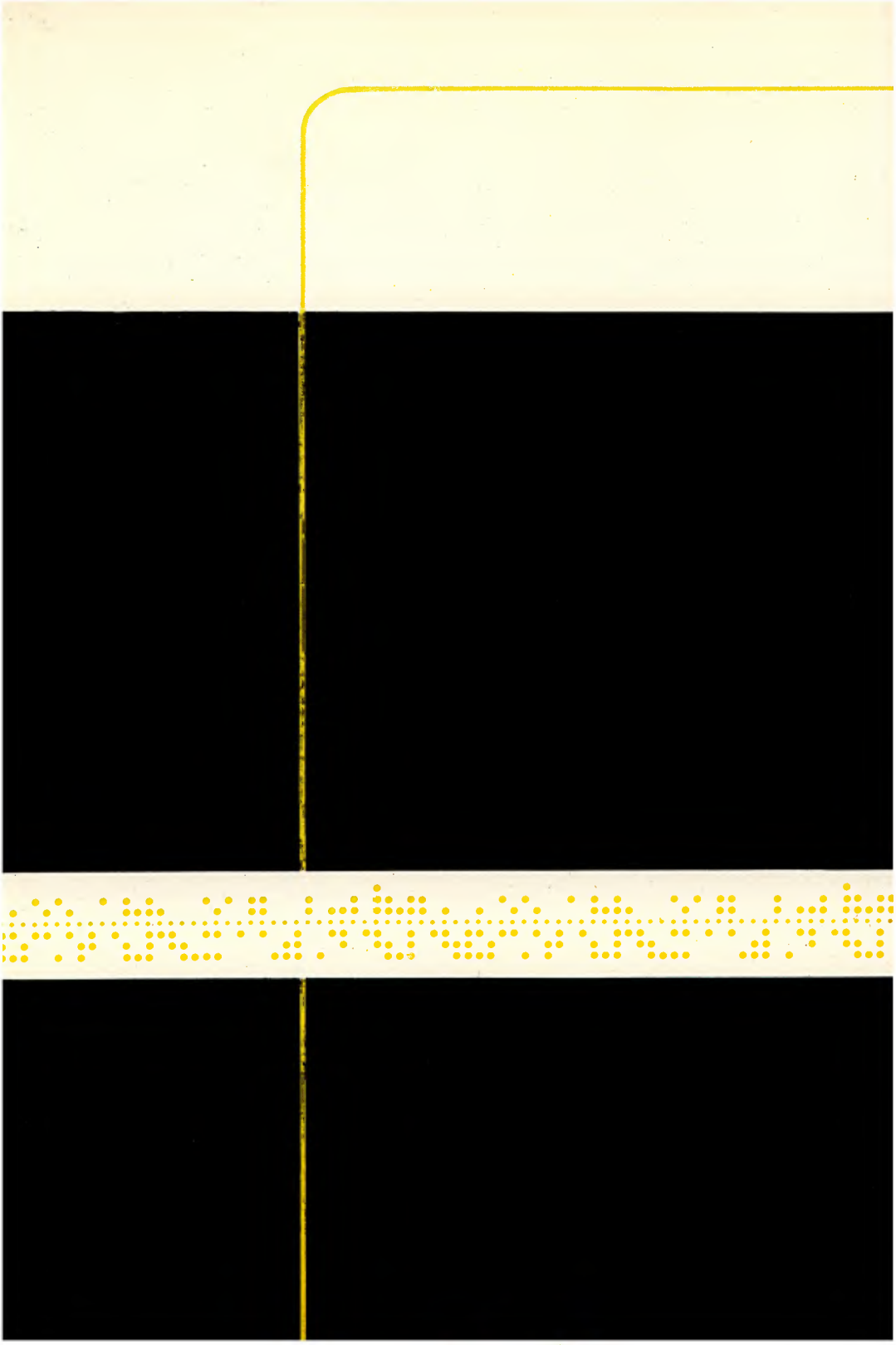
A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Literature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários)
São Paulo, **1**, 1973 – **10**, 1977; N. Ser. **11**, 1978 –
Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS, **1**, 1960/**26** (5/6), 1972.
1973/77, **1 – 10**
1978, **11** (1-4)
1979, **12** (1/2)
CDU 02:061.25(81)(05)

COMPOSIÇÃO
COMGRAF - Composições Gráficas S/C Ltda.
Rua Alvarenga, 1237 - 2º conj. 23 - Tel.: 813.4182 - (SP)

IMPRESSÃO
Editora Gráfica Cairu Ltda.
Av. Dr. Vital Brasil, 907 - Tel.: 210.8579 - (SP)

Digitalizado gentilmente por:



Digitalizado gentilmente por: